

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

TUANY NAARA SCHMITT

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA MUNICIPAL EDWIN
KUWER, EM SAPIRANGA/RS

PORTO ALEGRE

2016

TUANY NAARA SCHMITT

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA MUNICIPAL EDWIN
KUWER, EM SAPIRANGA/RS

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Eliane Lourdes da Silva Moro

PORTO ALEGRE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR: Rui Vicente Oppermann

VICE-REITOR: Jane Fraga Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

DIRETORA: Ana Maria Mielniczuk de Moura

VICE-DIRETOR: André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Moisés Rockembach

Chefe Substituto: Valdir José Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA

Coordenador: Rodrigo Silva Caxias de Souza

Coordenador Substituto: Jackson da Silva Medeiros

CIP - Catalogação na Publicação

Schmitt, Tuany Naara
Avaliação da Acessibilidade da Biblioteca
Municipal Edwin Kuwer, em Sapiranga-RS / Tuany Naara
Schmitt. -- 2016.
170 f.

Orientadora: Eliane Lourdes da Silva Moro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Acessibilidade. 2. Desenho Universal. 3.
Checklist de acessibilidade. 4. Legislação acessível.
I. Moro, Eliane Lourdes da Silva, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - FABICO

Rua Ramiro Barcelos, 2705 - Bairro Santana - Porto Alegre - RS

CEP 90095-007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

A banca examinadora, abaixo assinada, aprova o trabalho de conclusão de curso intitulado “Avaliação da Acessibilidade da Biblioteca Pública Edwin Kuwer, em Saporanga - RS”, elaborado por Tuany Naara Schmitt, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia:

Prof.^a Dr.^a Eliane Lourdes da Silva Moro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Lizandra Brasil Estabel
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Jeniffer Alves Cuty
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Banca realizada em: 06/12/2016

Conceito: A

AGRADECIMENTOS

Durante estes anos de caminhada, estive rodeada de pessoas que me apoiaram, incentivaram e auxiliaram de diversas maneiras. Quem me conhece sabe que tenho péssima memória, então, se alguém não se encontrar aqui, não se sinta ofendido, é muita gente para lembrar e citar todos, saibam que, mesmo não estando presentes no texto desta página, estiveram presentes em minha vida durante esses últimos anos, e por isso, lhes agradeço.

Antes de tudo e todos, meu primeiro agradecimento vai para minha família, Dona Leone, Seu Schmitt e Tassinho, por todo o incentivo, amor, paciência e por me aguentarem de volta quase todos os fins de semana cansada, estressada e com a fome de uma universitária que sobrevive com RU e *miojo*.

Obrigada ao meu namorado, Rafael, por todo o amor e confiança em mim, por aceitar minhas crises de meio/fim de semestre e por me incentivar infinitamente, me fazendo acreditar que eu posso tudo. E obrigada aos meus sogros, Sônia e Paulo, que, pelos últimos dois anos, me alegraram me aceitando na família e me acolhendo quando fosse preciso.

Agradeço à todas as amizades que fiz durante esses quatro anos de Porto Alegre e de FABICO. Em especial, àquelas do coração que ficam para sempre: obrigada, Maria, nossa mãezona, pelos conselhos que salvam vidas; Vanessa, pelas conversas zoadas em encontros nos ônibus; Jordana, AKA Barbie, pelos melhores comentários nas horas mais impróprias; Stella, que mesmo falando nada, nunca esteve ausente; e Nora, pelos papos de rodoviária que me afundaram no poço da cultura asiática, remodelando completamente minha *playlist*.

Aos amigos e colegas de trabalho, agradeço por tornarem minhas manhãs e tardes divertidas. Obrigada Wagner e Andresa, pois apesar de curto, nosso tempo juntos foi divertido; Elisa, pelas suas loucuras e conversas durante o expediente; Edna, pelos cafés com pão de queijo na FABICO, e quando não conseguíamos evitar um docinho; Jandrey, pelo café com canela e por me incentivar a ter hábitos saudáveis (apesar de falhar miseravelmente); Bruno, pelas fofocas e parceria para jogar Pokémon Go apesar das dificuldades de hardware (AKA celular ruim); Gabi, pelo café de mãe e por pegar nossas impressões na sala ao lado e às chefes Caterina e Janise, por serem as guias durante meus anos de bolsa.

Agradeço, também, à bibliotecária Clarice Wickert, por aceitar a realização deste trabalho e à equipe da biblioteca, por estarem sempre dispostos a me esclarecer qualquer dúvida e se mostrarem abertos à pesquisa.

Por fim, obrigada a Prof^a Eliane Moro, pela dedicação, paciência e carinho ao me orientar neste último ano e me guiar durante a construção deste trabalho e também durante os demais anos de faculdade, junto aos demais professores e obrigada a banca examinadora, por aceitarem avaliar minha pesquisa e me auxiliar neste último momento.

"Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças."

Maria Teresa Égler Mantoan

RESUMO

Apresenta um estudo sobre a acessibilidade do edifício da Biblioteca Municipal Edwin Kuwer, biblioteca pública da cidade de Sapiranga/RS. Através de um estudo de caso de caráter exploratório e qualitativo, tem como objetivo geral verificar as condições de acessibilidade física que o prédio da Biblioteca Municipal Edwin Kuwer oferece em relação às Pessoas com Deficiência (PcD), através do *Checklist* de Acessibilidade do CAPADHIA. Este trabalho tem como objetivos específicos, identificar a atual situação arquitetônica em relação à acessibilidade da Biblioteca Municipal Edwin Kuwer; observar as principais barreiras arquitetônicas encontradas na biblioteca e no seu entorno, através de observação; analisar a situação arquitetônica da biblioteca no quesito acessibilidade com a aplicação do *Checklist* e avaliar se a biblioteca é acessível para a comunidade. Aborda a acessibilidade em bibliotecas sob os aspectos arquitetônico, do mobiliário, comunicacional, da informação, instrumental, metodológico, programático e atitudinal. Esclarece quem são as PcD e o que é Desenho Universal e analisa brevemente a Legislação disponível sobre o tema nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, citando, também, as Normas Técnicas disponíveis, principalmente a NBR 9050:2015. Avalia a acessibilidade da biblioteca ponto a ponto utilizando como instrumento o *Checklist* de acessibilidade produzido pelo CAPADHIA. Conclui que o edifício da biblioteca é parcialmente acessível, tendo, principalmente, problemas arquitetônicos, porém, que muitos pontos são possíveis de adaptação e facilmente solucionáveis.

Palavras-chave: Acessibilidade em Bibliotecas. Biblioteca Pública. *Checklist* de Acessibilidade.

ABSTRACT

Presents a study about the accessibility of the building of the Municipal Library Edwin Kuwer, public library of Sapiranga/RS. Through a case study of explanatory and qualitative character, this paper has as its general objective to verify the conditions of physical accessibility that the building of the Municipal Library offers in relation to people with disabilities through the Accessibility Checklist created by CAPADHIA. Its specific objectives are to identify the current architectural situation regarding accessibility of the Municipal Library Edwin Kuwe; observe the main architectural barriers found in the library and its surroundings through observation; analyze the architectural situation of the library through the implementation of the Checklist and assess whether the library is accessible to the community. This paper also covers access in libraries under the architectural aspects, furniture, communication, information, instrumental, methodological, programmatic and attitudinal. Clarifies who are people with disabilities and what is Universal Design and briefly reviews the available legislation on the subject at the federal, state and municipal, also citing the Technical Standards available, especially NBR 9050:2015. Evaluates the accessibility of the library using as a tool the Accessibility Checklist produced by CAPADHIA. Concludes that the library building is partly accessible, having mainly architectural problems, however, there are many points that can be adapted and easily resolved.

Keywords: Library Access. Public Library. Accessibility Checklist.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Dimensões referencias para deslocamento de pessoas em pé	32
Figura 2 –	Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em cadeira de rodas (PcR)	33
Figura 3 –	Símbolo Internacional de Acesso (SIA)	35
Figura 4 –	Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Visual	35
Figura 5 –	Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Auditiva	36
Figura 6 –	Símbolos complementares indicadores de atendimento preferencial	36
Figura 7 –	Símbolos complementares indicadores de sanitários acessíveis	37
Figura 8 –	Símbolos complementares de circulação	37
Figura 9 –	Símbolos identificadores de equipamentos/serviços de comunicação	38
Figura 10 –	Espaço necessário entre estantes em bibliotecas e centros de leitura	43
Figura 11 –	Localização geográfica de Sapiroanga.....	51
Figura 12 –	Localização geográfica da Biblioteca Municipal Edwin Kuwer	54
Figura 13 –	Observação da acessibilidade no entorno da biblioteca	58
Figura 14 –	Calçadas em frente a biblioteca	59
Figura 15 –	Calçadas no percurso até a entrada da biblioteca	59
Figura 16 –	Faixa para travessia de pedestres.....	60
Figura 17 –	Estacionamento da via pública	61
Figura 18 –	Entrada do prédio da biblioteca	65
Figura 19 –	Porta de entrada da biblioteca.....	66
Figura 20 –	Sinalização de áreas e espaços do prédio	67
Figura 21 –	Sinalização dos sanitários	67
Figura 22 –	Cartazes e anúncios na biblioteca.....	68
Figura 23 –	<i>Hall</i> de entrada do prédio	71
Figura 24 –	Mesas para estudo.....	72
Figura 25 –	Corredor entre estantes na biblioteca.....	73
Figura 26 –	Corredor entre estantes e parede.....	73
Figura 27 –	Distância entre as mesas para estudo.....	74
Figura 28 –	Distância entre mesa e estante	75
Figura 29 –	Quadro de luz e interruptores	75
Figura 30 –	Bebedouro.....	76
Figura 31 –	Tapete na área infantil	78
Figura 32 –	Escadas	79
Figura 33 –	Rampa de acesso na entrada do prédio.....	81

Figura 34 – Sinalização Universal nos sanitários acessíveis	86
Figura 35 – Sanitário acessível – vaso sanitário.....	87
Figura 36 – Sanitário acessível – pia.....	87
Figura 37 – Balcão de informações no <i>hall</i> de entrada.....	92
Figura 38 – Balcão de empréstimo da biblioteca – frente	93
Figura 39 – Balcão de empréstimo da biblioteca – lateral	93
Figura 40 – Computadores.....	94
Figura 41 – Distância entre sofá e estante	96
Figura 42 – Site da Prefeitura Municipal – Computador	105
Figura 43 – Site da Prefeitura Municipal – Tablet.....	105
Figura 44 – Site da Prefeitura Municipal – Celular.....	106
Figura 45 – Opções de acessibilidade do Site da Prefeitura Municipal.....	106
Tabela 1 – Aplicação e formas de informação e sinalização	34
Tabela 2 – Número mínimo de sanitários acessíveis por edificação	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPADHIA	Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais
COMDIPEDE	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
FADERGS	Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul
e-MAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas)
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
ISO	Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização)
NBR	Norma Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
PcAH	Pessoas com Altas Habilidades
PcD	Pessoas com Deficiência
PCR	Pessoas com Cadeira de Rodas
RS	Rio Grande do Sul
SEBP/RS	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul
SIA	Símbolo Internacional de Acesso
SUS	Sistema Único de Saúde
W3C	<i>World Wide Web Consortium</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	BIBLIOTECA PÚBLICA	17
3	ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS	20
4	QUEM SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?	24
5	O ACESSO EM FORMA DE LEI	26
5.1	Acessibilidade na Constituição Federal.....	26
5.2	A Legislação Federal e Acessibilidade	27
5.3	Acessibilidade no Âmbito da Legislação Estadual	28
5.4	Legislação Municipal Sapiranguense sobre Acessibilidade	29
5.5	Normas Brasileiras sobre Acessibilidade.....	29
6	A NBR 9050:2015: ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS	31
6.1	Parâmetros Antropométricos	31
6.2	Informação e Sinalização	34
6.3	Acessos e Circulação.....	38
6.4	Sanitários, banheiros e vestiários	40
6.5	Mobiliário Urbano	41
6.6	Mobiliário.....	42
7	DESENHO UNIVERSAL: ACESSIBILIDADE TOTAL PARA TODOS	44
8	METODOLOGIA.....	46
9	CONTEXTO DE ESTUDO	51
9.1	Sapiranga	51
9.2	Biblioteca Municipal Edwin Kuwer	53
10	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	55
10.1	Acessibilidade Arquitetônica.....	56
10.2	Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos	91
10.3	Acessibilidade Comunicacional	98
10.4	Acessibilidade à Informação.....	103
10.5	Acessibilidade Instrumental	108
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111

REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE A - QUADRO - LEGISLAÇÃO FEDERAL (BRASIL)	118
APÊNDICE B - QUADRO - LEGISLAÇÃO ESTADUAL (RIO GRANDE DO SUL)	123
APÊNDICE C - QUADRO - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (SAPIRANGA)	127
APÊNDICE D - QUADRO - NORMAS BRASILEIRAS	130
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	133
ANEXO A - <i>CHECKLIST</i> DE ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS	134

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca Municipal Edwin Kuwer, localizada na cidade de Sapiranga/RS, a 59 km da capital gaúcha, Porto Alegre, pode ser considerada, junto ao Museu Municipal Adolfo Evaldo Lindenmeyer, uma das principais fontes públicas de informação e cultura da cidade. Devido a este fato, a necessidade de ser um local de fácil acesso e uso para todos os cidadãos se torna de extrema importância, pois, além de ser uma forma de bem-estar e convívio para os usuários, é também um direito de todas as pessoas da comunidade. Fundada em 1961, a biblioteca já passou por vários endereços, porém, em nenhum destes, ocupou um espaço construído especialmente para ela, mas sim um espaço anteriormente construído para outros propósitos e “adequado” às necessidades da mesma.

Infelizmente, podemos tratar essa realidade como um retrato do país em que vivemos, onde dificilmente encontramos bibliotecas usufruindo de espaços pensados, planejados e construídos que atendam minimamente aos padrões de acessibilidade necessários. Esta realidade está longe de ser a ideal, pois o “adequado” nunca poderá ser inteiramente ideal e perfeito, e, apesar de ser um tema pouco difundido (mesmo com sua inegável relevância), a acessibilidade sempre foi um tópico interessante aos olhos da autora do presente trabalho. Este interesse foi a principal alavanca para a realização desta pesquisa. Houve como inspiração também, um projeto inaugurado na cidade como iniciativa de conscientização da população, onde placas com os dizeres “Olhe pra mim. Gostaria de trocar de lugar comigo?” foram colocadas abaixo das já existentes placas de sinalização de vagas para deficientes no trânsito, que auxiliaram a delimitar como alvo do estudo os cadeirantes, por já se encontrarem em evidência na cidade.

A escolha do local justifica-se pelo interesse da autora de contribuir para o crescimento e visibilidade da biblioteca pública de Sapiranga, sua cidade natal e berço de seu gosto pela leitura, conhecimento e bibliotecas, com vistas para um melhor atendimento ao público sem discriminações e repleto de entendimento para todas as pessoas, para que a biblioteca possa abraçar e atender qualquer usuário, independentemente de diferenças ou deficiências.

Esta pesquisa busca servir como um guia para futuras mudanças na Biblioteca Municipal Prefeito Edwin Kuwer, por meio da elaboração de um relatório das condições de acessibilidade atuais, em comparação com o considerado ideal,

tendo como referência o relatório de acessibilidade do Curso de Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais (CAPADHIA) com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050:2015 sobre Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos visando a construção de um espaço acessível e igualitário onde a pessoa em cadeira de rodas (PCR) está em evidência, junto ao público e incluso na sociedade.

Deste modo, o problema estipulado para a presente pesquisa é: quais as condições de acessibilidade física que o prédio da Biblioteca Municipal Edwin Kuwer, da cidade de Sapiranga-RS, oferece em relação às pessoas com deficiência (PcD), mais especificamente cadeirantes, tendo como instrumento de análise o *Checklist* de Acessibilidade do CAPADHIA?

Este trabalho tem como objetivo geral verificar as condições de acessibilidade física que o prédio da Biblioteca Municipal Edwin Kuwer oferece em relação às pessoas com deficiência (PcD), mais especificamente cadeirantes, através do *Checklist* de Acessibilidade do CAPADHIA e, como objetivos específicos, identificar a atual situação arquitetônica em relação à acessibilidade da Biblioteca Municipal Edwin Kuwer; observar as principais barreiras arquitetônicas encontradas na biblioteca e no seu entorno, através de observação; analisar a situação arquitetônica da biblioteca no quesito acessibilidade com a aplicação do *Checklist* e avaliar se a biblioteca é acessível para a comunidade.

Para embasar este estudo, o referencial teórico apresenta, inicialmente, a biblioteca pública e seus conceitos e definições, sua importância para a sociedade e um breve histórico da mesma no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul.

Na seção seguinte, descreve-se a acessibilidade em bibliotecas, abrangendo tópicos como o conceito geral de acessibilidade, a importância de uma sociedade acessível a todos, incluindo espaços como bibliotecas e aspectos importantes que geralmente não são lembrados quando se pensa sobre o assunto, evidenciando, na seção seguinte as Pessoas com Deficiência (PcD), caracterizando, em linhas gerais segundo a legislação, quem são PcD abrangendo as suas dificuldades e sua luta por direitos.

A seguir, é apresentada uma breve compilação, com destaque sobre o que existe em legislação que se refere à acessibilidade, dividida entre tópicos existentes na Constituição Federal de 1988, legislação federal, estadual e municipal e Normas

Brasileiras publicadas pela ABNT. O referencial teórico é concluído com a principal norma brasileira sobre acessibilidade, a NBR 9050:2015, bem como uma breve apresentação de uma das principais técnicas utilizadas atualmente quando se trata de acessibilidade, a técnica do Desenho Universal. São apresentados conceitos, princípios e possíveis usos e aplicações da mesma.

Na sétima seção do presente trabalho encontra-se a metodologia, que apresenta a pesquisa quanto a sua natureza, procedimento e as técnicas de coleta de dados utilizadas para o estudo. Nestes tópicos, a pesquisa se resume brevemente em uma pesquisa básica, de caráter qualitativo e exploratório e um estudo de caso utilizando para a coleta dos dados um *Checklist*.

Em prosseguimento, o contexto de estudo apresenta, de forma breve, a cidade de Sapiranga/RS e a Biblioteca Municipal Edwin Kuwer, local escolhido para a realização da pesquisa. Logo após, são apresentados os dados coletados e a análise dos mesmos, finalizando com as considerações finais dos resultados do estudo.

Os elementos pós-textuais são constituídos de apêndices contendo o Termo de Consentimento Informado assinado pelo responsável pela biblioteca e os quadros de compilação da legislação disponível sobre o tema, apresentada na Seção 5. Após, como anexo encontra-se o *Checklist* utilizado para a avaliação da acessibilidade física do edifício.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA

A biblioteca pública é o ponto de acesso à informação mais geral e dinâmico, pois atende trabalhadores, estudantes, idosos, professores, enfim, a comunidade em geral. Criada e mantida, seja pela própria comunidade que serve ou através do governo, busca oferecer serviços e recursos de modo igualitário à toda a comunidade, atendendo suas necessidades relacionadas à “[...] educação, informação e desenvolvimento pessoas, inclusive sua recreação e lazer.” (KOONTZ; GUBBIN, 2012, p. 2).

A biblioteca é o edifício, a instituição, a agência, que conserva e torna útil o conhecimento do mundo em forma de livro. Uma biblioteca pública é única somente quando se esforça para tornar este conhecimento público, deixando abertas suas portas para todas as pessoas. (ROSE, Ernestine, 1954 p. 7.) (tradução nossa)

Criadas com o propósito de serem instituições disponíveis para todos que proporcionem acesso ao conhecimento e informações registrados em diversos formatos e mídias, as bibliotecas públicas são organismos capazes de atingir, e modelar a sociedade de acordo com os materiais fornecidos, influenciando na educação, informação, desenvolvimento pessoal (principalmente de crianças e jovens, sendo utilizada para pesquisas escolares) e no desenvolvimento (principalmente cultural) da comunidade que atende. Segundo Koontz e Gubbin (2012), a biblioteca representa todas as esferas e opiniões da existência humana, sem qualquer forma de censura, seja ideológica, política ou religiosa. Litton (1973) ainda ressalta que a biblioteca pública está a serviço da inteligência, sendo uma grande fonte geradora de ideias, nutrindo o conhecimento. Deste modo, a biblioteca inicia em sua comunidade usuária, o desenvolvimento do pensamento e da compreensão.

Outro ponto importante da existência de bibliotecas públicas é a necessidade de um local que colete, selecione, organize e guarde documentos e informações locais. Litton (1973) afirma que as bibliotecas atuais desempenham funções centradas na conservação de obras que documentam o progresso científico, tecnológico e social da humanidade. A biblioteca pública é a memória do local onde está inserida, refletindo sua cultura e diversidade. Koontz e Gubbin (2012) apontam

que, para o cumprimento deste papel social da biblioteca existem várias formas: criação de coleções sobre a história local, exposições, publicações próprias de itens de interesse local, contação de histórias com temas locais etc. Deste modo, a biblioteca pode servir como um berço para a cultura e costumes locais e evitar a perda de raízes culturais da comunidade. Cuty (2012) afirma que “A chave para o desvendamento dos direitos culturais está na filosofia da vinculação entre o indivíduo e seus ambientes culturais.” e ressalta que tais direitos são direitos de todos e não apenas de minorias da sociedade.

A Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) (1994) determina as missões de uma biblioteca pública, que deve: criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças e jovens, bem como estimular sua imaginação e criatividade; apoiar a educação; oferecer oportunidades para o desenvolvimento da criatividade do indivíduo; contribuir para o conhecimento do patrimônio cultural, apreço pelas artes e realizações e inovações científicas; possibilitar o acesso às expressões culturais de todas as artes cênicas; fomentar o diálogo e apoiar a tradição oral; favorecer a diversidade cultural; assegurar o acesso à informação diversificada; oferecer serviços adequados a outras entidades; facilitar o desenvolvimento da capacidade de uso da informação e tecnologias e, por último, apoiar, participar e criar programas que incentivam e auxiliam a alfabetização para todos.

Segundo Santos e Neves (2014), o principal marco biblioteconômico no Brasil ocorreu em 1810 com a instalação da Real Biblioteca no Rio de Janeiro, seguido da fundação da Biblioteca Pública de Salvador, um ano depois e ativa até hoje. Freitas e Silva (2014) afirmam que, com a independência do Brasil em 1822, o interesse pela cultura e política no país cresceu exponencialmente, iniciando, assim, uma nova era do Brasil, onde a informação tem relevância: criam-se escolas, jornais, livros, enfim, circulam ideias que antes não existiam.

No Brasil, em 1926, é inaugurada a Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, na cidade de São Paulo/SP, referencial da cultura brasileira para outros países e um grande marco para a história cultural no país, que vinha nutrindo seu interesse pela cultura desde 1922, com a Semana de Arte Moderna. (FREITAS; SILVA, 2014).

Em 1962, foi criado o Serviço Nacional de Bibliotecas junto ao Ministério da Educação e Cultura, sendo uma de suas finalidades estimular a criação de bibliotecas públicas em todo o País. Mais tarde, tal serviço foi incorporado ao Instituto Nacional do Livro. (SPONHOLZ, 1984, p. 4).

Porém, em um Brasil de povo não leitor e onde aquele que lia montava sua própria biblioteca particular, a biblioteca pública não tinha muitos atrativos. Segundo Milanesi (1985), a mesma começou a ter mais visibilidade apenas em 1971, quando o país passou por mudanças que procuravam revolucionar a escola brasileira com a Reforma do Ensino¹, que decretou a prática de pesquisa nas escolas, causando um aumento na procura por livros e, conseqüentemente, por bibliotecas, que agora abrigavam obras escolares e enciclopédias para pesquisa.

A criação de bibliotecas públicas pode ser considerada uma das principais atividades necessárias para o desenvolvimento cultural de um país. Ali circulam ideias, informações, criam-se conhecimentos novos, lapidam-se os antigos, cria-se cultura através da disseminação de informações e hábitos informacionais necessários para o povo. A biblioteca pública deve ser o berço do gosto pela leitura do indivíduo.

Apesar da primeira Biblioteca Pública do Brasil ter sido inaugurada em 1810, no Rio Grande do Sul, Santos e Neves (2014) afirmam que a primeira biblioteca pública, a Biblioteca Rio-grandense, foi fundada apenas em 1846, em Rio Grande, iniciando, assim, a lenta propagação das bibliotecas públicas no Estado. A segunda biblioteca pública do Estado foi a chamada Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, fundada em 1871, com mais de 30.000 volumes, seguida pela Biblioteca Pelotense, Em Pelotas, no ano de 1875 e outras espalhadas pelo Estado, como em Rio Pardo (1877) e a Biblioteca da Sociedade Literária Gabrielense (meados de 1876), na cidade de São Gabriel, culminando na criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul (SEBP/RS), em 1977 e, formalmente instituído em 1981. (SANTOS; NEVES, 2014).

¹ Para saber mais, acesse:

<http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=191:o-ensino-de-linguas-estrangeiras-com-a-ldb-1971&catid=1111:ano-5-no-5-12011&Itemid=16>. Acesso em 11 maio 2016.

3 ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS

Segundo a Norma Brasileira (NBR) 9050/04, a acessibilidade pode ser definida como:

[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 2).

Acessibilidade para todos é aquela que traz condições nos edifícios, no urbanismo, transporte e nos meios de comunicação para que qualquer pessoa possa usufruir e utilizar de tais recursos com autonomia e segurança. (LOPES FILHO, [2009]). Segundo a legislação brasileira, é a:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015).

Melo (2008, p. 30) ressalta que a acessibilidade pode ser vista sob vários aspectos:

- a) acessibilidade arquitetônica: equivalente ao projeto e existência física da casa, do edifício, nos meios de transporte etc. refere-se à rampas, corrimão, piso tátil, elevadores, sinalização etc.;
- b) acessibilidade comunicacional: trata da comunicação interpessoal, escrita e virtual;
- c) acessibilidade metodológica: referente à inexistência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo, trabalho e ações em geral, que devem ser passíveis de realização por qualquer indivíduo;

- d) acessibilidade instrumental: quando se trata de equipamentos e utensílios necessários e utilizados para quaisquer ações necessárias, pois os mesmos devem ser acessíveis. Um bom exemplo são as classes de estudo para pessoas destros e canhotas;
- e) acessibilidade programática: que lida com a existência de barreiras “invisíveis”, que podem estar inseridas em políticas públicas, normas e regulamentos, vetando indiretamente a inclusão de determinado indivíduo e;
- f) acessibilidade atitudinal: referente à inexistência de preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações entre os indivíduos, incluindo também, a consciência e desejo de auxiliar o próximo o quanto for possível através de ações que fazem a diferença.

Além disso, a acessibilidade não trata apenas de pessoas com deficiência, mas deve ser compreendida como uma extensão para todas as pessoas. Ela existe para o idoso que tem dificuldades de várias maneiras como locomoção, visão e audição, existe para a criança que não alcança na prateleira mais alta da estante na biblioteca, para o jovem e para o adulto que também passam por diversas dificuldades. Todas as pessoas em alguns momentos ou situações enfrentam determinados problemas e necessitam de ajuda, em diversos aspectos, e para isso, existe a acessibilidade, para que as barreiras sejam reduzidas ao mínimo possível para todos.

No contexto da biblioteca pública, a acessibilidade deve ser requisito essencial, pois esta tem como objetivo primordial oferecer informação sem censura ou discriminação a todas as pessoas que dela precisarem. Todos têm direito a cultura e à informação, e a biblioteca pública é uma fonte primordial que deve estar disponível a todos. Cuty (2012, p. 33), afirma que todos devem ter “O direito à participação na concepção e realização desses produtos culturais, incluindo cinema, artes visuais, o teatro, a literatura, e outros, bem como do seu acesso [...]”.

Durante sua formação, o bibliotecário conhece diversas formas de tornar seu acervo acessível, principalmente através de seleção de itens para o acervo que sirvam aos interesses da comunidade e de forma a aplicar o mínimo possível de sua própria ideologia ao realizar tal tarefa. Porém, não é o suficiente apenas adquirir o

item e adicioná-lo ao acervo se este não está acessível a todos. Um acervo repleto de livros não utilizados por falta de acessibilidade se torna inútil.

O Código de Ética para Bibliotecários e Outros Profissionais da Informação da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) afirma que:

Para promover a inclusão e erradicar a discriminação, os bibliotecários e outros profissionais da informação asseguram que o direito de acesso à informação não pode ser negado e que serviços equitativos são fornecidos para **qualquer pessoa** de qualquer idade, nacionalidade, crença política, **condição física ou mental**, gênero, descendência, educação, renda, condição imigratória ou de asilo, situação matrimonial, origem, raça, religião e orientação sexual. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2012, p. 3.) (grifo nosso)

Nesse sentido, Ferrés (2008) classifica o ambiente das bibliotecas como acessível, praticável, adaptável e não acessível. Um ambiente acessível se ajusta aos requerimentos necessários para possibilitar a utilização autônoma do espaço por qualquer indivíduo. O ambiente praticável é aquele que permite esta utilização autônoma mesmo não estando em conformidade total com o que é requerido por lei referente à acessibilidade. O ambiente adaptável ainda não é praticável e muito menos acessível, mas pode vir a se tornar após certas modificações que não afetam as condições essenciais do local. Já o ambiente não-acessível é aquele que não apresenta os requisitos necessários.

Lembrando novamente através de Giacomuzzi (2013, p. 31) que a acessibilidade não se dá somente na arquitetura, “[...] o usuário tem o direito de ter o acesso à informação em suportes acessíveis, e a biblioteca deve ser um espaço que proporcione a acessibilidade atitudinal [...]”. Deve-se pensar que, em uma biblioteca acessível, os corredores devem ser largos, as estantes, baixas, deve-se encontrar livros em Braille, em áudio, DVDs e CDs com recursos completos de tradução para LIBRAS, audiodescrição e legendas adequadas, as escadas devem ter corrimão, deve ter rampas, elevadores, piso tátil e muitos outros recursos que auxiliam a vida de PcD, mas, acima de tudo, deve ter pessoas sensibilizadas, preparadas e capacitadas para lidar com as diferenças e que tenham a atitude que contagia o usuário e o faz voltar, independente das barreiras, pois, mesmo que existam barreiras de difícil transposição, se há um bom atendimento, o usuário se sente motivado a retornar.

A acessibilidade precisa estar presente para que os cidadãos possam viver em uma sociedade com oportunidades de acesso à informação, em igualdade de condições, lembrando ser este um direito contido nas premissas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Artigo XXI que afirma que “Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país”. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

4 QUEM SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

Segundo a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a pessoa com deficiência é alguém que tem algum impedimento de longo prazo, seja ele de natureza mental, intelectual, sensorial ou física, que, quando em confronto com barreiras, possa obstruir sua participação na sociedade de forma justa e igual às demais pessoas. (BRASIL, 2015).

A luta das PcD não é de hoje. Sasaki (2006) afirma que essa batalha data dos anos 50, com o início de atividades de reintegração das PcD na comunidade. Nos anos 60, algumas universidades americanas iniciaram as primeiras experiências de eliminação de barreiras arquitetônicas.

Na década de 80, impulsionado pela pressão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981), o segmento de pessoas com deficiência desenvolveu verdadeiras campanhas em âmbito mundial para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas (desenho adaptável) como também a não-inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos (desenho acessível). (SASSAKI, 2006).

Então, a partir dos anos 90, iniciou-se a fase da integração (SASSAKI, 2006), com as PcD cada vez mais em pauta em sua constante luta. Segundo dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 45 milhões de brasileiros, autodeclarados como pessoas com deficiência, ou seja, quase 24% da população. Dentro deste percentual, pode-se distinguir 18,6% de pessoas com deficiência visual, 5,1% de pessoas com deficiência auditiva, 1,4% de pessoas afirmam ter alguma deficiência mental e 7%, deficiência motora. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Infelizmente, são 45 milhões de pessoas que sofrem com a falta de acessibilidade em prédios públicos; 45 milhões de pessoas que lutam diariamente para realizar as tarefas do dia-a-dia e buscam, aos poucos, a vida em uma sociedade acessível e justa.

[...] devemos entender de uma vez por todas que não são as pessoas que são portadoras de deficiência e sim as edificações, transportes, praças, as cidades em geral, que são planejados e projetados com conceitos ultrapassados, ineficientes para o uso do *homes* (eu, você, todos). (LOPES FILHO, [2009]).

O principal passo para mudar essa realidade é aprender a conviver com as diferenças. Quando as pessoas tiverem essa capacidade tudo se torna mais fácil. Baptista (2008, p. 24) afirma que:

Há poucos mistérios a solucionar para se conviver com as diferenças. Quando compreendermos que nenhuma pessoa é igual à outra e que exatamente essa é uma das características mais fascinantes entre os humanos, já estaremos prestes a resolver esse mistério. Afinal, as diferenças fazem parte da vida. Há em cada um de nós qualidade, defeitos, potencialidades, surpresas que são infindáveis e imprevisíveis.

Quando essa percepção acontece, as pessoas deixam de se espantar com aquele que não é igual à maioria, a pessoa com deficiência, que poderá se sentir incluída, tornando-se mais participativa na sociedade e causando cada vez mais uma familiaridade com os demais principalmente devido à convivência. É um ciclo onde a cada volta a humanidade mais perto de uma sociedade igualitária e justa.

5 O ACESSO EM FORMA DE LEI

Apesar da difícil realidade encontrada pelas PcD nos mais diferentes pontos do Brasil, o país tem uma legislação bem estruturada e avançada no quesito acessibilidade. Diversos fatores interferem na real aplicação da legislação sobre o caso, principalmente o fato de acessibilidade ser algo de alto custo para implantação.

A seguir, são apresentadas uma breve explanação sobre as abordagens do tema na Constituição Federal de 1988 e algumas leis relacionadas à acessibilidade. Além disso, nos apêndices deste trabalho, para melhor ilustração da realidade da legislação brasileira sobre o tema, são apresentados quadros compostos por algumas Leis, Decretos, Portarias e outros documentos que tratam de tópicos pertinentes para o presente estudo em seus diversos âmbitos, Federal, Estadual e Municipal que podem contribuir para o enriquecimento das informações sobre o assunto.

5.1 Acessibilidade na Constituição Federal

Já na Constituição Federal de 1988, a acessibilidade é considerada direito garantido, quando presente, por exemplo, no Artigo 23, inciso II, é declarado que é competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “[...] cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.” (BRASIL, 1988). Ainda no mesmo documento, a questão da acessibilidade ainda aparece em diversos outros artigos, como o Art. 203, incisos IV e V que garantem a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, além da promoção de sua integração à vida comunitária e benefícios como a garantia de um salário mínimo mensal quando comprovada a incapacidade de sustento próprio ou através de sua família. (BRASIL, 1988).

Fora todos estes artigos que citam diretamente a PcD, devemos ressaltar que ela também se enquadra em todos os demais casos apresentados pela Constituição e tem as garantias e direitos totais assim como qualquer outro indivíduo. Como, por exemplo, no Art. 23, inciso V que complementa como também como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “[...]”

proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” a todos os indivíduos. (BRASIL, 1988).

Art. 215. O Estado garantirá a **todos** o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988). (Grifo nosso).

Podemos concluir que a PcD não é totalmente invisível para a sociedade, mas que se faz presente desde a Constituição Brasileira de 1988, até os dias atuais, como será possível verificar, a seguir, com a coletânea de Leis, Decretos e outros documentos que o incluem e focalizam.

5.2 A Legislação Federal e Acessibilidade

A legislação brasileira conta com diversas leis específicas e relacionadas à acessibilidade. Nesta seção, são apresentadas algumas das diversas aparições do tema, como, por exemplo, a Lei Federal nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, que torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência, destacando as características básicas necessárias para que o local seja considerado acessível, como a livre circulação natural ou através de rampas para todos e sanitários apropriados ao uso da PcD.

Em 1989, através da Lei nº 7.853, dentre outras providências, é criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), com o intuito de, principalmente, coordenar ações governamentais e elaborar, acompanhar e orientar a execução de planos, programas e projetos relacionados à acessibilidade, sendo o órgão federal responsável pela Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência. Anos após, em 2009, a coordenadoria é elevada ao status de Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência para, então, em 2010, virar Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, através do Decreto nº 7.256/10 (posteriormente revogado pelo Decreto nº 8.162/13)².

² Para mais informações sobre o histórico da atual Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, acesse: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sobre-a-secretaria/historico>>. Acesso em: 12 set. 2016.

Muitas outras leis específicas garantem direitos básicos e fundamentais para as PcD, como a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que garante prioridade de atendimento, não apenas às PcD, mas também aos idosos com 60 (sessenta) anos ou mais, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos e a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às PcD no sistema de transporte coletivo interestadual.

Ao final deste trabalho, para melhor visualização sobre o tema, encontra-se, no APÊNDICE A, um quadro agregando as principais Leis Federais sobre acessibilidade.

5.3 Acessibilidade no Âmbito da Legislação Estadual

O Estado do Rio Grande do Sul também demonstra preocupação com a acessibilidade através de seu quadro de leis. As Leis Estaduais nº 8.103 e nº 9.763, de 18 de dezembro de 1985 e de 30 de dezembro de 1992, respectivamente, assim como a Lei Federal nº 10.048, também garantem prioridade de atendimento, não apenas às PcD, mas também aos idosos e gestantes. Sobre o mesmo direito, porém aplicado especificamente ao Sistema Único de Saúde (SUS), há a Lei nº 10.945, de 15 de abril de 1997.

Em 21 de janeiro de 1988, através da Lei nº 8.535, é criada a Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS), atualmente denominada Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência (PcD) e com Altas Habilidades (PcAH) no Rio Grande do Sul, órgão responsável pela coordenação e acompanhamento da Política Pública Estadual para PcD e PcAH.

Existem, também, as Leis nº 1.608, de 23 de abril de 2001 e nº 11.853, de 29 de novembro de 2002 que instituem, respectivamente, o Sistema Estadual de Incentivo às Entidades de Assistência Social e às PcD e o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social e dá outras providências.

Ao final deste trabalho, para melhor visualização sobre o tema, encontra-se, no APÊNDICE B, um quadro agregando as principais Leis Estaduais sobre acessibilidade.

5.4 Legislação Municipal Sapiranguense sobre Acessibilidade

Após breve estudo sobre a legislação municipal, pôde-se realizar uma breve coleção de Leis e Decretos representantes dos direitos de acessibilidade para todos, como a Lei Municipal nº 1.654, de 28 de agosto de 1990 que torna não obrigatória para PcD a espera em filas de repartições públicas e agências bancárias.

Há algumas leis que exigem espaços reservados e prioritários para PcDs, como a Lei nº 2.221, de 19 de junho de 1996 que exige a destinação de caixas para atendimento prioritário em supermercados e a Lei nº 2.454, de 4 de agosto de 1998 que torna obrigatória a reserva de assentos no transporte coletivo.

A Lei nº 4.612, de 9 de julho de 2010, dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDIPeDE), que busca, principalmente:

[...] facilitar a inserção das pessoas com deficiência na sociedade sapiranguense e viabilizar maior integração dos seus programas, projetos e serviços, cultura, desporto, lazer, assegurando-lhes o pleno exercício dos direitos individuais e sociais [...]. (SAPIRANGA, 2010)

Ao final deste trabalho, para melhor visualização sobre o tema, encontra-se, no APÊNDICE C, um quadro agregando as principais Leis Municipais sobre acessibilidade.

5.5 Normas Brasileiras sobre Acessibilidade

A ABNT, como Associação de Normas Técnicas, oferece uma lista de normas relacionadas à acessibilidade e direcionadas para diversas áreas e profissionais. Muitas são específicas de acordo com o tipo de ambiente a ser aplicada, como a NBR 14020, direcionada para trens de longo percurso, a NBR 14273, para o transporte aéreo comercial e as NBR 14970-1, NBR 14970-2 e NBR 14970-3, que são diretamente relacionadas para veículos automotores.

Existem, também, normas específicas para certos equipamentos, como a NBR 15250 que trata sobre acessibilidade em caixas de autoatendimento bancário,

a NBR 15290 sobre acessibilidade em comunicação na televisão e a NBR NM³ 313 sobre requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores de passageiros, dentre muitas outras.

A NBR 15599, apresenta uma série de instruções sobre acessibilidade para comunicação na prestação de serviços ao público em pontos como competência do profissional ao lidar com a PcD e ao se comunicar, equipamentos adequados e acessíveis, instrumentos como formulários que devem oferecer recursos como ampliação de texto e especificações para empresas como centrais de atendimento de emergência, atendimento ao consumidor, serviços jurídicos, estabelecimentos de ensino, lazer, cultura, saúde, hospedagem, turismo, etc.

Ao final deste trabalho, para melhor visualização sobre o tema, encontra-se, no APÊNDICE D, um quadro agregando as principais Normas Técnicas Brasileiras disponíveis atualmente sobre acessibilidade.

Além destas, a principal norma utilizada para a composição do instrumento de pesquisa utilizado neste trabalho e também composição desta pesquisa por si, foi a NBR 6050, atualizada em 11 de setembro de 2015. Esta norma, devido sua importância primordial para a conclusão da presente pesquisa, foi estudada mais profundamente a seguir, na seção 6 deste trabalho.

³ Normalização do MERCOSUL

6 A NBR 9050:2015: ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS

A NBR 9050, de 11 de setembro de 2015, proporcionou a base do conteúdo analisado durante a observação *in loco* realizada para esta pesquisa, bem como para a construção inicial do instrumento de pesquisa aplicado para a avaliação da acessibilidade da biblioteca estudada. Por estes motivos, a mesma é estudada mais profundamente se relacionada com as demais normas apresentadas anteriormente na seção 5 deste trabalho.

A seguir, um estudo básico e dividido de acordo com as divisões próprias da norma realizadas pela ABNT, tem o objetivo de proporcionar uma melhor e rápida apresentação sobre a Norma e os pontos nela discutidos.

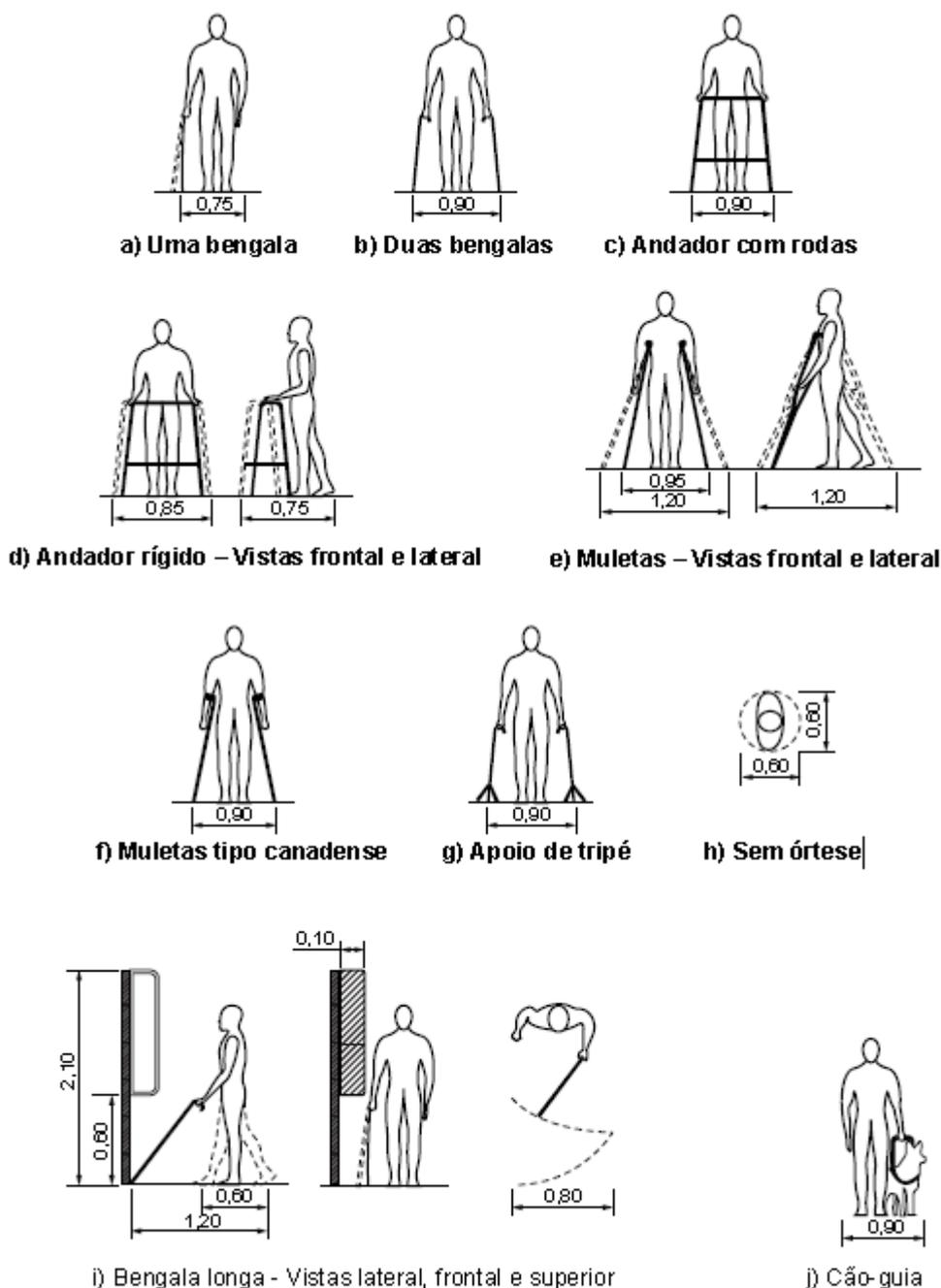
6.1 Parâmetros Antropométricos

A antropometria trata das medidas físicas do corpo humano. Dessa forma, os parâmetros antropométricos se referem ao estudo das características humanas e suas diferenças através de dimensões de referência para que assim se possa atingir um resultado ideal para o maior número de indivíduos. Cambiaghi (2012, p. 39) afirma que “Ter a compreensão das medidas das várias partes do corpo humano possibilita o cálculo da área para o alcance e a possibilidade de manipulação uso ou acionamento e entendimento de um objeto [...]”.

lida (2005, p. 98) explica que, inicialmente, a antropometria estabelecia apenas algumas “grandezas médias”, como peso e estatura, depois, começaram os estudos sobre variações e alcance de movimentos e, atualmente, a área busca estabelecer padrões mundiais de medidas para a criação de produtos universais que possam ser utilizados por diversas pessoas. Na NBR 9050, para a determinação de tais dimensões, foram consideradas medidas entre 5% e 95% da população brasileira, atingindo, assim “[...] extremos correspondentes a mulheres de baixa estatura e homens de estatura elevada.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, p. 6, 2015). A norma apresenta dimensões referenciais para pessoas em pé tanto com quanto sem órteses⁴ conforme os exemplos na Figura 1:

⁴ Aparelhos externos como bengalas, andadores, muletas e apoios para promover auxílio aos movimentos dos membros ou da coluna vertebral.

Figura 1 - Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé



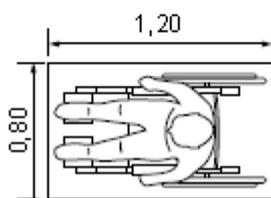
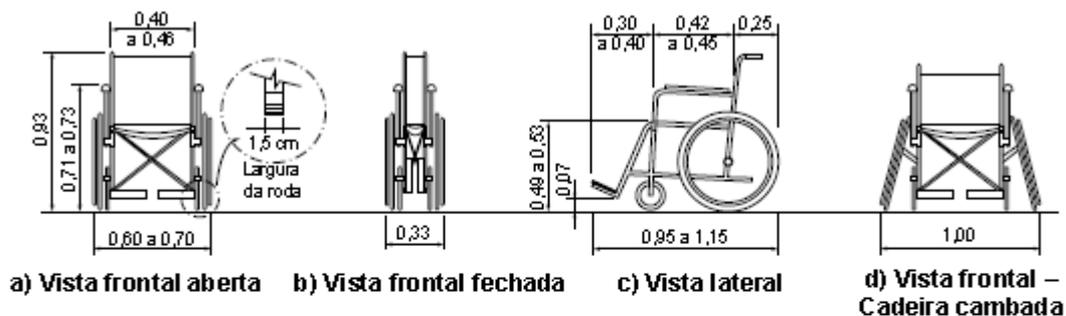
Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

Como é possível perceber, o espaço necessário para pessoas em pé varia de 0,60m até 1,20m, dependendo da necessidade de órtese do indivíduo. Este espaço mínimo deve estar disponível para que a pessoa possa se locomover de forma livre, fácil e autônoma pelo espaço.

Para as Pessoas em Cadeira de Rodas (PCR), a Norma apresenta características específicas para diferentes tipos de cadeiras de rodas. A Figura 2, a

seguir, apresenta, na linha superior, as dimensões para cadeiras de rodas manuais ou motorizadas e, na linha inferior, as dimensões do módulo de referência, com a projeção de 0,80m por 1,20m de área do piso ocupada por uma PCR.

Figura 2 - Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em cadeira de rodas (PcR)



Dimensões do módulo de referência (M.R.)

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

Além destas informações básicas, a norma ainda apresenta detalhadamente as referências para áreas de circulação e manobra de cadeiras de rodas, necessárias para proporcionar uma experiência completamente livre e autônoma para as PCR. Após, determina, também, as características necessárias para o mobiliário disponível na rota acessível para a total segurança de pessoas com deficiência visual.

A norma também apresenta as condições ideais de disposição dos elementos do espaço para o maior conforto possível de todos durante o manuseio, bem como as condições das estações de trabalho, maçanetas, puxadores, dispositivos de comando como controles, barras antipânico, entre outros.

Por fim, o documento define as dimensões referenciais relativas aos parâmetros visuais (de indivíduos na posição sentada ou em pé) e parâmetros auditivos.

6.2 Informação e Sinalização

Sobre a acessibilidade à Informação, a norma enfatiza que esta deve ser completa, precisa e clara, sendo transmitida por meio de sinalizações visuais, táteis e sonoras e apresentada através do uso de no mínimo de dois desses sentidos.

A sinalização é classificada em sinais de localização, de advertência e de instrução. Os primeiros são sinais que buscam orientar o indivíduo sobre a localização de algum determinado local ou equipamento. Os sinais de advertência são sinais de alerta prévio a uma instrução. Já os sinais de instrução têm como objetivo “[...] instruir uma ação de forma positiva e afirmativa. Quando utilizados em rotas de fuga ou situações de risco, devem preferencialmente ser não intermitentes, de forma contínua.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS p. 30, 2015). Além disso, a sinalização pode ser informativa, direcional ou de emergência, podendo ser permanente ou temporária.

A Tabela 1 apresenta a tabela disponível na norma sobre a aplicação e formas de informação e sinalização, sempre utilizando, no mínimo, dois sentidos.

Tabela 1 – Aplicação e formas de informação e sinalização

Aplicação	Instalação	Categoria	Tipos		
			Visual	Tátil	Sonora
Edificação/ espaço/ equipamentos	Permanente	Direcional/ informativa	■	■	□
		Emergência	■	□	■
	Temporária	Direcional/ informativa	■	■	□
		Emergência	■	□	■
Mobiliários	Permanente	Informativa	■	■	□
	Temporária	Informativa	■	■	□

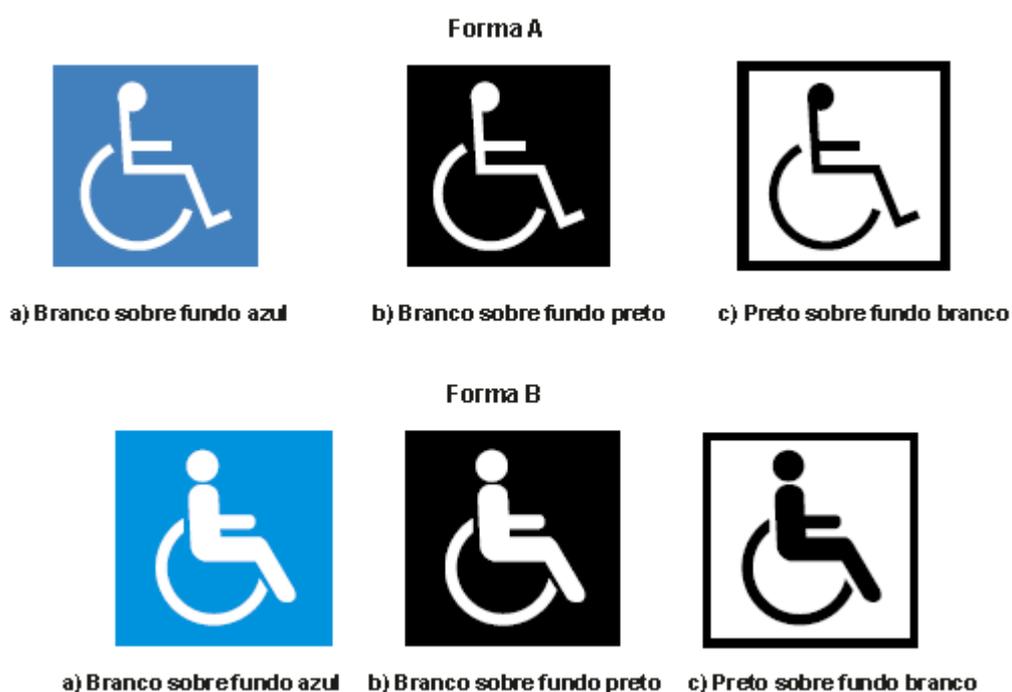
NOTA As peças de mobiliário contidas nesta Tabela são aquelas onde a sinalização é necessária, por exemplo, bebedouros, telefones etc.

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

A NBR 9050 apresenta, ainda, diversos pontos sobre a sinalização como: disposição (localização, altura, diagramação e contraste) e linguagem (visual, tátil e sonora).

Para a padronização da sinalização de ambientes acessíveis, a ABNT apresenta, através da NBR 9050 de 2015, uma coleção de símbolos utilizados para a identificação destes espaços. A Figura 3 representa o símbolo internacional de acesso (SIA):

Figura 3 - Símbolo Internacional de Acesso (SIA)



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

Para indicar a existência de mobiliário, equipamento e serviços disponíveis para PcD visual, deve ser aplicado o símbolo apresentado pela Figura 4:

Figura 4 - Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Visual



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

Para a indicação de espaços e serviços acessíveis para PcD auditiva, a Norma utiliza como representação o símbolo conforme a Figura 5:

Figura 5 - Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Auditiva



a) Branco sobre fundo azul b) Branco sobre fundo preto c) Preto sobre fundo branco

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

A NBR 9050 enfatiza que todos os símbolos da Figura 6 devem ser fixados em locais de fácil visibilidade e grande circulação como entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, áreas de embarque e desembarque de passageiros com deficiência, sanitários, áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência, áreas reservadas para cadeirantes e também em equipamentos e mobiliários preferenciais para o uso de PcD.

Além destes símbolos “universais”, a Norma também apresenta os chamados símbolos complementares, utilizados para indicar as facilidades existentes nas edificações, mobiliário, espaços, equipamentos e serviços oferecidos e devem ser apresentados conforme as Figuras 6 e 7:

Figura 6 - Símbolos complementares indicadores de atendimento preferencial



Grávida



Pessoa com criança de colo



Pessoa idosa



Pessoa obesa



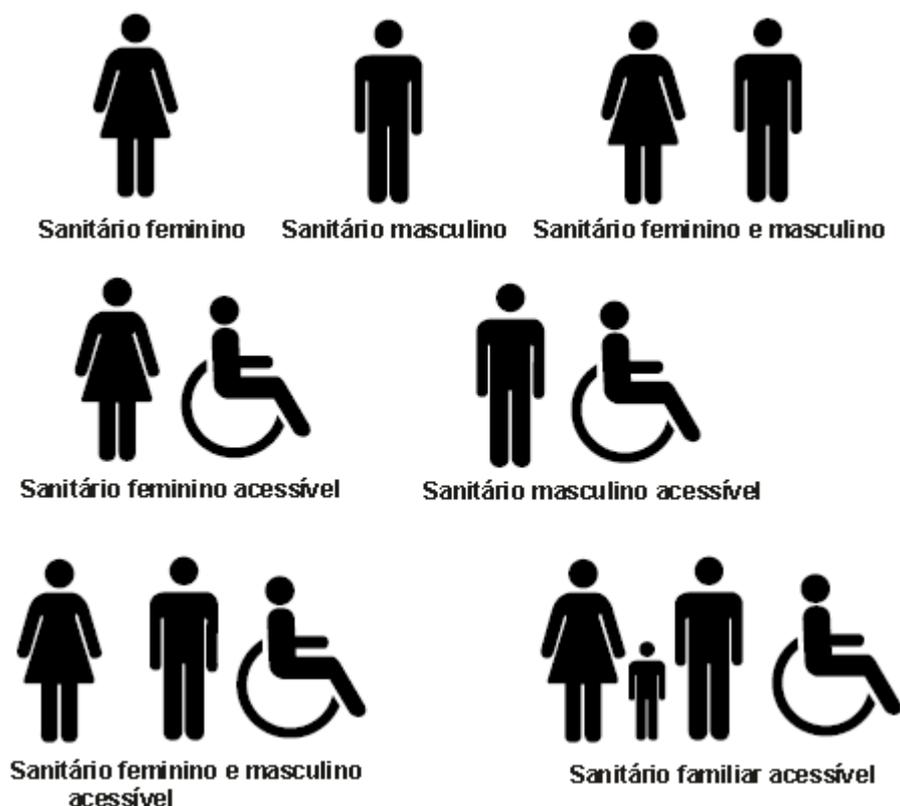
Pessoa com mobilidade reduzida



Pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

Figura 7 - Símbolos complementares indicadores de sanitários acessíveis



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

Para a sinalização dos espaços de circulação, a mesma Norma apresenta símbolos conforme a Figura 8:

Figura 8 - Símbolos complementares de circulação



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

Por último, a Norma apresenta símbolos para identificação de equipamentos e serviços de comunicação, conforme a Figura 9:

Figura 9 - Símbolos identificadores de equipamentos/serviços de comunicação



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

Além de todos estes símbolos, a NBR 9050 enfatiza as características da sinalização de portas e passagens, planos e mapas acessíveis, pavimento, degraus, elevadores e plataformas, piso, sinalização de emergência, para vagas especiais de estacionamento, alarmes, entre outros.

6.3 Acessos e Circulação

Primeiramente, a NBR9050 evidencia a necessidade de (no mínimo) uma rota acessível que interligue locais externos (estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres, rampas, escadas, passarelas entre outros) e internos (corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores entre outros). Segundo a Norma, uma rota acessível é “[...] um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS 2015, p.54). A Norma também salienta as condições de iluminação necessárias para os espaços.

Sobre os pisos, a Norma ressalta que devem ser revestidos de material que apresente, independente do piso se encontrar seco ou molhado, uma superfície regular, firme e estável, além de antiderrapante e não trepidante para dispositivos com rodas. A inclinação e os desníveis devem ser considerados corretamente, segundo a Norma: “[...] a inclinação transversal da superfície deve ser de até 2% para pisos externos e de até 3% para pisos externos. A inclinação longitudinal [...] deve ser inferior a 5%. Inclinações iguais ou superiores a 5% são consideradas rampas[...]”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 55).

Os desníveis devem ser evitados ao máximo, independentemente de sua natureza, porém, caso haja desníveis superiores a 20mm, estes devem ser considerados degraus. Outro ponto salientado é o uso de capachos, tapetes, carpetes e similares, que deve ser evitado em rotas acessíveis e, se existentes, devem ser fixos ao piso e nivelados de forma que não haja desnível superior a 5mm.

As rotas de fuga suas condições, equipamentos e sinalização devem obedecer às suas regras específicas.

A NBR 9050 orienta à criação de áreas de descanso fora das faixas de circulação em rampas, com sua extensão dependendo da inclinação do piso: a cada 50 m para áreas com até 3% de inclinação, a cada 30 m para piso de 3% a 5% de inclinação e para inclinações superiores a 5%, estas são consideradas rampas, conforme já citado. As rampas são explicadas detalhadamente pela Norma, apresentando a fórmula para o cálculo da inclinação do piso, dimensionamento e detalhes sobre limites de inclinação e número de segmentos de rampa permitidos, situações diferenciadas como rampas em curva, entre outros.

Sobre as escadarias e degraus em rotas acessíveis é vetada a utilização de escadas com espelhos vazados. Os degraus isolados (sequência de apenas um ou até dois degraus) devem ser evitados. As dimensões das escadas devem ser estabelecidas de acordo com o fluxo de pessoas e atender à NBR 9077. Os corrimãos devem ser revestidos de material rígido, firmemente fixado às paredes ou às barras de suporte e devem ser corretamente sinalizados e instalados tanto em escadas quanto em rampas, de forma contínua e com suas extremidades com acabamento recurvado.

Sobre os equipamentos eletromecânicos de circulação como elevadores, plataformas de elevação, esteiras e escadas rolantes, a norma apresenta instruções para sinalização específica de cada equipamento, com diferentes aspectos de um mesmo equipamento recebendo sinalização própria e específica, além das normas específicas para cada um.

A respeito da circulação interna, os corredores, assim como as escadas, devem ser planejados de acordo com o fluxo de pessoas e com uma faixa livre de barreiras ou obstáculos. A norma ainda dá as dimensões necessárias para a total acessibilidade para PCR, prevendo espaço suficiente para a circulação e manobra da cadeira de rodas, bem como para a instalação de portas (sejam elas de uma ou duas folhas, vai e vem ou portas de vidro) e janelas.

A Norma também apresenta as dimensões e características necessárias para a circulação externa. Informações relativas à inclinação da faixa livre e dimensões das calçadas, situações de obras na calçada e sua determinada sinalização, faixas de travessia elevadas, rebaixamento de calçadas para o acesso da PCR, sinalização da travessia, passarelas de pedestres, áreas de estacionamento e vagas reservadas e portões de acesso a garagens.

6.4 Sanitários, banheiros e vestiários

De acordo com a NBR9050, os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se “[...] em rotas acessíveis, próximas à circulação principal, próximas ou integradas às demais instalações sanitárias”. (ASSOCIAÇÃO... 2015, p. 83), estando corretamente sinalizados e possuir entrada independente, para que a PcD possa frequentá-las acompanhada de uma pessoa do sexo oposto. A Tabela 2 apresenta a tabela contida na norma que especifica o número mínimo de sanitários acessíveis que deverão estar disponíveis para cada tipo de edificação e situação:

Tabela 2 - Número mínimo de sanitários acessíveis por edificação

Edificação de uso	Situação da edificação	Número mínimo de sanitários acessíveis com entradas independentes
Público	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários
	Existente	Um por pavimento, onde houver ou onde a legislação obrigar a ter sanitários
Coletivo	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento, onde houver sanitário
	A ser ampliada ou reformada	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento acessível, onde houver sanitário
	Existente	Uma instalação sanitária, onde houver sanitários
Privado áreas de uso comum	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, onde houver sanitários
	A ser ampliada ou reformada	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um por bloco
	Existente	Um no mínimo
NOTA As instalações sanitárias acessíveis que excederem a quantidade de unidades mínimas podem localizar-se na área interna dos sanitários.		

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

A Norma apresenta as dimensões necessárias para garantir o melhor ambiente para que a PcD tenha oportunidade de utilizar as instalações de forma acessível e autônoma. Observações como o espaço para o giro de 360° de uma cadeira de rodas, área necessária para transferência lateral, perpendicular e diagonal da pessoa para a bacia sanitária e área de manobra são consideradas nesta seção da norma, além de indicações de características e dimensões para instalação do mobiliário (bacias, lavatório, espelhos, portas, torneiras, puxadores entre outros). A seguir, a Norma observa a situação ideal em relação ao piso dos sanitários, que deve ser antiderrapante, livre de desníveis e deve ter grelhas e ralos posicionados fora das áreas de manobra e transferência. Outro ponto considerado são as barras de apoio, necessárias para a total segurança e autonomia das PcD, que devem ser resistentes (a Norma indica a um esforço mínimo de 150 kg), estar firmemente fixadas, ter uma distância mínima de 40 mm entre sua face interna e a parede a qual está fixada entre outros.

É recomendável lembrar que acessibilidade não trata apenas de PcD, mas de qualquer pessoa que necessite de tratamento diferenciado devido à qualquer circunstância, como idosos e crianças. Desta forma, a Norma apresenta as observações referentes a sanitários e banheiros familiares, que devem contar com entrada independente, boxes com bacias sanitárias para adultos e bacias infantis, além de espaço para a troca de roupas da criança em posição deitada.

6.5 Mobiliário Urbano

O mobiliário urbano se refere a todos os equipamentos instalados nas áreas públicas e de uso coletivo da cidade. De forma geral, a NBR 9050 apresenta as condições básicas para que toda instalação possa ser acessível. Segundo a Norma, para ser considerado acessível, o mobiliário urbano deve, basicamente:

- a) proporcionar ao usuário segurança e autonomia de uso;
- b) assegurar dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário;
- c) ser projetado para que não se torne um obstáculo;
- d) ser projetado livre de saliências cortantes ou perfurantes;
- e) estar localizado junto a uma rota acessível;

- f) estar localizado fora da faixa livre para circulação de pedestre;
- g) ser devidamente sinalizado.

A Norma indica, de forma específica, as condições necessárias para as principais instalações de mobiliário urbano como pontos de embarque e desembarque de transporte público, semáforos de pedestre, telefones, bebedouros, lixeiras, ornamentos de paisagem e vegetação e assentos públicos.

6.6 Mobiliário

Inicialmente, a Norma orienta que todo mobiliário deve atender aos princípios do Desenho Universal, apresentados na seção 7 desta pesquisa. Nesta seção, são apresentadas as características e dimensões referentes à instalação de balcões, bilheterias e balcões de informação, mesas e superfícies de trabalho e refeição. É observado, também, que todas as características devem estar de acordo para a total acessibilidade não apenas do cliente ou usuário, mas também do atendente.

Os balcões devem ser facilmente identificados e acessíveis, garantindo espaço para aproximação, manobra e circulação da PCR. Devem ser iluminados de forma que a face do atendente seja uniformemente iluminada para facilitar a compreensão de leitura labial e gestual e devem possuir superfícies com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m.

As bilheterias e balcões de informação, assim como os demais balcões devem ser facilmente identificados, acessíveis e uniformemente iluminados. Devem ser instalados próximos às entradas e, se possível, evitar a utilização de telas e grades que dificultam a comunicação, com exceção de casos essenciais por questões de segurança. Devem ser disponibilizados dispositivos para a organização da fila, considerando que a mesma não pode interferir no acesso de pessoas com mobilidade reduzida e PCR.

6.7 Equipamentos Urbanos

Nesta seção, a NBR trata como equipamentos urbanos bens tombados, cinemas, teatros, auditórios, locais de exposições, restaurantes, refeitórios e bares,

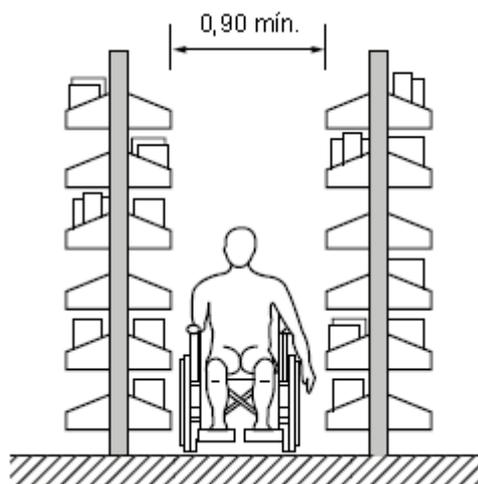
locais de hospedagem, serviços de saúde, locais de esporte, lazer e turismo, piscinas, praças, parques, locais turísticos, praias, escolas, bibliotecas e centros de leitura, estabelecimentos comerciais e bancários, delegacias e penitenciárias.

Os cinemas, teatros, auditórios e similares devem possuir espaço reservado para público de PcD ou mobilidade reduzida, além de tornar possível a circulação em espaços como plateia, palco e bastidores, que devem apresentar corredores livres de obstáculos e rampas e degraus em conformidade com o disposto na norma.

Nas bibliotecas e centros de leitura, pelo menos 5%, e no mínimo uma das mesas, devem ser acessíveis. A Norma também aconselha que mais 10% sejam possíveis de adaptação futura, para que, se caso necessário, possam ser transformados em mesas acessíveis. Assim como as mesas, os terminais de autoatendimento também devem estar disponíveis, seguindo os mesmos valores: 5% deve ser acessível e recomenda-se 10% de terminais adaptáveis.

Os corredores entre as estantes de livros devem ter, pelo menos, 0,90 m de largura, conforme mostra a Figura 10.

Figura 10 - Espaço necessário entre estantes em bibliotecas e centros de leitura



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., NBR 9050, 2015

Além disso, a cada 15 m, deve haver um espaço para a manobra da cadeira de rodas, ou seja, em corredores de mais de 15 m, caso a PCR deseje voltar, para o início do corredor, deve haver tal espaço para que ela não precise ir até o final do corredor para realizar a manobra.

7 DESENHO UNIVERSAL: ACESSIBILIDADE TOTAL PARA TODOS

Além de acessibilidade, outro termo válido de nosso interesse é o de “Desenho Universal”, também chamado de “Design para Todos” e definido na NBR 9050/15 como “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”, definição encontrada também no Artigo 3º da Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015, ou seja, o desenho universal é o modelo empregado em projetos de edificações para garantir a construção de ambientes onde qualquer indivíduo possa circular e se locomover facilmente e sem barreiras, criando um local adequado para que qualquer pessoa possa usufruir de forma autônoma e independente. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 4). Além disso, o Desenho Universal também auxilia no desenvolvimento de produtos para serem utilizados pelas pessoas sem a necessidade de adaptação ou design especializado (MELO, 2008), ou seja, ele nega a criação de determinados produtos voltados a grupos específicos sendo que o mesmo produto deve ser passível de uso por qualquer um.

Remião (2012, p. 20) afirma que o principal objetivo da utilização do Desenho Universal nas construções é:

[...] criar um ambiente acessível a todos, para que nele possam circular, livremente, tanto o usuário de cadeira de rodas, o deficiente visual ou auditivo, também o idoso, a criança, a pessoa de baixa estatura, portadores de doença que restrinjam a mobilidade, seja ela permanente ou temporária.

O Desenho Universal é a principal garantia de que o espaço a ser construído será totalmente acessível a todas as pessoas, porém, infelizmente, a prática entre os profissionais da área da construção civil ainda é pouco difundida. Em sua definição, o Center for Universal Design (CEUD) enfoca que o Desenho Universal não representa apenas o acesso do indivíduo ao local, mas também que este deve ser compreensível e utilizável da forma mais extensa possível para todas as pessoas:

Um ambiente (ou qualquer edifício, produto ou serviço neste ambiente) deve ser projetado para atender às necessidades de todas as pessoas que desejem usá-lo. Esta não é uma exigência especial, para o benefício de apenas a minoria da população. É uma condição

fundamental de um bom design. Se um ambiente é acessível, utilizável, conveniente e prazeroso, todos se beneficiam. Ao considerar as diversas necessidades e habilidades de todos durante o processo de design, o Desenho Universal cria produtos, serviços e ambientes que atendem às necessidades das pessoas. Simplificando, Desenho Universal é um bom design. (tradução nossa).

Além disso, a iniciativa ainda apresenta os princípios da técnica, que norteiam o desenvolvimento e avaliação de produtos, ambientes e serviços oferecidos, para que estes atendam ao maior número de pessoas possível sem discriminação:

- a) uso equitativo: o design deve tornar o produto útil para qualquer pessoa com habilidades diversas, ou seja, a mesma caneta que transforma a escrita em áudio pode ser utilizada facilmente pelo cego, pelo idoso com dificuldades de leitura e pela criança em fase de alfabetização;
- b) flexibilidade no uso: o mesmo design deve acomodar opções de preferências e habilidades variáveis;
- c) simples e intuitivo: deve ser de fácil compreensão para todos independente do indivíduo e sua experiência com o produto ou conhecimento prévio sobre ele;
- d) informação perceptível: o design deve conseguir comunicar a informação necessária ao usuário de forma fácil, simples e efetiva;
- e) tolerância ao erro: o mesmo deve minimizar perigos e possíveis consequências decorrentes do uso de forma inadequada, seja ela acidental ou não;
- f) baixo esforço físico: o design deve se provar útil e efetivo com o mínimo de esforço necessário possível;
- g) tamanho e espaço para aproximação e uso: tais fatores devem estar disponíveis em quantidade necessária para a efetiva utilização do produto sem interferências.

8 METODOLOGIA

Nesta seção, é apresentada a metodologia da pesquisa, descrevendo aspectos como o tipo e abordagem do estudo e métodos e instrumentos utilizados para sua realização.

Demo (1985, p. 19) esclarece sobre os instrumentos e formas de elaborar a metodologia de uma pesquisa. O autor afirma que a ciência em geral busca captar a realidade assim como ela é e manipulá-la, enquanto a metodologia trata de como chegar ao resultado esperado, ou seja, trata “[...] dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos [...]” que a pesquisa irá utilizar para chegar ao seu objetivo. Do mesmo modo, Magalhães (2005, p. 226) aponta que a metodologia é “[...] uma trilha racional para facilitar o conhecimento, além de trazer implícita a possibilidade de, como caminho, servir para que diversas pessoas o percorram, isto é, que possa ser repetidamente seguido”.

Lakatos e Marconi (1991, p. 221) resumem que uma metodologia deve responder as perguntas: como? com quê?, onde? e quanto? para ser considerada completa e adequada, guiando o pesquisador durante seu estudo, apontando falhas, acertos e as técnicas mais adequadas para cada caso. Metodologia, então, pode ser definida como um campo de estudo dos métodos e processos da pesquisa científica, buscando identificar possibilidades e limitações. (DIEHL; TATIM, 2004).

Assim, definido o que é uma metodologia é possível abordar a pesquisa em si. Analisando autores como Diehl e Tatim (2004), Gil (1993), Silva e Menezes (2005), conclui-se que a pesquisa pode ser facetada de diversas maneiras:

- a) quanto à sua natureza: pode ser aplicada ou teórica;
- b) quanto à abordagem do problema: pode ser qualitativa ou quantitativa;
- c) quanto ao seu objetivo: pode ser exploratória, explicativa ou descritiva, e;
- d) quanto ao procedimento: pode ser experimental, bibliográfica, documental, levantamento, estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa participante, pesquisa etnográfica, entre outros.

Quanto à sua natureza, a presente pesquisa pode ser denominada uma pesquisa básica, pois busca gerar novos conhecimentos úteis para o avanço da

Ciência, como concordam Silva e Menezes (2005), Gerhardt e Silveira (2009) e Moresi (2003), ou seja, não é executada nenhuma ação prática no decorrer da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa de âmbito geral sobre o objeto de estudo, assim como afirma Gil (2010), a pesquisa básica é executada com o objetivo de construção de teorias e leis que auxiliem o progresso da Ciência.

A abordagem do problema ocorre de forma qualitativa, por analisar o problema de forma minuciosa, com coleta dos dados necessários no próprio local estudado, sem a necessidade do uso de técnicas matemáticas, pois, como afirmam Gerhardt e Silveira (2005), esse tipo de pesquisa não se preocupa com representatividade numérica, mas foca no aprofundamento da compreensão do objeto de estudo. Moresi (2003, p. 69) afirma que tal abordagem “[...] ajuda a identificar questões e entender porque elas são importantes.”. Em outro momento, o autor explica que a pesquisa qualitativa utiliza a interpretação e atribuição de significados aos fenômenos, que, por se tratar de processos primariamente cognitivos, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, utilizando o ambiente como fonte dos dados.

Gerhardt e Silveira (2005, p. 34) explanam sobre as principais características da pesquisa qualitativa:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever, compreender, explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis, oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Apesar da aparente facilidade de execução de pesquisas qualitativas, é preciso frisar também que esse método tem suas desvantagens. Gerhardt e Silveira (2005) frisam a importância da atenção para os limites e riscos desse tipo de pesquisa, que estimula a excessiva confiança no investigador como instrumento de coleta, causando principalmente o risco de influenciar a pesquisa e seus resultados e a falta de diferentes pontos de vista.

Diehl e Tatim (2004) afirmam que os estudos qualitativos descrevem a complexidade do problema e a interação de variáveis, além de compreender e classificar processos dinâmicos de grupos sociais ou contribuir para a mudança de

dado grupo e possibilitar um entendimento maior sobre as particularidades do comportamento dos indivíduos.

Segundo o objetivo, este trabalho se caracteriza como exploratório, buscando maiores conhecimentos sobre o problema de pesquisa apresentado na introdução deste trabalho, proporcionando uma maior “[...] familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]”. (GIL, 1993, p. 45). Moresi (2003, p. 9) explana que uma pesquisa de caráter exploratório

[...] é realizada em área a qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses, que, todavia, poderão surgir diante ou ao final da pesquisa. É, normalmente, o primeiro passo para quem não conhece suficientemente o campo que pretende abordar.

Uma pesquisa com objetivos exploratórios é a etapa inicial para pesquisas futuras mais aprofundadas, pois estuda um objeto pouco conhecido, buscando primeiramente entendê-lo para tornar possível, então, uma pesquisa mais detalhada. Outro ponto a constatar é que, normalmente, os estudos exploratórios costumam utilizar levantamentos bibliográficos e documentais, entrevistas não padronizadas e estudos de caso, técnicas que permitem uma visão generalizada do objeto. (GIL, 2010).

Por fim, em relação à metodologia da pesquisa, este trabalho se caracteriza como um estudo de caso, pois resulta em um estudo detalhado sobre o foco que, no caso, é a acessibilidade da Biblioteca Pública Edwin Kuwer. Sobre estudo de caso, Moresi (2003, p. 10) afirma que:

[...] é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo.

Gil (1993) complementa que o estudo de caso, ao proporcionar tamanho conhecimento e detalhamento sobre o objeto de estudo, realiza uma tarefa que ele considera praticamente impossível mediante as demais técnicas. Além disso, o estudo de caso é mais recomendado para pesquisas exploratórias, principalmente em fases iniciais de uma investigação. Sua flexibilidade facilita a construção de hipóteses e teorias sobre problemas complexos. Fonseca (2002) salienta que o

pesquisador não pretende intervir sobre o objeto, apenas compreendê-lo através do ponto de vista dos participantes e revelá-lo de acordo com seu próprio ponto de vista. Diehl e Tatim (2004, p. 61) definem o procedimento como:

[...] um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas diversas relações internas e suas fixações culturais, quer essa unidade seja uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação.

Deste modo, a pesquisa pode ser considerada o ponto de partida para pesquisas futuras mais aprofundadas, criando uma base de conhecimento sobre o objeto foco do estudo, gerando novos dados, hipóteses e problemas sobre o tema, além de confirmar, modificar e/ou atualizar informações já conhecidas previamente.

Como técnica de coletas de dados, foi aplicado o *Checklist* de Avaliação de Acessibilidade em Prédios Públicos do Curso de Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos humanos para Servidores Públicos Federais (CAPADHIA) como meio de avaliação da situação arquitetônica do local estudado no quesito acessibilidade.

O *Checklist* foi escolhido para a aplicação justamente por ter sido criado para o propósito objetivado nesta pesquisa. O *Checklist* de Avaliação de Acessibilidade em Prédios Públicos (ANEXO A) é fruto do CAPADHIA, realizado em 2014 com o objetivo de capacitar os servidores federais em cumprimento dos objetivos em implementar as políticas de inclusão e de acessibilidade às pessoas com deficiência e sensibilizar para a competência em adequar e aplicar serviços acessíveis em prol de um acesso pleno em todos os espaços públicos. (MORO; ESTABEL, 2016).

Realizado em 2014 no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) de Porto Alegre e sob a coordenação do Grupo Interinstitucional de Pesquisa LEIA (Leitura, Informação e Acessibilidade), o CAPADHIA contemplou 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal e abrangeu 30 órgãos públicos da Federação, oferecendo cursos de qualificação em Língua Brasileira de Sinais, preparo de materiais com escrita ampliada e Braille, acompanhamento de alunos com limitação visual, orientações a professores e funcionários, cursos de inclusão, *workshops* entre outros aspectos que envolvem a oferta de serviços públicos acessíveis. (MORO; ESTABEL, 2016).

Através de uma longa análise bibliográfica, abarcando documentos técnicos e oficiais, normas e bibliografias publicadas nos últimos dez anos e a legislação vigente sobre acessibilidade, foram elaborados critérios para avaliação de bibliotecas. Moro e Estabel (2016) afirmam que, inicialmente, a proposta do *Checklist* continha seis categorias de acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, porém, com o avanço da análise dos documentos, foram adicionadas duas categorias: acessibilidade à informação e acessibilidade ao mobiliário e equipamentos, podendo ser avaliadas através de quatro alternativas: sim, não, parcialmente e não se aplica. O instrumento completo consiste em 36 páginas, distribuído em itens e subitens.

Primeiramente foi realizada a assinatura do Termo de Consentimento (APÊNDICE E) para a realização da pesquisa na biblioteca, após a concordância da bibliotecária responsável, foi realizada uma visita para a observação da situação arquitetônica, necessidades e dificuldades encontradas através da aplicação do *Checklist*. Após a prévia observação, foram agrupados os dados adquiridos através do estudo teórico do *Checklist* e sua aplicação *in loco* e analisados em conjunto para comparação.

Sapiranga conta com aproximadamente 80 mil habitantes segundo o Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [2010]). A cidade é conhecida por suas belas roseiras e eventos de voo livre. Inicialmente fez parte do município de São Leopoldo, emancipando-se formalmente em 28 de fevereiro de 1955, tendo como seu primeiro prefeito, eleito em 20 de fevereiro do mesmo ano, um de seus fundadores, Edwin Kuwer. Desde sua emancipação, Sapiranga é uma das cidades que mais cresce no Vale do Sinos, sendo a sexta mais populosa desta região, só atrás de Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Esteio, sendo, atualmente, a 11.^a mais populosa entre as 34 cidades que formam a região metropolitana de Porto Alegre.

Segundo Magalhães (2005), as chamadas terras de Padre Eterno, foram inicialmente ocupadas por portugueses com interesses ligados ao Rio da Prata, tropeiros e paulistas em plena disputa entre Portugal e Espanha pelas descobertas terras do Atlântico. Fleck (1994) e Magalhães (2005) concordam que, em 1845, as terras que então pertenciam à Fazenda Padre Eterno foram leiloadas e compradas por João Pedro Schmidt, que então vendeu as terras em forma de lotes coloniais aos colonos alemães, iniciando a colonização alemã nas terras.

A cidade tem sua história marcada por discórdias e disputas entre os colonos, lembrando até hoje o principal conflito da região, amplamente conhecido como o Movimento Mucker ou a Revolta dos Mucker, ocorrido no Morro Ferrabraz, no norte da cidade, entre 1873 e 1874, tendo como líderes o casal Jacobina Mentz Maurer e João Jorge Maurer.

O conflito dos Mucker contribuiu para a alteração da denominação desse espaço. Os moradores [...] se retraíram. A luta deixou marcas profundas. Todos voltaram ao seu trabalho, procurando esquecer as marcas deixadas pela guerra. Histórias horríveis foram contadas a respeito de Jacobina e seus seguidores e todos queriam se ver livres destas marcas. Muitos colonos haviam vendido sua colônia e se transferiram para novas terras, localizadas onde, hoje, são os municípios de Igrejinha, Três Coroas, Gramado, Rolante, Riozinho e para a região do rio Uruguai. (MAGALHÃES, 2005, p. 113).

Em 1903, com a inauguração da estação ferroviária oficialmente batizada com o nome “Sapyranga” (que já era utilizado para denominar parte das terras desde 1850), a denominação passou a referenciar todo o espaço antes ocupado

pelos loteamentos, apesar de se tornar oficialmente “Sapiranga” apenas em 1955, com sua emancipação, com Edwin Kuwer como prefeito. (FLECK, 1994).

Atualmente, a cidade tem como principais símbolos o Morro Ferrabraz, com o Vôo Livre, as Bicicletas e a Rosa, recebendo até mesmo o título de “Cidade das Rosas”, oferecendo anualmente uma comemoração, sempre no segundo domingo do mês de outubro, denominada “Festa das Rosas”, onde a cultura da cidade é exposta ao público, atraído pelas flores, pela comida e pelas apresentações tanto locais como de ídolos nacionais.

Como principais fontes de informação e cultura, encontram-se o Centro de Cultura Lucio Fleck, que recebe manifestações artísticas e culturais como teatro, dança, música, cinema, artes plásticas, exposições, *workshops*, seminários, palestras e cursos e a Biblioteca Pública, a única biblioteca pública disponível fora do grupo das bibliotecas escolares e, portanto, a principal fonte de informação geral para os habitantes de Sapiranga.

9.2 Biblioteca Municipal Edwin Kuwer

Segundo o site oficial da Prefeitura de Sapiranga ([2015?]), a Biblioteca Municipal Edwin Kuwer foi fundada em 1961, a partir da iniciativa de Muniz Pacheco, professor do Ginásio Estadual de Sapiranga, que em 1959 expôs a necessidade de uma biblioteca para atendimento da comunidade sapiranguense. Através do Decreto Municipal nº 668/1979, o então prefeito Remi Jorge Zimmer, denomina a biblioteca como Biblioteca Municipal Prefeito Edwin Kuwer, em homenagem ao primeiro prefeito eleito e também fundador da cidade.

Inicialmente, a biblioteca localizava-se na Rua Carlos Biehl, em frente à igreja católica. Ao longo dos anos, porém, passou por diversos endereços, inclusive pelo prédio da antiga estação ferroviária. Em 1988, mudou-se para sua locação atual na Avenida João Corrêa, 808, Centro de Sapiranga, em frente ao prédio da Prefeitura Municipal (Palácio das Rosas), junto à Câmara de Vereadores, conforme mostra a Figura 12:

Figura 12 - Localização geográfica da Biblioteca Municipal Edwin Kuwer



Fonte: GOOGLE MAPS, 2016

Em 2015, iniciou-se uma nova fase na biblioteca: a equipe realizou um recadastramento de usuários dos serviços, utilizando a base de dados BIBLIVRE3, recadastrando cerca de 2 mil sócios no sistema, enquanto o sistema antigo apresentava mais de 5 mil cadastros, assíduos ou não.

Atualmente, a biblioteca conta com um acervo de aproximadamente 22 mil obras e encontra-se aberta ao público de segunda à sexta- feira, das 8 horas às 18h30, sem fechar ao meio dia e ampliando o atendimento à comunidade, nos sábados, das 8 horas ao meio-dia.

10 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Durante a análise realizada, foi possível observar diversos aspectos que passam despercebidos para quem não tem ligação com o tema. A existência de rampas, piso tátil sinalização de faixas nas ruas, vagas preferenciais, dentre outros pontos são ignorados durante o dia-a-dia de uma pessoa que não precisa dos mesmos. É importante salientar a necessidade de um olhar crítico e sensível durante a criação de novos projetos e adaptação de projetos e recursos já existentes.

Nesta seção, serão apresentados os dados coletados durante a presente pesquisa, assim como a análise realizada e as conclusões obtidas através da aplicação do instrumento.

11.1 Aplicação do *Checklist*

A apresentação dos resultados da aplicação do *Checklist* como instrumento de avaliação das condições de acessibilidade da Biblioteca foi dividida de acordo com as seções e subseções presentes no próprio instrumento, conforme indicado a seguir:

- a) acessibilidade arquitetônica, onde foi analisado o entorno do prédio, estacionamento, entrada, espaços internos, pisos, capachos, forrações e carpetes, desníveis, degraus e escadas fixas, rampas, corrimãos, corredores, sanitários e sinalização de espaços;
- b) acessibilidade do mobiliário e equipamentos como balcão de atendimento, computadores e terminais de consulta, mesas e superfícies para trabalho e assentos fixos;
- c) acessibilidade comunicacional, englobando a sinalização dos espaços e serviços e comunicação tátil, sonora e visual;
- d) acessibilidade à informação;
- e) acessibilidade instrumental.

As seções 6, 7 e 8 do instrumento original foram omitidas durante a análise por não se referirem à acessibilidade arquitetônica do prédio da biblioteca. Para a representação do resultado da avaliação de cada item presente no *Checklist*, foram

utilizadas as letras **S**, **N**, **P** e a abreviação **N/A**, significando, respectivamente, **Sim**, para quando o aspecto assinalado está plenamente atendido, **Não**, para quando o aspecto não está atendido, **Atendimento Parcial**, para quando está parcialmente atendido e **Não se Aplica**, para quando não foi possível avaliar o aspecto.

11.1 Acessibilidade Arquitetônica

Nesta subseção, são apresentados os resultados da análise relevantes à acessibilidade arquitetônica do prédio da Biblioteca. Foram analisados pontos externos e internos do edifício. Sobre as características externas, foi observado sobre a existência de rotas acessíveis ao prédio; linhas de ônibus acessíveis; situação de calçadas; estacionamentos; entrada do prédio; entre outros. Nos aspectos do interior do edifício, foi observada a situação do piso; capachos, forrações e carpetes; desníveis, degraus, escadas e rampas; sanitários etc.

Deste modo, os itens apresentados nesta seção são de fundamental importância para a existência de um local livre de barreiras e acessível a todos, oferecendo para todas as pessoas a oportunidade de usufruir do espaço de forma autônoma e segura.

1. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA		Atendimento
1.1 Entorno do prédio		
1.1.1	Há linha de transporte urbano coletivo adaptado para o transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que permita o acesso ao entorno do prédio. (Conforme NBR 14022:2011)	N
1.1.2	O percurso entre o ponto mais próximo de embarque e desembarque do transporte coletivo até a entrada do prédio é livre de obstáculos. (Ex.: degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso)	N
1.1.3	As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres que dão acesso ao prédio estão livres, completamente desobstruídas e isentas de interferências.	P
1.1.4	As calçadas no entorno do prédio apresentam bom estado de conservação (sem buracos ou pedras soltas no	P

	pavimento).	
1.1.5	O piso no entorno do prédio (parte externa, calçada, estacionamento...) apresenta sinalização tátil do tipo de alerta ou direcional, compondo uma rota acessível ao pedestre.	N
1.1.6	As calçadas no entorno do prédio apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados no aspecto tátil.	N
1.1.7	As calçadas no entorno do prédio apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados no aspecto visual.	S
1.1.8	Nos rebaixamentos de calçadas, quando houver sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta.	N/A
1.1.9	As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres que dão acesso ao prédio apresentam largura mínima de 1,20m e altura livre mínima de 2,10m.	S
1.1.10	Em caso de obras sobre a calçada, estas estão convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima de 1,20m para circulação de pessoas. (Na impossibilidade de acesso pela calçada, deve ser feito desvio pelo leito carroçável ⁵ da via, providenciando-se uma rampa provisória, com largura mínima de 1,00m e inclinação máxima de 10%)	N/A
1.1.11	A inclinação transversal do piso no exterior do prédio é de no máximo 3% e a inclinação longitudinal máxima é de 5%. ⁶	S
1.1.12	Se a rota acessível de acesso ao prédio não está localizada junto à entrada principal, esta rota não pode exceder 50m de distância deste trajeto.	N/A
1.1.13	Próximo à entrada principal do prédio há faixa com sinalização visual e sonora para pedestre.	P
1.1.14	É previsto no mínimo um acesso vinculado através de rota acessível à circulação principal do prédio e às circulações de emergência, quando essas existirem.	S
1.1.15	O piso no entorno do prédio apresenta sinalização tátil do	N

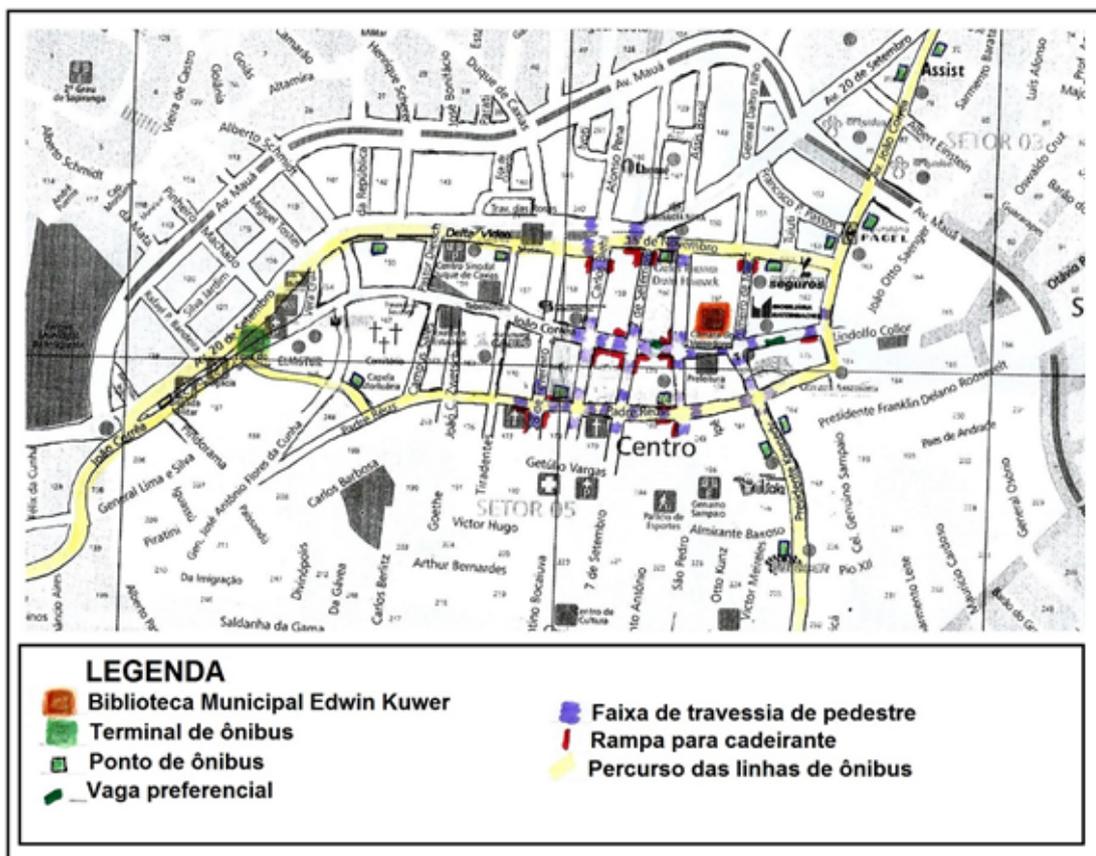
⁵ Parte da via destinada à circulação dos veículos, incluindo as faixas de estacionamento.

⁶ Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a NBR 9050:2015.

	tipo de alerta ou direcional, compondo uma rota acessível.	
1.1.16	Nas faixas de travessia, é instalada a sinalização tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento, à distância de 0,50m do meio-fio.	N
1.1.17	A sinalização tátil de alerta nos rebaixamentos de calçadas está em cor contrastante com a do piso.	N/A
1.1.18	Nas calçadas, há sinalização tátil de alerta para indicar as faixas de travessia de pedestre.	N
1.1.19	São disponibilizados, em espaços físicos com grande extensão, equipamentos de auxílio à mobilidade para pessoas com dificuldades de locomoção.	N/A

Não foi possível avaliar a situação das linhas de transporte público da cidade pois considerou-se que não há linha de transporte urbano coletivo adaptado para o acesso à Biblioteca. Tal decisão de desconsiderar o transporte público existente deve-se ao fato de que não há pontos de embarque e desembarque de passageiros próximos ao edifício, sendo o ponto mais próximo na quadra ao lado, conforme indicado na Figura 13.

Figura 13 - Observação da acessibilidade no entorno da biblioteca



Fonte: Schmitt, 2016

Pode-se observar, também, que a cidade possui um grande número de faixas para a travessia de pedestres, porém, nenhum destes pontos possui sinalização tátil ou sonora. O mesmo ocorre com as rampas para cadeirante, estas, além de não apresentarem sinalização tátil e sonora, não apresentam, também, sinalização visual.

Em relação às calçadas em frente a biblioteca, estas apresentam boas condições de acessibilidade, atingindo as medidas mínimas estipuladas pela Norma e com bom estado de conservação, porém, elas não são sinalizadas sobre rebaixamentos e não apresentam sinalização tátil, sonora ou visual, conforme pode ser observado nas Figuras 14 e 15 a seguir.

Figura 14 - Calçadas em frente à biblioteca



Fonte: Schmitt, 2016

Figura 15 - Calçadas no percurso até a entrada da biblioteca



Fonte: Schmitt, 2016

O percurso entre a calçada e a entrada do prédio não apresenta grandes obstáculos que prejudiquem o acesso das pessoas à biblioteca, apesar de conter pequenas falhas que possam gerar uma pequena trepidação para cadeiras de rodas.

Logo em frente ao prédio, há uma faixa de travessia de pedestres, porém a mesma não é sinalizada adequadamente, existe apenas a marcação pintada na via, conforme a Figura 16, a seguir:

Figura 16 - Faixa para travessia de pedestres



Fonte: Schmitt, 2016

<i>1.2 Estacionamento do prédio: vagas para veículos</i>		Atendimento
1.2.1	O prédio dispõe de estacionamento com vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	N
1.2.2	O estacionamento destina 5% das vagas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	N/A
1.2.3	As vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possuem sinalização horizontal (pintada no piso).	N/A
1.2.4	As vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possuem sinalização vertical com o símbolo internacional de acesso.	N/A
1.2.5	As vagas preferenciais para pessoas com mobilidade reduzida possuem sinalização vertical com o símbolo internacional de acesso.	N/A
1.2.6	As vagas preferenciais estão situadas em piso plano.	N/A
1.2.7	Quando afastadas da faixa de travessia de pedestres, as vagas preferenciais contam com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, de modo a	N/A

	evitar a circulação entre os veículos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	
1.2.8	As vagas preferenciais estão vinculadas à rota acessível que para facilitar o acesso de pessoas em cadeira de rodas e/ou pessoas com dificuldade de locomoção.	N/A
1.2.9	As vagas preferenciais estão vinculadas à rota acessível que interligue o prédio no qual se localizam, livre de obstáculos como degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso.	N/A

Sobre o item que se refere às vagas de estacionamento, constatou-se que não há atendimento deste quesito. O prédio não possui estacionamento próprio, apenas um pequeno bicicletário em frente à entrada, deste modo, utiliza-se apenas o estacionamento pago da via. Além disso, na faixa de estacionamento não há vaga reservada às pessoas com deficiência próxima a entrada do prédio, conforme mostra a Figura 17.

Figura 17 - Estacionamento da via pública



Fonte: Schmitt, 2016

1.3 Entrada do prédio		Atendimento
1.3.1	Se o acesso principal à entrada do prédio se dá por degrau ou escada, há também acesso por rampa ou por elevador.	S
1.3.2	Se a entrada do prédio possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade.	N/A
1.3.3	Nas entradas de acesso aos espaços, são evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação a fim de facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão.	S
1.3.4	A circulação na entrada do prédio é contínua, sem obstáculos à circulação das pessoas com mobilidade reduzida.	S
1.3.5	As portas de entrada principal apresentam vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10m. (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80m)	S
1.3.6	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de entrada possuem área livre de 1,20m.	S
1.3.7	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de saída possuem área livre de 1,50m.	S
1.3.8	As portas têm condições de serem abertas com um único movimento.	S
1.3.9	As maçanetas das portas são do tipo alavanca.	S
1.3.10	As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,80m e 1,10m do piso.	S
1.3.11	Em portas providas de dispositivos de acionamento pela pessoa, estes estão instalados à altura entre 0,80m e 1,10m do piso.	N/A
1.3.12	Quando instalados no sentido de varredura da porta, os dispositivos de acionamento pela pessoa estão distantes entre 0,80m e 1,00m da área de abertura.	N/A
1.3.13	Se as portas forem acionadas por sensores ópticos, estes estão ajustados para detectar pessoas de baixa estatura, crianças e pessoas em cadeiras de rodas.	N/A

1.3.14	Nas portas acionadas por sensores ópticos, estão previstos dispositivos de segurança que impeçam o fechamento da porta sobre as pessoas.	N/A
1.3.15	Em portas de correr, os trilhos ou as guias inferiores estão nivelados com a superfície do piso. (Eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15mm)	N/A
1.3.16	As portas apresentam na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40m a partir do piso.	N
1.3.17	As portas apresentam cores contrastantes com relação à parede e entre parede e batente.	N
1.3.18	Se a porta for de vidro, esta possui uma faixa ao longo de toda a largura e outra na moldura indicando a sua existência.	S
1.3.19	As portas possuem sinalização tátil de orientação e de alerta.	N
1.3.20	Se o prédio possui catracas na sua área de entrada principal, pelo menos uma em cada conjunto de catracas é acessível, possibilitando a rotação de 90° (1,20m x 1,20m) da cadeira de rodas. (Ver item 4.3.4 da NBR 9050:2015)	N/A
1.3.21	As catracas acessíveis estão identificadas com a sinalização internacional de acessibilidade.	N/A
1.3.22	Eventuais comandos da catraca acionáveis por pessoas estão ao alcance manual entre 0,80m e 1,10m de altura do piso.	N/A
1.3.23	Eventuais comandos da catraca, quando acionados por pessoas, são acessíveis também para pessoas com deficiência visual.	N/A
1.3.24	O prédio dispõe de planos e mapas táteis (horizontais ou inclinados) para orientação das pessoas com deficiência visual.	N
1.3.25	Os planos e mapas táteis horizontais ou inclinados estão instalados à altura entre 0,80m e 1,10m do piso, permitindo o alcance manual e visual.	N/A

1.3.26	Os planos e mapas táteis possuem um espaço na sua parte inferior com no mínimo 0,30m de altura e 0,30m de profundidade, para permitir a aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas.	N/A
1.3.27	A existência de locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva estão devidamente identificados pelo símbolo internacional. (A representação deste símbolo consiste em um pictograma, no qual está inserido, conforme a figura 34 da NBR 9050:2015)	N/A
1.3.28	O prédio apresenta símbolos complementares indicando as facilidades existentes (elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas, escada com plataforma móvel, rampa...), no mobiliário, nos espaços, equipamentos e serviços oferecidos.	P
1.3.29	Os espaços e serviços acessíveis do prédio estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso como entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, sanitários, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas e equipamentos exclusivos para o uso de pessoas com deficiência. (Conforme figura 31 da NBR 9050:2015)	P
1.3.30	A sinalização internacional de acesso está afixada em local visível ao público.	S
1.3.31	São disponibilizados, em espaços físicos com grande extensão, equipamentos de auxílio à mobilidade, como cadeiras de rodas, para pessoas com dificuldades de locomoção.	N
1.3.32	A existência de equipamentos e serviços para pessoas com deficiência visual está devidamente identificada pelo símbolo internacional. (A representação deste símbolo consiste em um pictograma, conforme a figura 31 da NBR 9050:2015)	N/A

A NBR 9050 de 2015 aponta que se deve evitar desníveis em rotas acessíveis, porém, no caso do prédio da Biblioteca Municipal Edwin Kuwer, a única entrada, disponível na lateral do prédio, possui um degrau e rampa, no entanto, fora dos padrões estabelecidos pela Norma, com inclinação superior ao estabelecido como acessível, conforme pode ser observado na Figura 18.

Figura 18 - Entrada do prédio da biblioteca

Fonte: Schmitt, 2016

No interior do edifício, a entrada apresenta circulação livre de obstáculos e contínua, com portas com medidas adequadas e com maçaneta do tipo alavanca. As portas da biblioteca também estão com medidas adequadas, com 2,20m de altura e vão de 0,95m em cada folha, também com maçaneta do tipo alavanca, a 0,95m do chão, quando o estabelecido pela norma para acessibilidade são portas com, no mínimo, 0,80m de vão e 2,10m de altura e maçanetas instaladas entre 0,90m e 1,10m do piso. Porém, as portas não apresentam cor contrastante com as cores das paredes e sinalização tátil, conforme é possível observar na Figura 19.

Figura 19 - Porta de entrada da biblioteca

Fonte: Schmitt, 2016

Pode-se observar que há sinalização visual razoavelmente bem elaborada e afixada em lugar visível, com placas de identificação de cada setor, salas e banheiros, inclusive com a utilização do Símbolo Internacional de Acesso. Não há, porém, sinalização de escadas, saídas de emergência e rampas. A NBR 9050 afirma que a sinalização deve ser autoexplicativa, objetiva e legível para todos, estando disposta em locais acessíveis, com frases em ordem ativa e afirmativa, e também recomenda o uso de letras maiúsculas e minúsculas e contornos fortes e bem definidos. A sinalização disponível não é a ideal pois, apesar de apresentar cores contrastantes que facilitem a identificação por pessoas com baixa visão, as placas são de material que produz reflexo, tornando difícil a leitura em alguns pontos devido à luminosidade, conforme pode-se observar nas Figuras 20 e 21.

Figura 20 - Sinalização de áreas e espaços do prédio



Fonte: Schmitt, 2016

Figura 21 - Sinalização dos sanitários



Fonte: Schmitt, 2016

No espaço da biblioteca existem, também, alguns cartazes informativos e avisos elaborados pela própria equipe da biblioteca, com os materiais comuns disponíveis como folhas de ofício. Devido à dificuldade de maiores elaborações para os anúncios, estes acabam sendo de difícil compreensão para alguém com baixa visão ou para alguém que esteja razoavelmente longe do cartaz, conforme mostra a Figura 22:

Figura 22 - Cartazes e anúncios na biblioteca



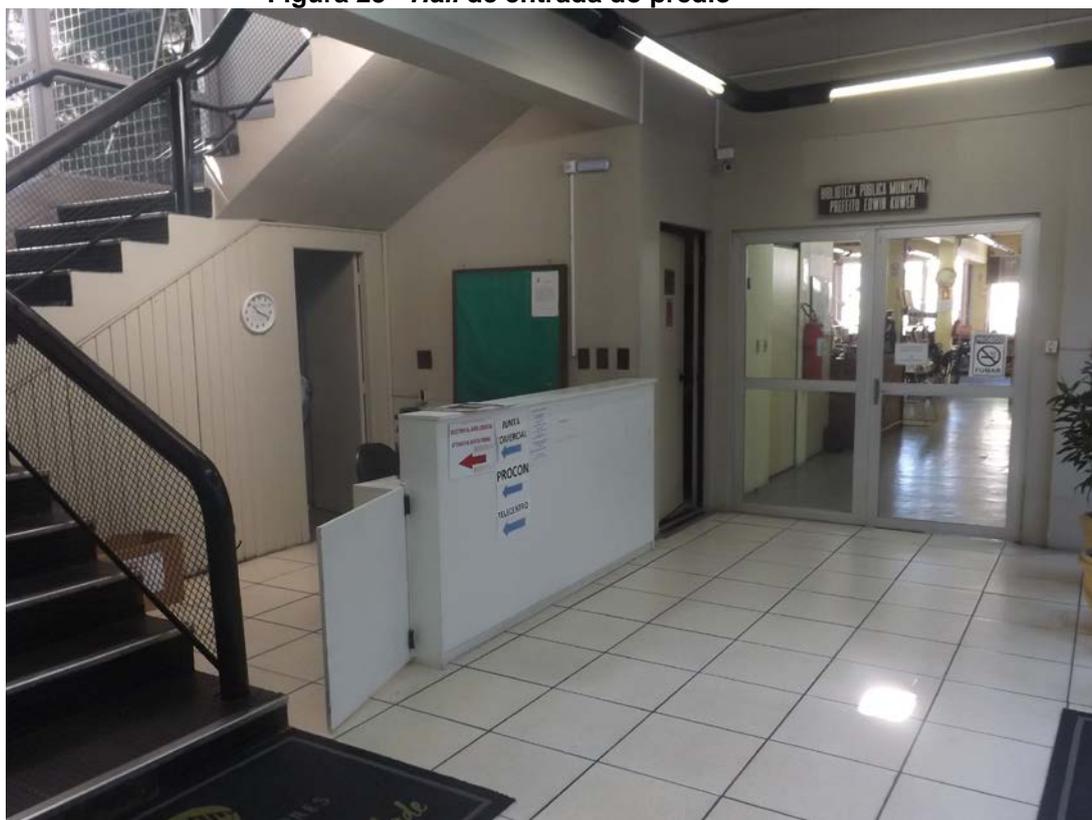
Fonte: Schmitt, 2016

1.4 Espaços internos do prédio		Atendimento
1.4.1	A iluminação é avaliada a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	S
1.4.2	Nas entradas de acesso aos espaços são evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação a fim de facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão.	S
1.4.3	O contraste de cores entre paredes, pisos e portas é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	N
1.4.4	O contraste de cores entre maçanetas e portas é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	N
1.4.5	O contraste de cores entre as portas e o batente é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	N
1.4.6	Em todo o prédio há uma rota acessível interligando o acesso de pessoas a todas as áreas e setores, desde a entrada principal.	N
1.4.7	A organização interna dos espaços (leiaute) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de	S

	<p>peças com senso de orientação reduzido. Ex.: espelhos, portas de vidro e portas vai-vem.</p>	
1.4.8	<p>As zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estas estão sinalizadas antecipadamente.</p>	N/A
1.4.9	<p>A área livre para circulação de um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas possui largura mínima de 1,20m.</p>	P
1.4.10	<p>A área livre para circulação de duas pessoas em cadeiras de rodas possui largura mínima de 1,50m.</p>	P
1.4.11	<p>A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 90°, possui o mínimo de 1,20m x 1,20m.</p>	P
1.4.12	<p>A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 180°, possui o mínimo de 1,50m x 1,20m.</p>	P
1.4.13	<p>A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 360°, possui o mínimo de diâmetro de 1,50m.</p>	P
1.4.14	<p>A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, em deslocamento de 90°, possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00m (profundidade de saída).</p>	P
1.4.15	<p>A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas em deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade).</p>	P
1.4.16	<p>O leiaute dos espaços físicos considera o acesso de pessoas em cadeira de rodas, com mobilidade reduzida, baixa estatura e deficiência visual.</p>	P
1.4.17	<p>As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de pessoas que estejam utilizando acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas...).</p>	P
1.4.18	<p>As sinalizações verticais em Braille ou texto em relevo estão instalados de maneira que a parte inferior da cela Braille ou do símbolo ou do texto esteja a uma altura entre 0,80m e 1,10m do piso.</p>	N/A

1.4.19	As sinalizações visuais em áreas de circulação, quando suspensas, estão instaladas a uma altura livre mínima de 2,10m do piso.	N/A
1.4.20	As portas internas apresentam condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80m e altura mínima de 2,10m. (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80m)	S
1.4.21	A altura dos interruptores (de luz, de disjuntor, de tecla de estabilizador de computador, entre outros) está entre 0,60m a 1,00 m de altura do piso.	S
1.4.22	Os interruptores de luz são de pressão, com grande superfície, diferenciados cromaticamente da parede onde se encontram.	N
1.4.23	As tomadas elétricas estão instaladas a uma altura entre 0,40m a 1,00m.	N
1.4.24	O quadro de luz está instalado a uma altura entre 0,80m a 1,20m.	N
1.4.25	Se o prédio dispõe de bebedouro, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, permitindo a aproximação frontal.	N
1.4.26	Se o prédio dispõe de telefone público suspenso, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, permitindo a aproximação frontal de uma cadeira de rodas.	N/A

Ao entrar no prédio, não há excessiva iluminação, utilizando-se bastante da iluminação natural durante o dia através de janelas amplas, evitando contrastes com o exterior, facilitando a adaptação sensorial dos usuários, principalmente de pessoas com baixa visão. As paredes do prédio são de tom bege acinzentado claro, com as portas e batente cinza um pouco mais escuro e o piso branco no saguão de entrada e cinza grafite na biblioteca, combinação não acessível pois prejudica a percepção por pessoas com baixa visão, conforme pode-se observar na Figura 23.

Figura 23 - Hall de entrada do prédio

Fonte: Schmitt, 2016

A organização interna dos espaços apresenta rotas acessíveis e livres de obstáculos para os diferentes setores e áreas, evitando becos e corredores de difícil acesso para PcD, porém, apenas no andar térreo do prédio, onde encontram-se a Biblioteca, o plenário da Câmara de Vereadores da cidade, a Junta Comercial, o Procon e o Telecentro. Para o segundo andar, onde se localiza Câmara de Vereadores, seus gabinetes e Secretaria, e o terceiro, onde estão alocadas a Secretaria de Agricultura, a Junta Militar e outros espaços, a única opção são as escadas, não há elevador acessível para PcD.

No espaço pertencente à biblioteca, porém, a organização é difícil devido ao espaço limitado. Com apenas um ambiente que abriga o acervo, o balcão de empréstimo e mesas para estudo e consulta, foi preciso arranjar os móveis de modo que a Biblioteca abrigue as estantes, uma pequena ala infantil, o balcão de empréstimo e duas mesas grandes, uma para o uso de computadores e outra para estudo, conforme mostra a Figura 24:

Figura 24 - Mesas para estudo

Fonte: Schmitt, 2016

Os corredores entre as estantes da Biblioteca apresentam média de 0,76m, e o corredor lateral da Biblioteca, entre as estantes e a parede com janelas é de 0,70m, espaço insuficiente para o acesso de uma cadeira de rodas, por exemplo, conforme apresentado nas Figuras 25 e 26.

Figura 25 - Corredor entre estantes na biblioteca



Fonte: Schmitt, 2016

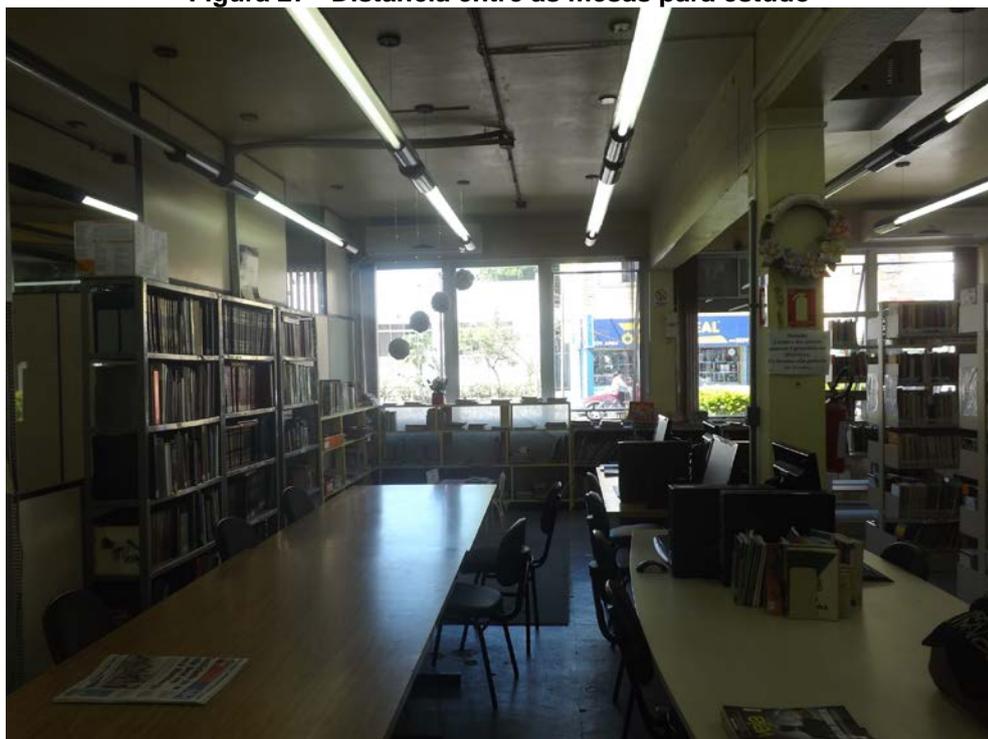
Figura 26 - Corredor entre estantes e parede



Fonte: Schmitt, 2016

O espaço para circulação nas demais áreas da Biblioteca também é de difícil acesso por um usuário em cadeira de rodas ou com limitação de movimentos: os corredores entre as mesas são estreitos e ainda tem as cadeiras como obstáculos, se houver alguém sentado, há lugares que são bloqueados. As mesas apresentam, entre si, apenas 0,60m de distância, conforme mostra a Figura 27.

Figura 27 - Distância entre as mesas para estudo



Fonte: Schmitt, 2016

Já a mesa mais ao fundo da Biblioteca, apresenta uma distância de apenas 0,53m da estante que se encontra atrás, ou seja, além de não ser acessível para PcD, é difícil para todos pois, se há alguém sentado à mesa, a estante fica inalcançável, conforme mostra a Figura 28.

Figura 28 - Distância entre mesa e estante

Fonte: Schmitt, 2016

A Biblioteca não apresenta sinalização visual suspensa pelo teto, apenas afixada nas paredes e portas, além disso, não há outro tipo de sinalização, sonora ou tátil. As tomadas elétricas encontram-se ou muito acima do recomendado pela Norma, ou muito abaixo. Os interruptores e o quadro de luz estão instalados em altura confortável, dentro do limite mínimos de 0,60m e máximo de 1m de altura do piso e também são de pressão conforme apontado pela Norma, porém não apresentam grande superfície ou cores destacadas da parede, conforme Figura 29.

Figura 29 - Quadro de luz e interruptores

Fonte: Schmitt, 2016

O bebedouro, disponível no saguão de entrada do prédio, não apresenta medidas confortáveis, pois não apresenta bica acessível com espaço para aproximação de uma cadeira de rodas, assim como pode ser observado na Figura 30.

Figura 30 - Bebedouro



Fonte: Schmitt, 2016

1.5 Pisos		Atendimento
1.5.1	Os pisos no interior do prédio apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações, considerando dispositivos com rodas.	P
1.5.2	O piso do prédio é antiderrapante sob qualquer condição.	N
1.5.3	A padronagem do desenho do piso é opaca, não provocando reflexos excessivos com a iluminação local, que podem desorientar pessoas com baixa visão.	N
1.5.4	O piso do prédio contrasta com as paredes e outros elementos arquitetônicos.	P
1.5.5	A inclinação transversal do piso no interior do prédio é de, no máximo, 2%, e a inclinação longitudinal de, no máximo, 5%.	S
1.5.6	O prédio apresenta uma área de descanso, fora da faixa de	N/A

	circulação, a cada 50m, para piso com até 3% de inclinação.	
1.5.7	O prédio apresenta uma área de descanso a cada 30m, para piso de 3% a 5% de inclinação.	N/A
1.5.8	O prédio apresenta área de descanso para inclinações superiores a 5%. (Ver dimensionamento de rampas no item 6.6 da NBR 9050:2015)	N/A
1.5.9	As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a manobra de cadeiras de rodas.	N/A
1.5.10	As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a previsão de bancos com encosto para usuários com mobilidade reduzida ou acompanhantes de pessoas em cadeiras de rodas.	N/A

O piso no interior do prédio é de superfície regular, plano e sem trepidações, porém, não é antiderrapante quando úmido, podendo causar acidentes e sua superfície provoca reflexos em demasia, tornando difícil a percepção sob alguns ângulos da iluminação e podendo desorientar pessoas com baixa visão.

<i>1.6 Capachos, forrações e carpetes</i>		Atendimento
1.6.1	Os capachos utilizados estão embutidos no piso e nivelados de maneira que o desnível não exceda 5mm.	N
1.6.2	Os carpetes e forrações apresentam as bordas firmemente fixadas ao piso de maneira a evitar enrugamento da superfície.	N
1.6.3	As felpas dos carpetes apresentam altura inferior a 6mm.	S

A Biblioteca apresenta uma pequena área infantil com um tapete cinza cobrindo parte da área. Esse tapete pode causar acidentes pois, além de causar um desnível no piso (por se tratar de um tapete um pouco grosso, e por isso, alto), o mesmo não é fixo no chão, podendo causar dobras e rugas na superfície e, principalmente, na margem que se encontra muito perto da mesa infantil, conforme mostra a Figura 31.

Figura 31 - Tapete na área infantil



Fonte: Schmitt, 2016

1.7 Desníveis		Atendimento
1.7.1	Os desníveis de piso estão em altura máxima de 5mm.	S
1.7.2	Os desníveis de piso que estejam de 5mm até 20mm são tratados em forma de rampa.	N/A
1.7.3	Os desníveis superiores a 20mm são tratados como degraus e devidamente sinalizados.	N/A

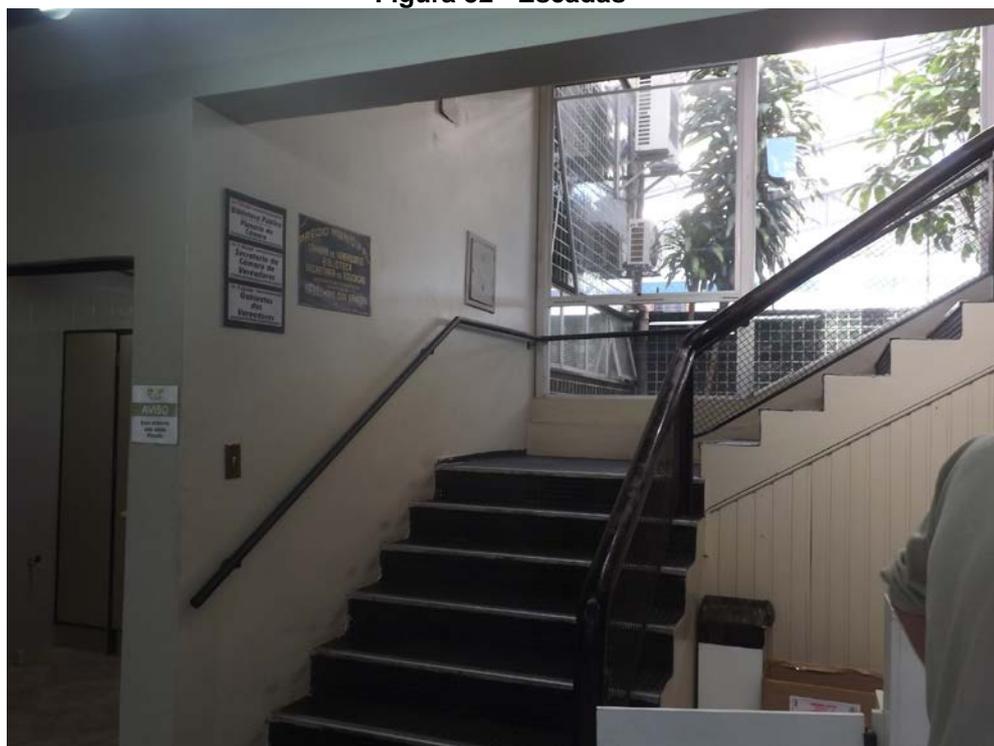
Como já citado anteriormente, o piso deste espaço é plano e sem desníveis, apresentando apenas o tapete da área infantil da biblioteca como preocupação.

1.8 Degraus e escadas fixas		Atendimento
1.8.1	O acesso a ambientes com degraus e escadas fixas está associado às rampas acessíveis ou a equipamento de transporte vertical/inclinado.	P
1.8.2	Os espelhos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,16m e o máximo de 0,18m.	S
1.8.3	Os pisos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de	S

	0,28m e o máximo de 0,32m.	
1.8.4	A inclinação transversal das escadas não excede 1%.	S
1.8.5	A largura das escadas fixas atende ao mínimo admissível de 1,20m.	S
1.8.6	O primeiro e o último degrau de um lance de escada estão a uma distância de no mínimo 0,30m da área de circulação adjacente.	S
1.8.7	Os degraus estão sinalizados conforme a figura 61 da NBR 9050:2015.	S
1.8.8	As escadas fixas apresentam, no mínimo, um patamar a cada 3,20m de desnível e sempre que houver mudança de direção.	S
1.8.9	Entre os lances de escada existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20m. (Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada)	S
1.8.10	Os elevadores atendem integralmente ao disposto na NBR 313:2007 quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais.	N/A

Apesar do degrau na porta de entrada contar com o auxílio de rampa, as escadas internas que levam ao segundo e terceiro andares do edifício são o único modo de se chegar nos demais andares. Os espelhos dos degraus apresentam 0,19m, 0,01m acima do permitido pela Norma, o piso dos degraus apresenta 0,30m de extensão, atendendo os limites acessíveis estabelecidos e, de largura, a escada apresenta 1,20m, 0,10m acima do mínimo admissível pela Norma, assim como representa a Figura 32.

Figura 32 - Escadas



Fonte: Schmitt, 2016

1.9 Rampas		Atendimento
1.9.1	As rampas apresentam largura mínima de 1,20m.	N
1.9.2	As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%.	N
1.9.3	A inclinação transversal não excede 2% em rampas internas.	N/A
1.9.4	As rampas em curva apresentam inclinação máxima admissível de 8,33% e o raio mínimo de 3,00m, medido no perímetro interno à curva.	N/A
1.9.5	No início e no término da rampa existem patamares com dimensão longitudinal de no mínimo 1,20m, além da área de circulação adjacente.	N
1.9.6	Entre os segmentos da rampa existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20m.	N/A
1.9.7	Os patamares situados em mudanças de direção apresentam dimensões iguais à largura da rampa (1,20m mínima).	N/A
1.9.8	A inclinação transversal dos patamares não excede 2%.	N/A
1.9.9	As rampas apresentam a devida previsão de áreas de	N/A

descanso nos patamares a cada 50m de percurso.
--

A rampa disponível na porta de entrada do prédio consta com 0,90m de largura, insuficiente para algumas cadeiras de rodas, que requerem, no mínimo, 1,20m para o deslocamento seguro. Além disso, a inclinação da rampa ultrapassa o máximo suportado que consta na Norma de 8,33%, chegando a ultrapassar os 18% de inclinação, ou seja, além de não oferecer a largura necessária para a cadeira de rodas, apresenta uma inclinação muito superior ao permitido, conforme mostra a Figura 33. Deste modo, mesmo se a rampa apresentasse largura suficiente, uma pessoa em cadeira de rodas não teria autonomia para entrar no prédio, necessitando da ajuda de outra pessoa para tomar impulso o suficiente para subir a rampa.

Figura 33 - Rampa de acesso na entrada do prédio



Fonte: Schmitt, 2016

1.10 Corrimãos		Atendimento
1.10.1	Os corrimãos estão instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas.	P
1.10.2	Os corrimãos são feitos de material rígido.	S
1.10.3	Os corrimãos estão firmemente fixados às paredes,	S

	oferecendo condições seguras de utilização.	
1.10.4	Os corrimãos estão sinalizados conforme item 5.4.3 da NBR 9050:2015.	N
1.10.5	Os corrimãos possuem altura entre 0,70m e 0,92m do piso.	S
1.10.6	Os corrimãos possuem largura entre 3,0cm e 4,5cm.	P
1.10.7	Os corrimãos estão afastados da parede no mínimo a 4,0cm.	S
1.10.8	Os corrimãos de escadas e rampas estão sinalizados através de anel com textura contrastante com a superfície do corrimão, instalado 1,00m antes das extremidades.	N
1.10.9	No início e no final das escadas fixas os corrimãos estão sinalizados em Braille e em relevo na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, informando sobre os pavimentos.	N
1.10.10	No início e no final das rampas os corrimãos estão sinalizados em Braille e em relevo na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, informando sobre os pavimentos.	N
1.10.11	Se embutidos na parede, os corrimãos estão afastados 4,0 cm da parede de fundo e 15,0 cm da face superior da reentrância.	N/A
1.10.12	Os corrimãos permitem boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular.	S
1.10.13	Os corrimãos laterais prolongam-se pelo menos 30cm antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão. (Ver figura 76, do item 6.9.2.3 da NBR 9050:2015)	N
1.10.14	As extremidades dos corrimãos apresentam acabamento recurvado. (Ver figuras 76 a 78, do item 6.9.2.3 da NBR 9050:2015)	P
1.10.15	Os corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas. (Ver figura 88 do item 6.7.1.7 da NBR 9050:2004)	S
1.10.16	A altura dos corrimãos está a 0,92m do piso no caso de degraus isolados e escadas.	N

1.10.17	As rampas apresentam corrimãos laterais instalados a 0,92m e a 0,70m do piso, medidos da geratriz superior.	N
1.10.18	Quando se tratar de escadas ou rampas com largura superior a 2,40m, estas apresentam corrimão intermediário. (Ver figura 77 do item 6.9.4 da NBR 9050:2015)	N/A

A NBR 9050 especifica que cada escada fixa e rampa deve apresentar corrimãos instalados em ambos os lados, feitos de material rígido e acabamento recurvado, firmemente afixados a 0,92m da parede e a 0,70m do piso, devendo ser contínuos e prolongarem-se após o término das escadas por pelo menos 0,30m ou, no caso de degraus isolados, deve ser instalada uma barra de apoio.

No degrau e rampa encontrados na porta de entrada do prédio, não há corrimão ou barra de apoio em nenhum dos lados proporcionando estabilidade para a PcD. Já as escadas apresentam corrimãos em ambos os lados, ininterruptos inclusive durante os patamares, bem afixados e feitos de material rígido e acabamento recurvado conforme o estabelecido na Norma. Além disso, as medidas de altura do piso e distância da parede também estão de acordo com a NBR 9050, porém, foi possível observar que um dos corrimãos é muito largo, dificultando a empunhadura firme, não propiciando a segurança total que poderia propiciar.

1.11 Corredores		Atendimento
1.11.1	Os corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas. (Conforme 6.12.6 da NBR 9050:2015)	S
1.11.2	Os corredores de uso comum com extensão de até 4,0m apresentam largura mínima de 0,90m.	P
1.11.3	Os corredores de uso comum com extensão de até 10,00m apresentam largura mínima de 1,20m.	P
1.11.4	Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,00m apresentam largura mínima de 1,50m.	S
1.11.5	Os corredores apresentam uma faixa ampla para a circulação, sem obstáculos que obstruam a acessibilidade.	P

Durante as observações realizadas no local, foi possível constatar que, por se tratar de um edifício prioritariamente administrativo, não apresenta grande fluxo

de pessoas, ou seja, dificilmente acontecerá algum acidente ou congestionamento de pessoas nos corredores.

Na Biblioteca porém, devido ao espaço limitado entre as estantes, as medidas de espaço necessárias para o melhor conforto dos usuários segundo a Norma não são atendidas, porém, durante as observações, não houve grande fluxo de usuários simultâneos, tornando possível a conclusão de que, mesmo não estando totalmente de acordo com a NBR 9050, devido ao pequeno fluxo de pessoas, o espaço limitado entre estantes pode não ser um grande problema neste quesito, pois dificilmente haverá dois usuários utilizando o mesmo corredor. Esta conclusão, porém, não se aplica ao fato do espaço ser insuficiente para o acesso de uma cadeira de rodas, aplica-se apenas ao fato do pequeno fluxo de pessoas não necessitar um corredor de largura extra extensa.

1.12 Sanitários		Atendimento
1.12.1	O prédio dispõe de sanitário acessível de uso preferencial para pessoas com deficiência ou dificuldades de locomoção. (Conforme item 7 da NBR 9050:2015)	S
1.12.2	O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível.	S
1.12.3	As portas de sanitários acessíveis apresentam puxador horizontal a uma altura entre 0,80m a 1,10m do piso, com largura de 0,40m.	S
1.12.4	As portas de sanitários acessíveis possuem abertura para fora.	P
1.12.5	Em relação ao acesso aos sanitários, a porta de entrada tem no mínimo 80cm de largura.	S
1.12.6	O sanitário acessível possui dimensões mínimas de 1,50m x 1,70m, com bacia posicionada na parede de menor dimensão.	N
1.12.7	Em relação aos lavatórios, é prevista área de aproximação frontal a esses.	S
1.12.8	Em relação aos lavatórios, as barras de apoio estão instaladas no lado da pia.	N

1.12.9	Os acessórios ao alcance das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida estão instalados na faixa de alcance confortável (de 0,80 a 1,20m).	S
1.12.10	A altura da pia tem no máximo 80cm.	S
1.12.11	A torneira é do tipo alavanca, sensor ou pressão.	P
1.12.12	O espelho se encontra numa altura máxima de 90cm a 1,10m.	N
1.12.13	Acessórios como o porta-sabonete e porta-papel estão numa altura de, no máximo, 1,20m.	N
1.12.14	Em lavatórios coletivos acessíveis, os acessórios são suspensos, sendo que sua borda superior está a uma altura de 0,78 a 0,80m do piso acabado e respeitando uma altura livre mínima de 0,73m na sua parte inferior frontal.	N/A
1.12.15	Em lavatórios coletivos acessíveis, o sifão e a tubulação estão situados a, no mínimo, 0,25m da face externa frontal e tem dispositivo de proteção do tipo coluna suspensa ou similar. (Não é permitida a utilização de colunas até o piso ou gabinete).	N/A
1.12.16	Em relação ao vaso sanitário, há área de transferência lateral, diagonal e perpendicular para usuários de cadeiras de rodas.	S
1.12.17	Em relação ao vaso sanitário, é garantida a instalação a uma altura de 0,46m, medida da borda superior do assento até o piso.	S
1.12.18	Em relação ao vaso sanitário, a válvula de descarga é de leve pressão e está a uma altura máxima de 1,00m do piso.	P
1.12.19	Em relação ao vaso sanitário, o papeleiro está ao alcance da pessoa sentada no vaso.	S
1.12.20	No caso de haver mictório individual, para que possam ser utilizados por pessoas com deficiência ambulatoria parcial, esses estão localizados a uma altura de 0,65m do piso e são providos de barras de apoio fixadas na vertical, com afastamento de 0,60m, altura de 0,75m do piso e comprimento de 0,70m.	N/A

Logo no saguão de entrada do prédio, encontram-se os banheiros feminino e masculino, ambos com cabine acessível reservada para PcD ou dificuldades de locomoção, sinalizados com o Símbolo Internacional de acesso tanto na porta externa do banheiro como nas portas das cabines acessíveis, conforme mostra a Figura 34, a seguir.

Figura 34 - Sinalização Universal nos sanitários acessíveis



Fonte: Schmitt, 2016

As portas das cabines acessíveis apresentam puxador horizontal a uma altura de 0,90m do piso e largura de 0,40m, além disso, as portas possuem abertura para fora, conforme especificado na NBR 9050. A Norma regulamenta que os sanitários acessíveis devem ter dimensões mínimas de 1,50m x 1,70m, com bacia posicionada na parede de menor dimensão. Nos sanitários da biblioteca, as cabines apresentam dimensões de 1,40m e 1,90m, com bacia posicionada na parede de maior dimensão tanto no sanitário masculino como no feminino, como podemos ver nas Figuras 35 e 36, não acatando plenamente o especificado pela Norma.

Figura 34 - Sanitário acessível - vaso sanitário



Fonte: Schmitt, 2016

Figura 36 - Sanitário acessível - pia



Fonte: Schmitt, 2016

Além disso, é possível perceber através da Figura 35 acima, que o *dispenser* para papel higiênico (ao lado do vaso sanitário) está instalado na faixa de alcance confortável e que há área de aproximação frontal e de transferência suficiente para

usuários de cadeira de rodas, com o auxílio das barras de apoio, porém, não há barras perto das pias, o que, com a possibilidade do chão úmido mais as divisórias leves, pode ocasionar acidentes. Outra dificuldade foi encontrada com a pressão necessária para ativar a válvula de descarga, que é muito rígida e de difícil manuseio, é preciso utilizar muita força para ativá-la, o que pode se tornar um obstáculo para PcD.

<i>1.13 Sinalização de espaços: situações de alerta</i>		Atendimento
1.13.1	Há sinalização direcional da localização das entradas acessíveis do prédio e suas dependências.	N
1.13.2	Os degraus ou escadas apresentam sinalização visual próxima às bordas do piso, em cor contrastante com a do acabamento, com largura de 0,30m e profundidade entre 0,20 a 0,30m e comprimento de no mínimo 0,70m.	N
1.13.3	Os pisos do prédio apresentam sinalizações táteis e visuais (de alerta e direcional) delineando a trajetória para os diferentes serviços/setores.	N
1.13.4	O prédio apresenta sinalização tátil e visual (de alerta e direcional) no piso em áreas de circulação onde há ausência ou interrupção da guia de balizamento, em ambientes internos ou externos. (Conforme 5.4.6 da NBR 9050:2015)	N
1.13.5	A sinalização tátil direcional apresenta textura com seção trapezoidal (relevos lineares, regularmente dispostos), qualquer que seja o piso adjacente, instalada no sentido do deslocamento, com largura entre 0,20m e 0,60m e cromodiferenciada em relação ao piso adjacente.	N/A
1.13.6	Quando há mudança de direção entre duas ou mais linhas de sinalização tátil direcional, há uma área de alerta indicando que existem alternativas de trajeto, com dimensão proporcional à largura da sinalização tátil direcional.	N/A
1.13.7	Quando há mudança de direção formando ângulo superior a 90°, a linha-guia é sinalizada com piso tátil direcional.	N/A
1.13.8	Quando integradas, sinalização tátil de alerta e direcional, há desnível entre as sinalizações.	N/A

1.13.9	O desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado para sinalização é chanfrado, não excedendo 2mm.	N/A
1.13.10	Há sinalização tátil de alerta no início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada no máximo, 0,32m do ponto onde ocorre a mudança do plano	N
1.13.11	Há sinalização tátil de alerta junto às portas dos elevadores, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada, no máximo, 0,32m da abertura.	N/A
1.13.12	Junto às portas de elevadores, quando há sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta.	N/A
1.13.13	Há sinalização tátil de alerta para situações que envolvem risco de segurança como colunas ou objetos suspensos entre 0,60m e 2,10m de altura do piso. (Ver item 5.4.6.3 da NBR 9050:2015).	N
1.13.14	As sinalizações táteis de alerta do piso são diferenciadas na cor em relação ao piso adjacente ou associadas à faixa de cor contrastante. (Conforme 5.4.6.2 da NBR 9050:2015).	N/A
1.13.15	As dimensões do piso tátil de alerta estão em conformidade com os critérios do item 5.4.6.30 da NBR 9050:2015. (Ver fig. 62 da referida norma)	N/A
1.13.16	A sinalização tátil de alerta no início e término de escadas fixas, escadas rolantes, rampas, portas dos elevadores e junto a desníveis está em conformidade com os critérios do item 5.4.6.3 da NBR 9050:2015.	N/A
1.13.17	As sinalizações táteis de alerta do piso são diferenciadas na cor em relação ao piso adjacente ou associadas à faixa de cor contrastante. (Conforme 5.4.6.2 da NBR 9050:2015).	N/A
1.13.18	A sinalização tátil de alerta e a direcional apresentam cor contrastante com a do piso adjacente, e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente.	N/A
1.13.19	As rotas de fuga e as saídas de emergência do prédio e	P

	dos espaços estão sinalizadas com informações visuais, táteis e sonoras.	
1.13.20	As rotas de fuga, quando localizadas dentro do prédio, estão sinalizadas e iluminadas com dispositivos de balizamento de acordo com a NBR 10898:1999.	N
1.13.21	Nas escadas de emergência que interligam os diversos pavimentos, junto à porta corta-fogo, há sinalização tátil e visual informando o número do pavimento.	N/A
1.13.22	Possui instalada a sinalização tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento, à distância de 0,50m do meio-fio, nas faixas de travessia.	N
1.13.23	Possui sinalização tátil de alerta ao longo do meio fio e o piso tátil direcional, demarcando o local de embarque e desembarque, no ponto de ônibus mais próximo ao prédio.	N

Sobre o item de sinalização de espaços e situações de alerta, percebeu-se que não há sinalização direcional no prédio, apenas três placas informando as salas de cada andar, mas sem informações sobre a rota para cada setor. Não há, também, sinalização visual nas escadas, que, conforme a NBR 9050, devem apresentar sinalização próxima às bordas do piso, em cor contrastante, com largura de 0,20m e profundidade entre 0,20m e 0,30m.

No prédio inteiro não há sinalização tátil ou sonora alguma, impossibilitando a autonomia de usuários deficientes visuais, que só conseguirão acessar os setores se acompanhados, o que pode causar estranhamento e constrangimento ao usuário.

10.2 Acessibilidade do Mobiliário e Equipamentos

Além do espaço acessível, é necessário também o planejamento do mobiliário acessível, tanto para o público como também para equipe de trabalho com PcD. Nesta subseção, foram avaliados os itens referentes aos equipamentos e mobiliário disponíveis na biblioteca como o balcão de atendimento, mesas e superfícies para trabalho, assentos e computadores.

2. ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	Atendimento
---	-------------

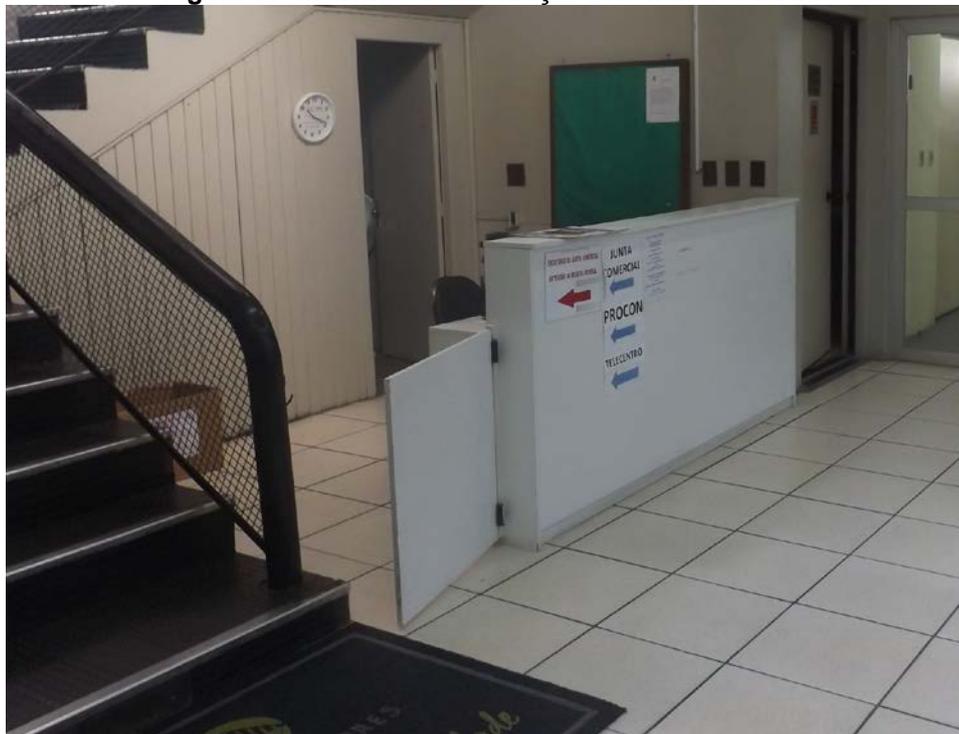
2.1 Balcão de atendimento às pessoas		
2.1.1	O balcão de atendimento às pessoas está localizado em rota acessível.	S
2.1.2	O balcão de atendimento, em algum trecho de sua longitude, de 0,75m a 0,85m do piso e largura mínima, sob a superfície, de 0,80m do piso, permitindo o contato visual entre a pessoa (em cadeira de rodas ou de baixa estatura) e o servidor atendente. (Conforme figura 134 do item 9.3.4.5 da NBR 9050:2015).	N
2.1.3	O balcão de atendimento às pessoas é acessível a pessoas em cadeira de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão. (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeira de rodas)	N
2.1.4	A parte superior do balcão de atendimento é livre de barreiras como vidros, barras, entre outros.	S
2.1.5	A mesa do balcão de atendimento apresenta revestimento opaco, de forma que o brilho não prejudique as pessoas com baixa visão.	N

Segundo a NBR 9050, os balcões de atendimento devem possuir superfície com largura mínima de 0,90m e altura entre 0,75m a 0,85m do piso, além de oferecer altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 e profundidade livre mínima de 0,30m, para que a pessoa com cadeira de rodas possa acessar o balcão. Durante a pesquisa, foram avaliados os dois balcões disponíveis para o atendimento do público: o balcão de informações no *hall* de entrada do prédio e o balcão de empréstimo da biblioteca e foi possível constatar que nenhum dos dois balcões disponíveis é adequado e acessível.

O balcão de informações encontra-se logo à entrada do prédio, sendo a principal referência encontrada no *hall* de entrada, porém, ultrapassa os limites estabelecidos pela norma apresentando 1,10m de altura, 0,25m a mais do que o limite máximo de altura aconselhado. Em uma das extremidades do balcão, porém, há uma pequena porta para a entrada do funcionário, que apresenta 0,30 m de altura e 0,67m de largura. Essa porta, infelizmente, seria a única opção para que um

cadeirante pudesse, ao menos, ser visto pelo funcionário atrás do balcão, conforme mostra a Figura 37, a seguir.

Figura 37 - Balcão de informações no *hall* de entrada



Fonte: Schmitt, 2016

O balcão de empréstimo da Biblioteca encontra-se logo após o corredor de entrada da sala, a esquerda e é formado por dois balcões iguais posicionados em forma de “L”. Os dois balcões apresentam 2,10m de comprimento e altura de 1m, 0,15m acima do aconselhado pela Norma, ou seja, não há espaço para o atendimento de cadeirantes ou pessoas de baixa estatura, como crianças. Além disso, o balcão não apresenta revestimento opaco, o que pode prejudicar pessoas com baixa visão, conforme mostram as Figuras 38 e 39.

Figura 38 - Balcão de empréstimo da biblioteca - frente



Fonte: Schmitt, 2016

Figura 39 - Balcão de empréstimo da biblioteca - lateral



Fonte: Schmitt, 2016

2.2.1	Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores são acessíveis às pessoas em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida.	N
2.2.2	Os computadores destinados ao público encontram-se em local e mobiliário acessíveis atendendo aos requisitos de acessibilidade.	N
2.2.3	A tela, a torre e os periféricos do computador são flexíveis e independentes na sua localização, possibilitando adaptar as diferentes necessidades das pessoas.	S
2.2.4	Os botões de liga:desliga, manipulação de disquete, CD-ROM, e outros dispositivos são acessíveis ao alcance manual entre 0,40m a 1,20m de altura do piso.	S

A biblioteca conta com quatro computadores para o uso do público, posicionados nas mesas para estudo conforme mostra a Figura 40.

Figura 40 - Computadores



Fonte: Schmitt, 2016

Porém, não é possível classificar nenhum destes como acessível pois, apesar de dois dos computadores estarem em rota acessível, com bastante espaço

para manobra entre as mesas e as estantes e atender às medidas estipuladas para a altura dos botões de manipulação do dispositivo (liga/desliga, CD-ROM etc), as mesas não oferecem altura necessária para uma cadeira de rodas.

<i>2.3 Mesas ou superfícies para o trabalho</i>		Atendimento
2.3.1	Pelo menos 5% das mesas estão localizadas junto às rotas acessíveis.	S
2.3.2	No entorno de pelo menos 5% das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90m e área de manobra para o acesso às mesmas.	S
2.3.3	Pelo menos 5% das mesas permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeira de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50m.	N
2.3.4	Pelo menos 5% das mesas apresentam altura e posição acessíveis e confortáveis na altura entre 0,75m e 0,85m do piso.	N
2.3.5	Pelo menos 5% das mesas apresentam arredondamento dos ângulos a fim de evitar acidentes com pessoas em cadeira de rodas, de baixa estatura e outros.	N
2.3.6	As mesas apresentam revestimento opaco, de forma que o brilho não prejudique as pessoas com baixa visão.	N
2.3.7	Há suporte para apoio de textos complementares junto à mesa do computador.	S
2.3.8	As cadeiras para uso nas mesas possuem rodízios para o deslocamento.	N

Com as medições, foi constatado que ambas as mesas disponíveis na biblioteca não estão acessíveis, estando apenas a 0,10m de altura do piso, quando o estimado pela norma é de, pelo menos, 0,75m para que possa acomodar uma cadeira de rodas. Além disso, devido ao espaço restrito da biblioteca, o espaço entre as mesas é de, em média, 0,60m, um corredor de difícil acesso até para pessoas sem limitação alguma.

As mesas apresentam ângulos pontiagudos e não arredondados como o especificado, podendo causar acidentes com PcD e crianças, e assim como o balcão, as mesas não apresentam acabamento fosco, podendo causar dificuldades para pessoas com baixa visão.

2.4 Assentos Fixos		Atendimento
2.4.1	Os assentos fixos estão distribuídos em rotas acessíveis.	P
2.4.2	Pelo menos ao lado de 5% dos assentos fixos há um espaço livre que não interfere na circulação das pessoas, reservado para pessoas em cadeira de rodas. (Este espaço livre deve medir, no mínimo, 0,80m de largura e 1,20m de comprimento)	N
2.4.3	Pelo menos 10% dos assentos fixos podem ser adaptados para a acessibilidade, de modo que sua altura e/ou comprimento podem ser mudados para atender as diferenças antropométricas de todas as pessoas.	N

Na Biblioteca não há assentos fixos, sendo que as únicas opções de assentos disponíveis para o público são as cadeiras comuns nas mesas de estudo e o sofá na área infantil. É válido ressaltar que, caso um cadeirante deseje se aproximar da área infantil, não há espaço para a cadeira de rodas, visto que a distância disponível entre o sofá e a estante de livros ao lado é de apenas 0,65m, conforme a figura 41.

Figura 41 - Distância entre sofá e estante



Fonte: Schmitt, 2016

10.3 Acessibilidade Comunicacional

Além de espaços e mobiliários acessíveis, outro ponto importante para a promoção da acessibilidade em um prédio é a chamada acessibilidade comunicacional, que trata da comunicação entre o funcionário, o edifício e o usuário, ou seja a sinalização existente do edifício para informar, localizar e auxiliar o visitante. Nesta subseção, foi avaliada a sinalização dos espaços e serviços da Biblioteca, abarcando todos os tipos de sinalização necessários: visual, tátil e sonora. É importante frisar que, segundo a NBR 9050, é essencial que haja pelo menos dois tipos de sinalização presentes simultaneamente.

3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL		Atendimento
3.1 Sinalização dos Espaços e Serviços da Biblioteca		
3.1.1	Há sinalização informativa da localização das entradas acessíveis do prédio e suas dependências.	N
3.1.2	Há sinalização informativa, na entrada do prédio, quanto aos dias e horário de funcionamento dos serviços.	N
3.1.3	A área de recepção e atendimento está claramente indicada via painéis informativos acessíveis, impressos e táteis.	N
.1.4	A sinalização internacional de acesso está fixada em local visível ao público.	P
.1.5	O prédio dispõe de uma maquete visual impressa e tátil para orientar as pessoas sobre a localização das diferentes áreas de serviços, localizada e posicionada de forma adequada para permitir o alcance e aproximação de todos.	N
.1.6	Dentro do prédio, há sinalização direcional para indicar um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos como setores, serviços, sanitários e outros, pelo menos até o saguão de entrada e seus pontos de informação para o atendimento ao público.	S
3.1.7	Há no prédio sinalização temporária para indicar informações provisórias ou que podem ser alteradas periodicamente.	S
3.1.8	Há sinalização informativa, nos setores, quanto aos dias e	P

	horário de funcionamento dos serviços.	
3.1.9	Nas portas internas do prédio há informação visual de identificação (pelo menos número da sala e nome do setor).	P
3.1.10	Nas portas e acessos do prédio há sinalização tátil com caracteres em Braille e em relevo nas placas sinalizadoras acessíveis ao alcance do tato.	N
3.1.11	Os pisos do prédio apresentam sinalizações táteis direcionais delineando a trajetória para os diferentes serviços e setores.	N
3.1.12	Nos batentes ou vedo adjacente (parede, divisória ou painel) há sinalização tátil (em Braille ou texto em relevo) a uma altura entre 0,90m e 1,10m.	N
3.1.13	Os espaços acessíveis do prédio - como entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, sanitários, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas - estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso (figura 31 da NBR 9050:2015).	S
3.1.14	A instituição indica, por meio de símbolos complementares, as facilidades arquitetônicas existentes no prédio (elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas, escada com plataforma móvel, rampa).	P
3.1.15	Se o prédio possui sanitários acessíveis fisicamente, estes estão devidamente sinalizados quanto à prioridade de uso por pessoas com deficiência.	S
3.1.16	O sanitário acessível de uso preferencial por pessoas com deficiência física ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade. (Conforme figura 24 do item 5.3.2 da NBR 9050:2015).	S
3.1.17	A existência de equipamentos e serviços para pessoas com deficiência visual está devidamente identificada pelo símbolo internacional. (Figura 33 da NBR 9050:2015).	N/A
3.1.18	A existência de locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva estão devidamente identificados pelo símbolo internacional. (Figura 34 da NBR 9050:2015).	N/A

3.1.19	Os serviços de atendimento ao público para consulta e resposta apresentam múltiplos meios de comunicação como, por exemplo, correio eletrônico, fax, telefone, atendimento <i>online</i> via internet, entre outros.	S
3.1.20	Se o setor de serviços dispõe de equipamento eletromecânico para locomoção, é previsto dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio.	N/A
3.1.21	Os mecanismos e dispositivos de emergência do prédio contém informações visuais e táteis representadas através de símbolos.	P
3.1.22	O(s) elevador(es) do prédio possuem tecnologia sonora.	N/A
3.1.23	O(s) elevador(es) do prédio possuem indicação dos andares em Braille.	N/A

A NBR 9050 prevê sinalização informativa sobre horário e dias de atendimento, localização de espaços, áreas, serviços e rotas acessíveis, maquete visual impressa e tátil para orientação de visitantes, dentre outros. Sobre este item, foi possível observar que não há preenchimento parcial desse quesito, visto que não há sinalização informativa no hall de entrada sobre o prédio como um todo, porém, há sinalização de alguns itens conforme consta na Norma no espaço da Biblioteca.

Sobre a sinalização na Biblioteca, foram encontradas placas de identificação dos espaços, cartazes contendo instruções sobre determinados serviços ou normas e placas de localização de extintores e saídas. A sinalização disponível não é completamente a ideal pois, apesar de apresentar cores contrastantes, dimensões e altura de instalação adequadas e letras grandes bem contornadas, as placas de localização de espaços são de material que produz reflexo, tornando difícil a leitura em alguns pontos devido à luminosidade e alguns dos cartazes encontrados foram confeccionados pela equipe, com materiais inadequados e fora dos padrões da Norma, com escrita muito pequena.

Sobre a sinalização de equipamentos e serviços para PcD, essa não foi encontrada pois não estão disponíveis equipamentos e serviços específicos para essas pessoas, apenas os disponíveis para público geral.

3.2 Comunicação tátil	Atendimento
------------------------------	-------------

3.2.1	Os textos, figuras e pictogramas, em relevo, dirigidos às pessoas com deficiência visual correspondem ao texto em Braille.	N/A
3.2.2	As informações em Braille estão posicionadas abaixo dos caracteres ou figuras em relevo.	N/A
3.2.3	A sinalização tátil vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção, altura do texto, acabamento e contraste. (Conforme 5.2.9.2 da NBR 9050:2015).	N/A
3.2.4	Os caracteres em relevo atendem às condições estabelecidas em relação ao tipo de fonte, a altura do relevo, a altura dos caracteres, distância mínima entre caracteres e entrelinhas.	N/A
3.2.5	As figuras em relevo apresentam contornos fortes e bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; figura fechada, completa, com continuidade; estabilidade da forma; e simetria.	N/A

A NBR 9050 informa que a comunicação tátil pode ocorrer através de caracteres, figuras e símbolos em relevo e Braille. Não foi possível realizar a análise da comunicação tátil do prédio pois não há qualquer tipo de informação disponível em Braille ou relevo.

3.3 Comunicação Sonora		Atendimento
3.3.1	As mensagens sonoras são precedidas de um prefixo ou de um ruído característico para chamar a atenção do ouvinte.	N/A
3.3.2	Os alarmes sonoros, bem como os alarmes vibratórios, estão associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, de maneira a alertar as pessoas com deficiência visual e auditiva.	N/A
3.3.3	As informações sonoras verbais são digitalizadas ou sintetizadas.	N
3.3.4	A sinalização sonora está associada à sinalização visual. (Conforme 5.2.7 da NBR 9050:2015).	N/A

A comunicação sonora, assim como a comunicação tátil, é inexistente no edifício, não havendo sistema e caixas de som disponíveis para a realização da transmissão de mensagens e alarmes sonoros.

<i>3.4 Comunicação Visual</i>		Atendimento
3.4.1	A sinalização visual vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção e altura do texto, acabamento e contraste para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão. (Conforme 5.2 da NBR 9050:2015).	P
3.4.2	Para a sinalização visual interna dos ambientes, a dimensão mínima das figuras é de 0,15m, considerando a legibilidade a uma distância máxima de 3m.	P
3.4.3	A altura da sinalização visual está em conformidade com os alcances e cones visuais estabelecidos. (Conforme 4.8.2 da NBR 9050:2015).	S
3.4.4	A sinalização visual vertical apresenta a respectiva correspondência com o piso tátil.	N/A
3.4.5	As informações visuais estão associadas aos caracteres em relevo.	N/A
3.4.6	Há contraste entre a sinalização visual (texto ou figura e fundo) e a superfície sobre a qual ela está afixada, sempre considerando o grau de luminosidade existente (natural ou artificial) para que este não prejudique a compreensão da informação.	S
3.4.7	Os textos e figuras, bem como o fundo das peças de sinalização, apresentam acabamento fosco, evitando-se o uso de materiais brilhantes ou de alta reflexão.	N
3.4.8	Os desenhos das figuras apresentam contornos fortes e bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; forma fechada, completa, com continuidade. estabilidade da forma; e simetria.	S
3.4.9	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta e utilização contém as mesmas informações escritas em Braille.	N

3.4.10	As informações dirigidas às pessoas com baixa visão estão em texto impresso em cor preta sobre fundo branco, fonte de tamanho mínimo 16, traços simples e uniformes, com algarismos arábicos.	N/A
3.4.11	As informações de sinalização visual (textos ou figuras), mesmo que estejam em relevo, são associadas às informações em Braille posicionadas abaixo das figuras.	N
3.4.12	Qualquer comunicação de emergência é transmitida para todos os setores, tanto de forma visual intermitente como auditiva e, se possível, vibratória.	P
3.4.13	Os mecanismos e dispositivos de emergência contém informações visuais e táteis representadas através dos símbolos.	P
3.4.14	As informações da sinalização visual (textos ou figuras), mesmo que estejam em relevo são equivalentes às informações em Braille posicionadas abaixo das figuras.	N/A

Como já mencionado, a Norma afirma que a sinalização visual deve apresentar conteúdo legível para todos, para isso, deve atender requisitos de espaçamento, proporção e altura do texto, bem como de acabamento e contraste, para que seja acessível para pessoas com baixa visão.

Sobre a sinalização na Biblioteca, foram encontradas placas de identificação dos espaços, cartazes contendo instruções sobre determinados serviços ou normas e placas de localização de extintores e saídas. A sinalização disponível não é completamente a ideal pois alguns dos cartazes encontrados foram confeccionados pela equipe, com materiais inadequados e fora dos padrões da Norma, com escrita muito pequena, e apesar de apresentar, em sua maioria, cores contrastantes, dimensões e altura de instalação adequadas e letras grandes e bem contornadas, as placas de localização de espaços não são de material fosco e produzem reflexo, tornando difícil a leitura em alguns pontos devido à luminosidade.

10.4 Acessibilidade à Informação

Nesta seção secundária, foi avaliada a acessibilidade à informação disponível no edifício da Biblioteca pois não adianta oferecer a informação se ela

não é acessível para todos. Os itens avaliados aqui tratam da disponibilidade de informações em diversos meios e formatos: Braille, formato ampliado, formato digital acessível para leitores de tela, dentre outras orientações.

4 ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO		Atendimento
4.1	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta também estão disponibilizados em Braille.	N
4.2	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta também estão disponibilizados em formato impresso em cor preta sobre fundo branco, fonte de tamanho mínimo 16, traços simples e uniformes, com algarismos arábicos.	N
4.3	As informações da instituição impressas em papel possuem também formato digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela ou em versão sonora em formato magnético.	N
4.4	As informações essencialmente visuais ou não textuais (gráficos, tabelas, imagens, legendas gráficas...) estão disponíveis na versão visual ampliada, sonora (por locução) e tátil (em texturas diferenciadas, mapas táteis, caracteres em relevo).	N
4.5	O conteúdo do site da instituição é acessível, podendo ser adaptado por diferentes dispositivos de acesso de acordo com as recomendações do <i>World Wide Web Consortium (W3C)</i> .	S
4.6	As informações sobre a instituição apresentam acessibilidade digital aos usuários, com ferramentas de busca de informação acessíveis por leitores de tela, possibilidade de inversão de cores e ampliação de tela (Conforme recomendações do W3C)	S
4.7	A instituição disponibiliza suas normas (se for o caso) em diferentes formatos. (Recomenda-se em Braille; em versão ampliada impressa em papel e formato digital acessível a leitores de tela)	N
4.8	Quando em meio digital, as informações são processáveis por sistemas da leitura e ampliação de tela e outros que a	S

	tecnologia permitir.	
4.9	A instituição adota as diretrizes para a legenda oculta em texto (Closed Caption) quando transmite informações e/ou comunicados em vídeo, DVD ou na televisão (itens 4.1.1; 4.1.4; 4.1.5; 4.2.3; 4.2.5 e 4.2.6 da NBR15290:2005).	N/A
4.10	A instituição utiliza a técnica de descrição de cenas, expressões, cenários, ou seja, todo o detalhamento fundamental para estabelecer a compreensão das informações/comunicados transmitidos via televisão e/ou vídeos. (Item 6 da NBR15290:2005).	N/A
4.11	A instituição, ao transmitir informações e/ou comunicado por meio de vídeo, DVD e televisão, leva em consideração as diretrizes para a janela de LIBRAS. (Itens 7.1.2 e 7.1.4 da NBR15290:2005)	N/A
4.12	Os formulários disponíveis na instituição para a prestação ou atendimento de serviços, quando impressos, estão disponíveis em tamanho ampliado para as pessoas de baixa visão e em Braille.	N
4.13	As informações sobre a instituição são acessíveis por diferentes dispositivos de acesso, conforme recomendações do W3C.	S

Em relação à avaliação deste subitem, constatou-se que a informação disponível na Biblioteca não é acessível a todos. Como foi avaliado no subitem 3.2 do *Checklist*, não foram encontradas quaisquer informações em Braille ou relevo na biblioteca. Além disso, não há outros meios de apresentação das informações disponíveis, nem impressas em fonte ampliada nem digital.

A instituição não possui site próprio, apenas uma página simples com algumas informações básicas sobre a história e atendimento da biblioteca no *site* da Prefeitura de Sapiroanga. O *site* oficial da prefeitura apresenta uma página de acessibilidade que informa que o portal busca seguir as diretrizes do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG)⁷. Observou-se que o *site* é adaptado

⁷ O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) busca agir como norteador no desenvolvimento e a adaptação de conteúdos digitais do governo federal, garantindo o acesso a todos. O documento está disponível *online* e para download no endereço: <<http://emag.governoeletronico.gov.br>>

para diferentes plataformas de acesso, conforme mostram as Figuras 42, 43 e 44, a seguir.

Figura 42 - Site da Prefeitura Municipal - Computador



Fonte: Schmitt, 2016

Figura 43 - Site da Prefeitura Municipal – Tablet



Fonte: Schmitt, 2016

Figura 44 - Site da Prefeitura Municipal - Celular



Fonte: Schmitt, 2016

Além disso, o *site* apresenta opções de acessibilidade no cabeçalho da página, como observa-se na Figura 45:

Figura 45 - Opções de acessibilidade do Site da Prefeitura Municipal



Fonte: Schmitt, 2016

Seguindo esses controles, é possível utilizar, além do *mouse*, atalhos de teclado para navegar pelo *site* para as páginas de Início e de Acessibilidade, aumentar ou diminuir o tamanho da fonte, retornar para o tamanho original da fonte, aplicar contraste na cor da página, retornar a cor original do *site*, posicionar o cursor do *mouse* no conteúdo principal da página atual e na caixa de busca e, por último, há a opção de acessar uma página contendo o mapa do *site*, com todas as páginas iniciais das principais áreas do *site* para facilitar a navegação de usuários de leitores de tela.

10.5 Acessibilidade Instrumental

Nesta seção secundária, foi avaliada a disposição de equipamentos específicos que auxiliam e possibilitam o acesso à informação por PcD. Foram considerados equipamentos necessários lupas, régua de leitura, fotocopiadora, *scanner*, impressora Braille, computadores e *softwares*, entre outros.

5 ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL		Atendimento
5.1	A instituição dispõe de equipamentos para ampliação como lupas e régua de leitura para o atendimento de usuários com visão subnormal.	N
5.2	A instituição dispõe de fotocopiadora para ampliação de textos.	S
5.3	A instituição dispõe de <i>scanner</i> para digitalizar documentos, a fim de realizar o reconhecimento ótico de caracteres permitido de transcrição dos documentos para formatos acessíveis.	S
5.4	A instituição dispõe de impressora Braille acoplada aos computadores disponíveis aos servidores.	N
5.5	Quanto aos computadores destinados ao público, a instituição dispõe de quantidade suficiente com programas específicos e/ou Tecnologias Assistivas específicas para que as pessoas com necessidades especiais possam utilizar os recursos de informática com autonomia.	P
5.6	Os teclados utilizados na instituição apresentam destaque	P

	nas teclas de referência (letras F e J), alfanuméricas (numeral 6) e calculadora (numeral 5).	
5.7	A instituição dispõe de teclados alternativos para uso nos computadores destinados ao público.	N
5.8	A instituição dispõe de <i>mouses</i> alternativos para uso nos computadores destinados ao público.	N
5.9	Os monitores dos computadores destinados ao público apresentam tela de, pelo menos, 17 polegadas, possibilitando a configuração da tela para a obtenção de ampliações maiores do conteúdo.	S
5.10	Os monitores dos computadores apresentam tela plana.	S
5.11	Os monitores dos computadores apresentam filtro de proteção (raios catódicos) que auxiliam na digitação e leitura, diminuindo a luminosidade e melhorando o contraste do monitor.	N
5.12	Os monitores dos computadores apresentam suporte para elevação, permitindo que a tela seja posicionada na altura da linha mediana da visão do usuário.	S
5.13	Os computadores dispõem do sistema operacional <i>DOSVOX</i> (gratuito) para pessoas com deficiência visual.	N
5.14	Os computadores dispõem de <i>software</i> de ampliação de tela para pessoas com baixa visão.	S
5.15	Os computadores dispõem de programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste de cores.	S
5.16	Os computadores dispõem de leitores de tela.	S
5.17	Os computadores dispõem de sistemas para entrada de voz (<i>speech recognition</i>).	N
5.18	Os computadores dispõem de Linhas Braille.	N
5.19	Os computadores dispõem de <i>software</i> especializado para produção de material em Braille.	N
5.20	A instituição disponibiliza, para anotações, caneta de ponta porosa preta, considerando que esse tipo é o ideal para	N

	<p>peças com baixa visão. (No caso de lápis de escrever, recomenda-se o tipo 6B)</p>	
5.21	<p>Os servidores propiciam aos usuários com baixa visão as possibilidades oferecidas pelos processadores de textos, como aumento do <i>zoom</i>, da fonte e do espaçamento, a fim de auxiliá-los.</p>	S
5.22	<p>Os servidores ajustam as configurações do ambiente operacional do computador, como <i>mouse</i>, teclado, vídeo e som de acordo com a necessidade sensorial do usuário, a fim de permitir o acesso do usuário aos aplicativos e ao processo de escrita e leitura.</p>	S

Durante a observação deste item do *Checklist*, foi constatado que a Biblioteca não dispõe de equipamentos especiais de acessibilidade como lupas e impressora Braille, os únicos equipamentos encontrados foram uma multifuncional (impressora e scanner) e os computadores (3 no balcão de empréstimo e 4 terminais para uso do público).

Sobre os computadores, foi possível observar que todos os terminais têm teclados com destaque nas teclas de referência (letras F e J), alfanuméricas (numeral 6) e calculadora (numeral 5), monitores com tela plana de 17 polegadas e suporte para elevação ajustável, porém, nenhuma das máquinas dispõe de *softwares* específicos para ampliação e leitura de tela, porém, existem funções nativas no sistema utilizado que realizam tais tarefas, bem como a alteração do contraste e inversão de cores.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste estudo, foi possível verificar as condições de acessibilidade que o prédio da Biblioteca Municipal Edwin Kuwer, de Sapiranga/RS, oferece em relação às PcD. Através do instrumento de pesquisa escolhido, o *Checklist* de Acessibilidade do CAPADHIA, foi possível identificar a atual situação arquitetônica da Biblioteca e as barreiras existentes tanto no interior do prédio quanto em seu entorno.

É importante lembrar que, as barreiras arquitetônicas não são as únicas existentes e, definitivamente, não são as mais complicadas de se transpor. As piores barreiras que podem existir para a PcD são as barreiras “atitudinais”, pois, quando o indivíduo não é alguém inclusivo e acessível através de suas atitudes, não há acessibilidade por mais que a arquitetura do local esteja perfeitamente adequada.

É possível concluir, através da análise dos dados recolhidos, que boa parte dos itens observados se encontram atendidos ou parcialmente atendidos, oferecendo às PcD pelo menos um pouco do que seria o ambiente ideal e acessível por completo. Isso, porém, não justifica as falhas encontradas em todas as áreas analisadas pelo *Checklist*, muito pelo contrário, é indispensável que estejamos sempre à procura de melhorias.

Pôde-se perceber, também, que muitos dos itens não atendidos durante a avaliação do *Checklist*, podem ser facilmente corrigidos se existir a vontade política necessária. Inicialmente, deve possuir um projeto arquitetônico próprio, considerando seu papel como biblioteca pública e suas necessidades de forma que atenda aos requisitos necessários de modo a ser útil, importante e acessível para todas as pessoas, proporcionando a inclusão de todos. Algumas barreiras possuem soluções mais fáceis do que imaginamos: o *download* de um *software* livre e gratuito, a retirada de um tapete, a troca de pequenos detalhes como espelhos das tomadas... Estes são alguns exemplos de mudanças que podemos considerar pequenas, mas que trazem melhorias significativas para aqueles que necessitam.

A Biblioteca Pública, por se tratar da principal fonte de conhecimento de uma cidade, deve ser acessível a todos, sem restrições em seu espaço, materiais ou atendimento. Conforme o tempo passa, a sociedade evolui nos mais diversos aspectos. A cada dia, áreas como tecnologia, ciência e medicina empenham-se para trazer melhores sistemas, equipamentos, produtos e soluções para os problemas da

humanidade. Na maioria das vezes é difícil acompanhar essa evolução rápida e acabamos com atitudes ultrapassadas e utilizando equipamentos defasados, mas devemos sempre seguir em frente buscando nos atualizar e nos tornarmos melhores, para que todos possam usufruir de uma sociedade acessível e criada em conjunto.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BAPTISTA, Maria Isabel S. Dias. Convivendo com as diferenças. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2008. P. 24-27.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 28 maio 2016.

_____. **Constituição (1988)**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 23 maio 2016.

CAMBIAGHI, Silvana. Homem-padrão versus arquitetura inclusiva: mudança de paradigmas. CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Senac, 2012. P. 37-58.

CENTER FOR UNIVERSAL DESIGN. **The principles of universal design?**. Disponível em: <<http://universaldesign.ie/What-is-Universal-Design/>>. Acesso em 08 junho 2016.

_____. **What is universal design**. 1997. Disponível em: <https://www.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs_p/docs/poster.pdf>. Acesso em 08 junho 2016.

CONRATH, Cleuza. **Projeto de sinalização inédito é lançado prol pessoas com deficiência**. 2015. Disponível em: <<http://www.sapiranga.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/3556/?Projeto-de-sinalizacao-inedito-e-lancado-prol-pessoas-com-deficiencia.html>> Acesso em: 24 abr. 2016.

CUTY, Jeniffer. A preservação de condições para a construção dos direitos culturais. CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012. P. 16-37.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva; BEHR, Ariel et.al. **CAPADHIA: Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade Física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS; Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no Cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP, 2008. P. 36-49.

FLECK, Lucio. **A história de Sapiranga**. São Leopoldo: Pallotti, 1994.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em:
<<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em 11 maio 2016.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas públicas brasileiras: panoramas e perspectivas. **Rev. Dig. de Bibliotecon. e Ciênc. da Inf.** Campinas, v. 12, n. 1, p. 123-146, jan./fev. 2014. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2014/12/pdf_3516f33059_0025901.pdf>. Acesso em: 28 maio 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000728684&loc=2012&l=2c4556d7fc4563ac>>. Acesso em: 09 maio 2016.

GIACUMUZZI, Gabriela da Silva. **Acessibilidade arquitetônica em diferentes tipologias de biblioteca**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/88824/000913438.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 maio 2016

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. Pesquisa Social. In: GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

lida, Itiro. Antropometria: medidas. _____ **Ergonomia: projeto e produção**. São Paulo: Blucher, 2005. P. 97-134.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>>. Acesso em 19 maio 2016.

_____. Rio grande do Sul - Sapiranga. **Cidades@**. [2010]. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/613>>. Acesso em: 19 maio 2016.

_____. Pessoas com deficiência (Sapiranga/RS). **Censo Demográfico 2010**. [2010]. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/WBP2>>. Acesso em: 19 maio 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Código de Ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação. 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>>. Acesso em 28 maio 2016

_____. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre a biblioteca pública**. [s.l.: s.n.], 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2016.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (Org.). **Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paula: Atlas, 1991.

LITTON, Gaston. **La biblioteca pública**. Buenos Aires: Centro Regional de Ayuda Técnica, 1973.

LOPES FILHO, José Almeida. **O direito de ir e vir com independência**. [2009]. Disponível em:

<<http://www.entreamigos.com.br/sites/default/files/textos/O%20direito%20de%20ir%20e%20vir%20com%20independencia.pdf>>. Acesso em 29 maio 2016

MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. **Sapiranga**: 50 anos de município, mais de 200 de história. Porto Alegre: Alcance, 2005.

MAGALHÃES, Gildo. Métodos da pesquisa científica e tecnológica. **Introdução à metodologia da pesquisa**: caminhos da Ciência e Tecnologia. São Paulo: Ática, 2005 p. 226-252

MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade e Design Universal. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2008. P. 30-33.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: UCB, 2003. Disponível em: <http://ftp.unisc.br/porta1/upload/com_arquivo/1370886616.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. **Checklist**: instrumento de avaliação de acessibilidade em prédios públicos. Porto Alegre: Evengraf, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 28 maio 2016.

PREFEITURA DE SAPIRANGA. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. **Biblioteca Municipal Edwin Kuwer**. [s.n.]: Sapiranga, [2015]. Disponível em: <<http://www.sapiranga.rs.gov.br/site/turismo/visualizar/id/12/?Biblioteca-Municipal-Edwin-Kuwer.html>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

REMIÃO, Josiane Lopes. **Acessibilidade em ambientes escolares**: dificuldades dos cadeirantes. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/63191/000863847.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 maio 2016.

ROSE, Ernestine. What is the public library?. _____. **The public library in american life**. New York: Columbia University Press, 1954. P. 3-8

SANTOS, Jussara Pereira; NEVES, Iara Conceição Bitencourt. As bibliotecas públicas e sua contribuição para o desenvolvimento cultural do Estado do Rio Grande do Sul. In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.) **As melhores práticas em Biblioteconomia no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. P. 65-88.

SAPIRANGA. Lei Ordinária nº 4.612, de 9 de julho de 2010. **Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDIPEDÉ), do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Município de Sapiiranga, bem como institui a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências**; Sapiiranga: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://leisonline.net/spg/?Ano=2010&Dip=L4612>>. Acesso em: 21 set 2016

SASSAKI, Romeu Kazumi. **O conceito de acessibilidade**. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/romeusassaki#301>>. Acesso em: 28 maio 2016.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016

SPONHOLZ, Regina M. Lamas Pegoraro. Uma visão Retrospectiva. In: _____. **Atribuições de bibliotecários em bibliotecas públicas**. São Paulo: Pioneira, 1984. P. 1-9.

APÊNDICE A - QUADRO - LEGISLAÇÃO FEDERAL (BRASIL)

Identificador	Assunto
Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985	Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994	Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto nº 3.681, de 19 de dezembro de	Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras

2000	de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Instrução normativa nº 01, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de 25 de novembro de 2003	Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica.
Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004	Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.
Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005	Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.
Decreto de 14 de julho de 2005	Convoca a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.
Decreto de 10 de outubro de 2005	Dispõe sobre a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.
Portaria do Ministério das Comunicações nº	Aprova a Norma nº 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na

310, de 27 de junho de 2006	programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.
Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006	Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
Portaria nº 03, de 7 de maio de 2007	Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-MAG no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP .
Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007	Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.
Decreto de 26 de setembro de 2007	Institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de avaliar o modelo de classificação e valoração das deficiências utilizado no Brasil e definir a elaboração e adoção de um modelo único para todo o País.
Decreto de 29 de abril de 2008	Convoca a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências.
Decreto Legislativo nº 186, de 11 de junho de 2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 6.949, de	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos

25 de agosto de 2009	das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
Decreto nº 7.811, de 17 de novembro de 2011	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013	Regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõem sobre o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.
Lei nº 13.031, de 24 de setembro de 2014	Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada.
Lei nº 13.146, de 6 de abril de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Decreto de 10 de outubro de 2015	Dispõe sobre a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.
Decreto de 18 de novembro de 2015	Convoca as Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos da Pessoa Idosa, de Políticas Públicas de Direitos Humanos de

	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Direitos Humanos.
Decreto Legislativo Nº 261, de 25 de novembro de 2015	Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013.
Decreto de 27 de abril de 2016	Institui o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência, no âmbito do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos
Decreto nº 8.725, de 27 de abril de 2016	Institui a Rede Intersectorial de Reabilitação Integral e dá outras providências.

Fonte: Schmitt, 2016

APÊNDICE B - QUADRO - LEGISLAÇÃO ESTADUAL (RIO GRANDE DO SUL)

Identificador	Assunto
Lei Estadual nº 8.103, de 18 de dezembro de 1985	Estabelece prioridade de atendimento, em todas as repartições públicas estaduais, às pessoas idosas, às portadoras de defeitos físicos e às mulheres grávidas.
Lei Estadual nº 8.535, de 21 de janeiro de 1988	Cria a Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul - FADERS, revoga a Lei nº 6.616, de 23 de outubro de 1973 e dá outras providências.
Lei Estadual nº 8.974, de 8 de janeiro de 1990	Dispõe sobre projetos de arquitetura e de engenharia destinados à construção ou reforma de edifícios públicos.
Lei Estadual nº 9.763, de 30 de dezembro de 1992	Assegura aos idosos, deficientes e gestantes o direito a atendimento preferencial e dá outras providências
Lei Estadual nº 10.364, de 19 de janeiro de 1995	Dispõe sobre servidores públicos portadores de deficiências.
Lei Estadual nº 10.414, de 26 de junho de 1995	Institui no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul a SEMANA ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA e dá outras providências.
Lei Estadual nº 10.945, de 15 de abril de 1997	Dispõe sobre o atendimento preferencial e obrigatório aos idosos, gestantes e pessoas portadoras de deficiência, nos diferentes níveis de atenção à saúde, pelo SUS/RS.
Decreto Estadual nº 37.532, de 8 de julho de 1997	Institui o Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa Portadora de Deficiência - PEAI/RS.

Lei Estadual nº 11.056, de 18 de dezembro de 1997	Dispõe sobre matrícula para aluno portador de deficiência locomotora em escola pública mais próxima de sua residência, assegura adequação dos espaços físicos e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 39.678, de 23 de agosto de 1999	Institui a Política Pública Estadual para as Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades, e dá outras providências.
Lei Estadual nº 11.664, de 29 de maio de 2001	Dispõe sobre a gratuidade nas linhas comuns do transporte intermunicipal de passageiros, até o limite de 02 (duas) passagens por coletivo aos deficientes físicos, mentais e sensoriais, comprovadamente carentes.
Lei Estadual nº 11.608, de 23 de abril de 2001	Institui o Sistema Estadual de Incentivo às Entidades de Assistência Social e às pessoas portadoras de deficiência.
Decreto Estadual nº 41.766, de 6 de agosto de 2002	Aprova o Estatuto da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul - FADERS -.
Lei Estadual nº 11.853, de 29 de novembro de 2002	Institui o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 42.338, de 11 de julho de 2003	Regulamenta o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social - PAIPS -, instituído pela Lei nº 11.853, de 29 de novembro de 2002, e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 42.410, de 29 de agosto de 2003	Regulamenta a LEI Nº 11.664, de 28 de agosto de 2001, que dispõe sobre a gratuidade nas linhas comuns do transporte intermunicipal de passageiros, até o limite

	de duas passagens por coletivo, a deficientes físicos, mentais e sensoriais, comprovadamente carentes.
Lei Estadual nº 12.081, de 5 de maio de 2004	Determina aos estabelecimentos bancários situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, a disponibilização de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos, e dá outras providências.
Lei Estadual nº 12.132, de 22 de julho de 2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento por parte dos shopping centers e similares de cadeiras de rodas para utilização de deficientes físicos e idosos, e dá outras providências.
Lei Estadual nº 12.227, de 5 de janeiro de 2005	Dispõe sobre a adaptação dos veículos do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano de Porto Alegre – RMPA – com dispositivos de acesso às pessoas portadoras de deficiência física, obesos, gestante e idosos.
Lei Estadual nº 12.339, de 10 de outubro de 2005	Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 44.229, de 29 de dezembro de 2005	Convoca a 1ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e institui Comissão Organizadora.
Lei Estadual nº 12.430, de 27 de março de 2006	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos financeiros do Estado do Rio Grande do Sul possuírem equipamentos sanitários e bebedouros compatíveis com deficientes físicos em suas instalações, e dá outras providências.
Lei Estadual nº 12.578, de 9 de agosto de	Obriga os hotéis e motéis estabelecidos no Estado do Rio Grande do Sul a adaptarem suas instalações a fim

2006	de garantir o acesso de pessoas com deficiências, e dá outras providências.
Lei Estadual nº 12.885, de 4 de janeiro de 2008	Torna obrigatória, nos estabelecimentos bancários, a instalação de caixas para uso preferencial de pessoas portadoras de deficiência, pessoas com mobilidade reduzida, idosos e gestantes.
Lei Estadual nº 12.958, de 5 de maio de 2008	Dispõe sobre a assistência especial a ser fornecida às parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência.
Lei Estadual nº 13.153, de 16 de abril de 2009	Isenta as pessoas com deficiência do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelos órgãos públicos estaduais.
Lei Estadual nº 13.300, de 1 de dezembro de 2009	Dispõe sobre o acesso preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares realizados em todo o Estado do Rio Grande do Sul.
Lei Estadual nº 13.320, de 21 de dezembro de 2009	Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Rio Grande do Sul.
Lei Estadual nº 13.720, de 28 de abril de 2011	Cria o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
Lei Estadual nº 13.739, de 8 de junho de 2011	Dispõe sobre percentual na distribuição ou venda de unidades habitacionais populares ou lotes individuais urbanos para pessoas com deficiência e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 48.292, de 26 de agosto de 2011	Institui o Programa de Acessibilidade de Comunicação nas compras e edições de publicações, e dá outras providências.

Decreto Estadual nº 48.293, de 26 de agosto de 2011	Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos realizados no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.
Decreto Estadual nº 48.294, de 26 de agosto de 2011	Estabelece o Compromisso por parte do Estado do Rio Grande do Sul de implementar ações de inclusão das pessoas com deficiência, em regime de cooperação com a União e os Municípios, institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência - CGPD, e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 48.963, de 30 de março de 2012	Institui a Política Estadual para as Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades, e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 48.964, de 30 de março de 2012	Institui o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano RS sem limite e dá outras providências.
Decreto Estadual nº 50.156, de 15 de março de 2013	Institui o Comitê Gaúcho de Acessibilidade: Tecnologia e Informação - CGATI.
Decreto Estadual nº 50.729, de 11 de outubro de 2013	Regulamenta a Lei nº 13.720, de 28 de abril de 2011, que cria o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades no Estado do Rio Grande do Sul.
Decreto Estadual nº 51.507, de 21 de maio de 2014	Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir e propor medidas para a inclusão de Pessoas com Deficiência no serviço público do Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Schmitt, 2016

APÊNDICE C - QUADRO - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (SAPIRANGA)

Identificador	Assunto
----------------------	----------------

Decreto Municipal nº 1.194, de 15 de agosto de 1989	Regulamenta a Lei Municipal nº 1.482/88, sobre gratuidade no transporte coletivo urbano
Lei Municipal nº 1.654, de 28 de agosto de 1990	Determina que senhoras gestantes e com crianças de colo, pessoas idosas e deficientes físicas mentais e sensoriais ficam desobrigadas de aguardarem nas filas em repartições públicas e Agências Bancárias deste Município.
Lei Municipal nº 2.221, de 19 de junho de 1996	Torna Obrigatório aos Supermercados a Destinação de Caixas Registradoras para Atendimento Exclusivo aos Deficientes Físicos, Pessoas com mais de Sessenta e cinco anos (65) anos de idade e Gestantes
Lei Municipal nº 2.454, de 4 de agosto de 1998	Torna obrigatória, no transporte coletivo a reserva de assentos para idosos, gestantes e deficientes físicos.
Lei Municipal nº 3.091, de 21 de janeiro de 2003	Regulamenta isenções dos Pagamentos de tarifas no Sistema de Transporte Coletivo no Município de Sapiranga, e dá outras providências.
Lei Municipal nº 3.183, de 7 de julho de 2003	Dispõe sobre a eliminação do meio-fio nas ruas e avenidas do Município junto às faixas de segurança bem como uma adequação ao acesso as edificações e logradouros de uso público.
Lei Municipal nº 4.504, de 23 de dezembro de 2009	Dispõe sobre a reserva de vagas especiais à pessoas com deficiência, nos termos do art. 37, VIII, da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei Municipal nº 4.612, de 9 de julho de 2010	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDIPED), do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Município de Sapiranga, bem como

	institui a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências.
Lei Municipal nº 5.039, de 28 de dezembro de 2012	Dispõe sobre a redução da jornada de trabalho para os servidores pais ou detentores de guarda judicial de filho portador de deficiência física ou mental grave e dá outras providências.
Lei Municipal nº 5.247, de 5 de dezembro de 2013	Institui no âmbito do Município de Saporanga a SEMANA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA e dá outras providências.
Lei Municipal nº 5.184, de 20 de agosto de 2013	Reestrutura o Serviço de Transporte de Escolares no Município de Saporanga e dá outras providências.
Lei Municipal nº 5.394, de 31 de julho de 2014	Dispõe sobre o Sistema de Transporte Público Coletivo no Município de Saporanga, estabelece as normas para a concessão de sua exploração e dá outras providências.
Lei Municipal nº 5.749, de 25 de novembro de 2015	Institui a Política de Mobilidade Urbana de Saporanga e estabelece as diretrizes para o acompanhamento e o monitoramento de sua implementação, avaliação e revisão periódica e dá outras providências.

Fonte: Schmitt, 2016

APÊNDICE D - QUADRO - NORMAS BRASILEIRAS

Identificador	Assunto
ABNT NBR14020, de dezembro de 1997	Acessibilidade à Pessoa Portadora de Deficiência - Trem de Longo Percurso.
ABNT NBR14273, de janeiro de 1999	Acessibilidade à Pessoa Portadora de Deficiência no Transporte Aéreo Comercial.
ABNT NBR14970-1, de julho de 2003	Acessibilidade em Veículos Automotores - Requisitos de Dirigibilidade.
ABNT NBR14970-2, de julho de 2003	Acessibilidade em Veículos Automotores - Diretrizes para avaliação clínica de condutor.
ABNT NBR14970-3, de julho de 2003	Acessibilidade em Veículos Automotores - Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado.
ABNT NBR16001, de 30 de novembro de 2004	Responsabilidade social - Sistema da gestão - Requisitos.
ABNT NBR15250, de 30 de março de 2005	Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário.
ABNT NBR14021, de 30 de junho de 2005	Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano.
ABNT NBR15290, de 31 de outubro de 2005	Acessibilidade em comunicação na televisão.
ABNT NBR15450, de 1 de dezembro de 2006	Acessibilidade de passageiro no sistema de transporte aquaviário.

ABNT NBR15320, de 30 de dezembro de 2005	Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário.
ABNT NBR NM ⁸ 313, de 02 de julho de 2007	Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.
ABNT NBR15599, de 25 de agosto de 2008	Acessibilidade - Comunicação na Prestação de Serviços.
ABNT NBR15646, de 15 de dezembro de 2008	Acessibilidade - Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade em veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros.
ABNT NBR15655-1, 8 de janeiro de 2009	Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida - Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional. Parte 1: Plataformas de elevação vertical (ISO 9386-1, MOD).
ABNT NBR15570, de 20 de fevereiro de 2009	Transporte - Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros.
ABNT NBR ISO 26000, de 1 de novembro de 2010	Diretrizes sobre responsabilidade social.
ABNT NBR14022, de 20 de fevereiro de 2009	Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiro.
ABNT NBR15208, de 8 de agosto de 2011	Aeroportos - Veículo autopropelido para embarque/desembarque de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida - Requisitos.
ABNT NBR9050, de	Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e

⁸ Normalização do MERCOSUL

11 de setembro de 2015	Equipamentos Urbanos.
ABNT NBR15646, de 12 de janeiro de 2016	Acessibilidade - Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em veículo de transporte de passageiros de categorias M1, M2 e M3 - Requisitos.

Fonte: Schmitt, 2016

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A presente pesquisa contempla o Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS) e se propõe a observar a situação de acessibilidade encontrada na Biblioteca Pública Prefeito Edwin Kuwer, de Sapiranga/RS. O presente termo autoriza a realização da pesquisa no ambiente da biblioteca, autorizando, assim, a realização de observação e medições do espaço.

A pesquisadora responsável pela pesquisa, a aluna Tuany Naara Schmitt (Graduanda em Biblioteconomia pela FABICO/UFRGS), se compromete a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento que eventualmente o responsável venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (051) 98233975 ou pelo e-mail tuany.schmitt@outlook.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____, manifesto expressamente minha concordância e meu consentimento para realização da pesquisa descrita acima.

Assinatura e Carimbo

Sapiranga, ____ de _____ de 2016

ANEXO A - CHECKLIST DE ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS



INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS (CHECKLIST)		
1. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA		Atendimento
1.1 Entorno do prédio		
1.1.1	Há linha de transporte urbano coletivo adaptado para o transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que permita o acesso ao entorno do prédio. (Conforme NBR 14022:2011)	
1.1.2	O percurso entre o ponto mais próximo de embarque e desembarque do transporte coletivo até a entrada do prédio é livre de obstáculos. (Ex.: degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso)	
1.1.3	As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres que dão acesso ao prédio estão livres, completamente desobstruídas e isentas de interferências.	
1.1.4	As calçadas no entorno do prédio apresentam bom estado de conservação (sem buracos ou pedras soltas no pavimento).	
1.1.5	O piso no entorno do prédio (parte externa, calçada, estacionamento...) apresenta sinalização tátil do tipo de alerta ou direcional, compondo uma rota acessível ao pedestre.	
1.1.6	As calçadas no entorno do prédio apresentam	

	rebaixamentos devidamente sinalizados no aspecto tátil.	
1.1.7	As calçadas no entorno do prédio apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados no aspecto visual.	
1.1.8	Nos rebaixamentos de calçadas, quando houver sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta.	
1.1.9	As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres que dão acesso ao prédio apresentam largura mínima de 1,20m e altura livre mínima de 2,10m.	
1.1.10	Em caso de obras sobre a calçada, estas estão convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima de 1,20m para circulação de pessoas. (Na impossibilidade de acesso pela calçada, deve ser feito desvio pelo leito carroçável ⁹ da via, providenciando-se uma rampa provisória, com largura mínima de 1,00m e inclinação máxima de 10%)	
1.1.11	A inclinação transversal do piso no exterior do prédio é de no máximo 3% e a inclinação longitudinal máxima é de 5%. ¹⁰	
1.1.12	Se a rota acessível de acesso ao prédio não está localizada junto à entrada principal, esta rota não pode exceder 50m de distância deste trajeto.	
1.1.13	Próximo à entrada principal do prédio há faixa com sinalização visual e sonora para pedestre.	
1.1.14	É previsto no mínimo um acesso vinculado através de rota acessível à circulação principal do prédio e às circulações	

⁹ Parte da via destinada à circulação de veículos, incluindo as faixas de estacionamento.

¹⁰ Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a NBR9050:2015

	de emergência, quando essas existirem.	
1.1.15	O piso no entorno do prédio apresenta sinalização tátil do tipo de alerta ou direcional, compondo uma rota acessível.	
1.1.16	Nas faixas de travessia, é instalada a sinalização tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento, à distância de 0,50m do meio-fio.	
1.1.17	A sinalização tátil de alerta nos rebaixamentos de calçadas está em cor contrastante com a do piso.	
1.1.18	Nas calçadas, há sinalização tátil de alerta para indicar as faixas de travessia de pedestre.	
1.1.19	São disponibilizados, em espaços físicos com grande extensão, equipamentos de auxílio à mobilidade para pessoas com dificuldades de locomoção.	
<i>1.2 Estacionamento do prédio: vagas para veículos</i>		
1.2.1	O prédio dispõe de estacionamento com vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	
1.2.2	O estacionamento destina 5% das vagas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	
1.2.3	As vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possuem sinalização horizontal (pintada no piso).	
1.2.4	As vagas preferenciais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possuem sinalização vertical com o símbolo internacional de acesso.	
1.2.5	As vagas preferenciais para pessoas com mobilidade reduzida possuem sinalização vertical com o símbolo	

	internacional de acesso.	
1.2.6	As vagas preferenciais estão situadas em piso plano.	
1.2.7	Quando afastadas da faixa de travessia de pedestres, as vagas preferenciais contam com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, de modo a evitar a circulação entre os veículos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	
1.2.8	As vagas preferenciais estão vinculadas à rota acessível que para facilitar o acesso de pessoas em cadeira de rodas e/ou pessoas com dificuldade de locomoção.	
1.2.9	As vagas preferenciais estão vinculadas à rota acessível que interligue o prédio no qual se localizam, livre de obstáculos como degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso.	
<i>1.3 Entrada do prédio</i>		
1.3.1	Se o acesso principal à entrada do prédio se dá por degrau ou escada, há também acesso por rampa ou por elevador.	
1.3.2	Se a entrada do prédio possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade.	
1.3.3	Nas entradas de acesso aos espaços, são evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação a fim de facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão.	
1.3.4	A circulação na entrada do prédio é contínua, sem obstáculos à circulação das pessoas com mobilidade reduzida.	
1.3.5	As portas de entrada principal apresentam vão livre mínimo	

	de 0,80 m e altura mínima de 2,10m. (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80m)	
1.3.6	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de entrada possuem área livre de 1,20m.	
1.3.7	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de saída possuem área livre de 1,50m.	
1.3.8	As portas têm condições de serem abertas com um único movimento.	
1.3.9	As maçanetas das portas são do tipo alavanca.	
1.3.10	As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,80m e 1,10m do piso.	
1.3.11	Em portas providas de dispositivos de acionamento pela pessoa, estes estão instalados à altura entre 0,80m e 1,10m do piso.	
1.3.12	Quando instalados no sentido de varredura da porta, os dispositivos de acionamento pela pessoa estão distantes entre 0,80m e 1,00m da área de abertura.	
1.3.13	Se as portas forem acionadas por sensores ópticos, estes estão ajustados para detectar pessoas de baixa estatura, crianças e pessoas em cadeiras de rodas.	
1.3.14	Nas portas acionadas por sensores ópticos, estão previstos dispositivos de segurança que impeçam o fechamento da porta sobre as pessoas.	
1.3.15	Em portas de correr, os trilhos ou as guias inferiores estão nivelados com a superfície do piso. (Eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15mm)	

1.3.16	As portas apresentam na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40m a partir do piso.	
1.3.17	As portas apresentam cores contrastantes com relação à parede e entre parede e batente.	
1.3.18	Se a porta for de vidro, esta possui uma faixa ao longo de toda a largura e outra na moldura indicando a sua existência.	
1.3.19	As portas possuem sinalização tátil de orientação e de alerta.	
1.3.20	Se o prédio possui catracas na sua área de entrada principal, pelo menos uma em cada conjunto de catracas é acessível, possibilitando a rotação de 90° (1,20m x 1,20m) da cadeira de rodas. (Ver item 4.3.4 da NBR 9050:2015)	
1.3.21	As catracas acessíveis estão identificadas com a sinalização internacional de acessibilidade.	
1.3.22	Eventuais comandos da catraca acionáveis por pessoas estão ao alcance manual entre 0,80m e 1,10m de altura do piso.	
1.3.23	Eventuais comandos da catraca, quando acionados por pessoas, são acessíveis também para pessoas com deficiência visual.	
1.3.24	O prédio dispõe de planos e mapas táteis (horizontais ou inclinados) para orientação das pessoas com deficiência visual.	
1.3.25	Os planos e mapas táteis horizontais ou inclinados estão instalados à altura entre 0,80m e 1,10m do piso, permitindo	

	o alcance manual e visual.	
1.3.26	Os planos e mapas táteis possuem um espaço na sua parte inferior com no mínimo 0,30m de altura e 0,30m de profundidade, para permitir a aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas.	
1.3.27	A existência de locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva estão devidamente identificados pelo símbolo internacional. (A representação deste símbolo consiste em um pictograma, no qual está inserido, conforme a figura 34 da NBR 9050:2015)	
1.3.28	O prédio apresenta símbolos complementares indicando as facilidades existentes (elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas, escada com plataforma móvel, rampa...), no mobiliário, nos espaços, equipamentos e serviços oferecidos.	
1.3.29	Os espaços e serviços acessíveis do prédio estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso como entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, sanitários, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas e equipamentos exclusivos para o uso de pessoas com deficiência. (Conforme figura 31 da NBR 9050:2015)	
1.3.30	A sinalização internacional de acesso está afixada em local visível ao público.	
1.3.31	São disponibilizados, em espaços físicos com grande extensão, equipamentos de auxílio à mobilidade, como cadeiras de rodas, para pessoas com dificuldades de locomoção.	

1.3.32	A existência de equipamentos e serviços para pessoas com deficiência visual está devidamente identificada pelo símbolo internacional. (A representação deste símbolo consiste em um pictograma, conforme a figura 31 da NBR 9050:2015)	
<i>1.4 Espaços internos do prédio</i>		
1.4.1	A iluminação é avaliada a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	
1.4.2	Nas entradas de acesso aos espaços são evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação a fim de facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão.	
1.4.3	O contraste de cores entre paredes, pisos e portas é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	
1.4.4	O contraste de cores entre maçanetas e portas é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	
1.4.5	O contraste de cores entre as portas e o batente é avaliado a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão.	
1.4.6	Em todo o prédio há uma rota acessível interligando o acesso de pessoas a todas as áreas e setores, desde a entrada principal.	
1.4.7	A organização interna dos espaços (leiaute) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido. Ex.: espelhos, portas de vidro e portas vai-vem.	

1.4.8	As zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estas estão sinalizadas antecipadamente.	
1.4.9	A área livre para circulação de um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas possui largura mínima de 1,20m.	
1.4.10	A área livre para circulação de duas pessoas em cadeiras de rodas possui largura mínima de 1,50m.	
1.4.11	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 90°, possui o mínimo de 1,20m x 1,20m.	
1.4.12	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 180°, possui o mínimo de 1,50m x 1,20m.	
1.4.13	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 360°, possui o mínimo de diâmetro de 1,50m.	
1.4.14	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas, em deslocamento de 90°, possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00m (profundidade de saída).	
1.4.15	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas em deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade).	
1.4.16	O leiaute dos espaços físicos considera o acesso de pessoas em cadeira de rodas, com mobilidade reduzida, baixa estatura e deficiência visual.	
1.4.17	As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de pessoas que estejam utilizando	

	acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas...).	
1.4.18	As sinalizações verticais em Braille ou texto em relevo estão instalados de maneira que a parte inferior da cela Braille ou do símbolo ou do texto esteja a uma altura entre 0,80m e 1,10m do piso.	
1.4.19	As sinalizações visuais em áreas de circulação, quando suspensas, estão instaladas a uma altura livre mínima de 2,10m do piso.	
1.4.20	As portas internas apresentam condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80m e altura mínima de 2,10m. (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80m)	
1.4.21	A altura dos interruptores (de luz, de disjuntor, de tecla de estabilizador de computador, entre outros) está entre 0,60m a 1,00 m de altura do piso.	
1.4.22	Os interruptores de luz são de pressão, com grande superfície, diferenciados cromaticamente da parede onde se encontram.	
1.4.23	As tomadas elétricas estão instaladas a uma altura entre 0,40m a 1,00m.	
1.4.24	O quadro de luz está instalado a uma altura entre 0,80m a 1,20m.	
1.4.25	Se o prédio dispõe de bebedouro, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, permitindo a aproximação frontal.	
1.4.26	Se o prédio dispõe de telefone público suspenso, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso,	

	permitindo a aproximação frontal de uma cadeira de rodas.	
1.5 Pisos		
1.5.1	Os pisos no interior do prédio apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações, considerando dispositivos com rodas.	
1.5.2	O piso do prédio é antiderrapante sob qualquer condição.	
1.5.3	A padronagem do desenho do piso é opaca, não provocando reflexos excessivos com a iluminação local, que podem desorientar pessoas com baixa visão.	
1.5.4	O piso do prédio contrasta com as paredes e outros elementos arquitetônicos.	
1.5.5	A inclinação transversal do piso no interior do prédio é de, no máximo, 2%, e a inclinação longitudinal de, no máximo, 5%.	
1.5.6	O prédio apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50m, para piso com até 3% de inclinação.	
1.5.7	O prédio apresenta uma área de descanso a cada 30m, para piso de 3% a 5% de inclinação.	
1.5.8	O prédio apresenta área de descanso para inclinações superiores a 5%. (Ver dimensionamento de rampas no item 6.5 da NBR 9050:2014)	
1.5.9	As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a manobra de cadeiras de rodas.	
1.5.10	As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a previsão de bancos com encosto para usuários com mobilidade reduzida ou acompanhantes de pessoas em	

	cadeiras de rodas.	
<i>1.6 Capachos, forrações e carpetes</i>		
1.6.1	Os capachos utilizados estão embutidos no piso e nivelados de maneira que o desnível não exceda 5mm.	
1.6.2	Os carpetes e forrações apresentam as bordas firmemente fixadas ao piso de maneira a evitar enrugamento da superfície.	
1.6.3	As felpas dos carpetes apresentam altura inferior a 6mm.	
<i>1.7 Desníveis</i>		
1.7.1	Os desníveis de piso estão em altura máxima de 5mm.	
1.7.2	Os desníveis de piso que estejam de 5mm até 20mm são tratados em forma de rampa.	
1.7.3	Os desníveis superiores a 20mm são tratados como degraus e devidamente sinalizados.	
<i>1.8 Degraus e escadas fixas</i>		
1.8.1	O acesso a ambientes com degraus e escadas fixas está associados às rampas acessíveis ou a equipamento de transporte vertical/inclinado.	
1.8.2	Os espelhos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,16m e o máximo de 0,18m.	
1.8.3	Os pisos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,28m e o máximo de 0,32m.	
1.8.4	A inclinação transversal das escadas não excede 1%.	
1.8.5	A largura das escadas fixas atende ao mínimo admissível de 1,20m.	

1.8.6	O primeiro e o último degrau de um lance de escada estão a uma distância de no mínimo 0,30m da área de circulação adjacente.	
1.8.7	Os degraus estão sinalizados conforme a figura 61 da NBR 9050:2015.	
1.8.8	As escadas fixas apresentam, no mínimo, um patamar a cada 3,20m de desnível e sempre que houver mudança de direção.	
1.8.9	Entre os lances de escada existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20m. (Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada)	
1.8.10	Os elevadores atendem integralmente ao disposto na NBR 313:2007 quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais.	
1.9 Rampas		
1.9.1	As rampas apresentam largura mínima de 1,20m.	
1.9.2	As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%.	
1.9.3	A inclinação transversal não excede 2% em rampas internas.	
1.9.4	As rampas em curva apresentam inclinação máxima admissível de 8,33% e o raio mínimo de 3,00m, medido no perímetro interno à curva.	
1.9.5	No início e no término da rampa existem patamares com dimensão longitudinal de no mínimo 1,20m, além da área de circulação adjacente.	
1.9.6	Entre os segmentos da rampa existem patamares com	

	dimensão longitudinal mínima de 1,20m.	
1.9.7	Os patamares situados em mudanças de direção apresentam dimensões iguais à largura da rampa (1,20m mínima).	
1.9.8	A inclinação transversal dos patamares não excede 2%.	
1.9.9	As rampas apresentam a devida previsão de áreas de descanso nos patamares a cada 50m de percurso.	
<i>1.10 Corrimãos</i>		
1.10.1	Os corrimãos estão instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas.	
1.10.2	Os corrimãos são feitos de material rígido.	
1.10.3	Os corrimãos estão firmemente fixados às paredes, oferecendo condições seguras de utilização.	
1.10.4	Os corrimãos estão sinalizados conforme item 5.4.3 da NBR 9050:2015.	
1.10.5	Os corrimãos possuem altura entre 0,70m e 0,92m do piso.	
1.10.6	Os corrimãos possuem largura entre 3,0cm e 4,5cm.	
1.10.7	Os corrimãos estão afastados da parede no mínimo a 4,0cm.	
1.10.8	Os corrimãos de escadas e rampas estão sinalizados através de anel com textura contrastante com a superfície do corrimão, instalado 1,00m antes das extremidades.	
1.10.9	No início e no final das escadas fixas os corrimãos estão sinalizados em Braille e em relevo na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, informando sobre os pavimentos.	

1.10.10	No início e no final das rampas os corrimãos estão sinalizados em Braille e em relevo na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, informando sobre os pavimentos.	
1.10.11	Se embutidos na parede, os corrimãos estão afastados 4,0 cm da parede de fundo e 15,0 cm da face superior da reentrância.	
1.10.12	Os corrimãos permitem boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular.	
1.10.13	Os corrimãos laterais prolongam-se pelo menos 30cm antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão. (Ver figura 76, do item 6.9.2.3 da NBR 9050:2015)	
1.10.14	As extremidades dos corrimãos apresentam acabamento recurvado. (Ver figuras 76 a 78, do item 6.9.2.3 da NBR 9050:2015)	
1.10.15	Os corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas. (Ver figura 88 do item 6.7.1.7 da NBR 9050:2014)	
1.10.16	A altura dos corrimãos está a 0,92m do piso no caso de degraus isolados e escadas.	
1.10.17	As rampas apresentam corrimãos laterais instalados a 0,92m e a 0,70m do piso, medidos da geratriz superior.	
1.10.18	Quando se tratar de escadas ou rampas com largura superior a 2,40m, estas apresentam corrimão intermediário. (Ver figura 77 do item 6.9.4 da NBR 9050:2015)	
<i>1.11 Corredores</i>		
1.11.1	Os corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo	

	de pessoas. (Conforme 6.12.6 da NBR 9050:2015)	
1.11.2	Os corredores de uso comum com extensão de até 4,0m apresentam largura mínima de 0,90m.	
1.11.3	Os corredores de uso comum com extensão de até 10,00m apresentam largura mínima de 1,20m.	
1.11.4	Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,00m apresentam largura mínima de 1,50m.	
1.11.5	Os corredores apresentam uma faixa ampla para a circulação, sem obstáculos que obstruam a acessibilidade.	
1.12 Sanitários		
1.12.1	O prédio dispõe de sanitário acessível de uso preferencial para pessoas com deficiência ou dificuldades de locomoção. (Conforme item 7 da NBR 9050:2015)	
1.12.2	O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível.	
1.12.3	As portas de sanitários acessíveis apresentam puxador horizontal a uma altura entre 0,80m a 1,10m do piso, com largura de 0,40m.	
1.12.4	As portas de sanitários acessíveis possuem abertura para fora.	
1.12.5	Em relação ao acesso aos sanitários, a porta de entrada tem no mínimo 80cm de largura.	
1.12.6	O sanitário acessível possui dimensões mínimas de 1,50m x 1,70m, com bacia posicionada na parede de menor dimensão.	
1.12.7	Em relação aos lavatórios, é prevista área de aproximação frontal a esses.	

1.12.8	Em relação aos lavatórios, as barras de apoio estão instaladas no lado da pia.	
1.12.9	Os acessórios ao alcance das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida estão instalados na faixa de alcance confortável (de 0,80 a 1,20m).	
1.12.10	A altura da pia tem no máximo 80cm.	
1.12.11	A torneira é do tipo alavanca, sensor ou pressão.	
1.12.12	O espelho se encontra numa altura máxima de 90cm a 1,10m.	
1.12.13	Acessórios como o porta-sabonete e porta-papel estão numa altura de, no máximo, 1,20m.	
1.12.14	Em lavatórios coletivos acessíveis, os acessórios são suspensos, sendo que sua borda superior está a uma altura de 0,78 a 0,80m do piso acabado e respeitando uma altura livre mínima de 0,73m na sua parte inferior frontal.	
1.12.15	Em lavatórios coletivos acessíveis, o sifão e a tubulação estão situados a, no mínimo, 0,25m da face externa frontal e tem dispositivo de proteção do tipo coluna suspensa ou similar. (Não é permitida a utilização de colunas até o piso ou gabinete).	
1.12.16	Em relação ao vaso sanitário, há área de transferência lateral, diagonal e perpendicular para usuários de cadeiras de rodas.	
1.12.17	Em relação ao vaso sanitário, é garantida a instalação a uma altura de 0,46m, medida da borda superior do assento até o piso.	
1.12.18	Em relação ao vaso sanitário, a válvula de descarga é de leve pressão e está a uma altura máxima de 1,00m do piso.	

1.12.19	Em relação ao vaso sanitário, o papelheiro está ao alcance da pessoa sentada no vaso.	
1.12.20	No caso de haver mictório individual, para que possam ser utilizados por pessoas com deficiência ambulatoria parcial, esses estão localizados a uma altura de 0,65m do piso e são providos de barras de apoio fixadas na vertical, com afastamento de 0,60m, altura de 0,75m do piso e comprimento de 0,70m.	
1.13 Sinalização de espaços: situações de alerta		
1.13.1	Há sinalização direcional da localização das entradas acessíveis do prédio e suas dependências.	
1.13.2	Os degraus ou escadas apresentam sinalização visual próxima às bordas do piso, em cor contrastante com a do acabamento, com largura de 0,30m e profundidade entre 0,20 a 0,30m e comprimento de no mínimo 0,70m.	
1.13.3	Os pisos do prédio apresentam sinalizações táteis e visuais (de alerta e direcional) delineando a trajetória para os diferentes serviços/setores.	
1.13.4	O prédio apresenta sinalização tátil e visual (de alerta e direcional) no piso em áreas de circulação onde há ausência ou interrupção da guia de balizamento, em ambientes internos ou externos. (Conforme 5.4.6 da NBR 9050:2015)	
1.13.5	A sinalização tátil direcional apresenta textura com seção trapezoidal (relevos lineares, regularmente dispostos), qualquer que seja o piso adjacente, instalada no sentido do deslocamento, com largura entre 0,20m e 0,60m e cromodiferenciada em relação ao piso adjacente.	
1.13.6	Quando há mudança de direção entre duas ou mais linhas	

	de sinalização tátil direcional, há uma área de alerta indicando que existem alternativas de trajeto, com dimensão proporcional à largura da sinalização tátil direcional.	
1.13.7	Quando há mudança de direção formando ângulo superior a 90°, a linha-guia é sinalizada com piso tátil direcional.	
1.13.8	Quando integradas, sinalização tátil de alerta e direcional, há desnível entre as sinalizações.	
1.13.9	O desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado para sinalização é chanfrado, não excedendo 2mm.	
1.13.10	Há sinalização tátil de alerta no início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada no máximo, 0,32m do ponto onde ocorre a mudança do plano	
1.13.11	Há sinalização tátil de alerta junto às portas dos elevadores, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada, no máximo, 0,32m da abertura.	
1.13.12	Junto às portas de elevadores, quando há sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta.	
1.13.13	Há sinalização tátil de alerta para situações que envolvem risco de segurança como colunas ou objetos suspensos entre 0,60m e 2,10m de altura do piso. (Ver item 5.4.6.3 da NBR 9050:2015).	
1.13.14	As sinalizações táteis de alerta do piso são diferenciadas na cor em relação ao piso adjacente ou associadas à faixa de cor contrastante. (Conforme 5.4.6.2 da NBR 9050:2015).	

1.13.15	As dimensões do piso tátil de alerta estão em conformidade com os critérios do item 5.4.6.30 da NBR 9050:2015. (Ver fig. 62 da referida norma)	
1.13.16	A sinalização tátil de alerta no início e término de escadas fixas, escadas rolantes, rampas, portas dos elevadores e junto a desníveis está em conformidade com os critérios do item 5.4.6.3 da NBR 9050:2015.	
1.13.17	As sinalizações táteis de alerta do piso são diferenciadas na cor em relação ao piso adjacente ou associadas à faixa de cor contrastante. (Conforme 5.4.6.2 da NBR 9050:2015).	
1.13.18	A sinalização tátil de alerta e a direcional apresentam cor contrastante com a do piso adjacente, e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente.	
1.13.19	As rotas de fuga e as saídas de emergência do prédio e dos espaços estão sinalizadas com informações visuais, táteis e sonoras.	
1.13.20	As rotas de fuga, quando localizadas dentro do prédio, estão sinalizadas e iluminadas com dispositivos de balizamento de acordo com a NBR 10898:1999.	
1.13.21	Nas escadas de emergência que interligam os diversos pavimentos, junto à porta corta-fogo, há sinalização tátil e visual informando o número do pavimento.	
1.13.22	Possui instalada a sinalização tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento, à distância de 0,50m do meio-fio, nas faixas de travessia.	
1.13.23	Possui sinalização tátil de alerta ao longo do meio fio e o piso tátil direcional, demarcando o local de embarque e desembarque, no ponto de ônibus mais próximo ao prédio.	

2. ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS		Atendimento
<i>2.1 Balcão de atendimento às pessoas</i>		
2.1.1	O balcão de atendimento às pessoas está localizado em rota acessível.	
2.1.2	O balcão de atendimento, em algum trecho de sua longitude, de 0,75m a 0,85m do piso e largura mínima, sob a superfície, de 0,80m do piso, permitindo o contato visual entre a pessoa (em cadeira de rodas ou de baixa estatura) e o servidor atendente. (Conforme figura 134 do item 9.3.4.5 da NBR 9050:2015).	
2.1.3	O balcão de atendimento às pessoas é acessível a pessoas em cadeira de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão. (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeira de rodas)	
2.1.4	A parte superior do balcão de atendimento é livre de barreiras como vidros, barras, entre outros.	
2.1.5	A mesa do balcão de atendimento apresenta revestimento opaco, de forma que o brilho não prejudique as pessoas com baixa visão.	
<i>2.2 Computadores: terminais de consulta</i>		
2.2.1	Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores são acessíveis às pessoas em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida.	
2.2.2	Os computadores destinados ao público encontram-se em local e mobiliário acessíveis atendendo aos requisitos de	

	acessibilidade.	
2.2.3	A tela, a torre e os periféricos do computador são flexíveis e independentes na sua localização, possibilitando adaptar as diferentes necessidades das pessoas.	
2.2.4	Os botões de liga:desliga, manipulação de disquete, CD-ROM, e outros dispositivos são acessíveis ao alcance manual entre 0,40m a 1,20m de altura do piso.	
<i>2.3 Mesas ou superfícies para o trabalho</i>		
2.3.1	Pelo menos 5% das mesas estão localizadas junto às rotas acessíveis.	
2.3.2	No entorno de pelo menos 5% das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90m e área de manobra para o acesso às mesmas.	
2.3.3	Pelo menos 5% das mesas permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeira de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50m.	
2.3.4	Pelo menos 5% das mesas apresentam altura e posição acessíveis e confortáveis na altura entre 0,75m e 0,85m do piso.	
2.3.5	Pelo menos 5% das mesas apresentam arredondamento dos ângulos a fim de evitar acidentes com pessoas em cadeira de rodas, de baixa estatura e outros.	
2.3.6	As mesas apresentam revestimento opaco, de forma que o brilho não prejudique as pessoas com baixa visão.	
2.3.7	Há suporte para apoio de textos complementares junto à mesa do computador.	

2.3.8	As cadeiras para uso nas mesas possuem rodízios para o deslocamento.	
2.4 Assentos Fixos		
2.4.1	Os assentos fixos estão distribuídos em rotas acessíveis.	
2.4.2	Pelo menos ao lado de 5% dos assentos fixos há um espaço livre que não interfere na circulação das pessoas, reservado para pessoas em cadeira de rodas. (Este espaço livre deve medir, no mínimo, 0,80m de largura e 1,20m de comprimento)	
2.4.3	Pelo menos 10% dos assentos fixos podem ser adaptados para a acessibilidade, de modo que sua altura e/ou comprimento podem ser mudados para atender as diferenças antropométricas de todas as pessoas.	
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL		
3.1 Sinalização dos Espaços e Serviços da Biblioteca		
3.1.1	Há sinalização informativa da localização das entradas acessíveis do prédio e suas dependências.	
3.1.2	Há sinalização informativa, na entrada do prédio, quanto aos dias e horário de funcionamento dos serviços.	
3.1.3	A área de recepção e atendimento está claramente indicada via painéis informativos acessíveis, impressos e táteis.	
3.1.4	A sinalização internacional de acesso está fixada em local visível ao público.	
3.1.5	O prédio dispõe de uma maquete visual impressa e tátil para orientar as pessoas sobre a localização das diferentes áreas de serviços, localizada e posicionada de forma adequada para permitir o alcance e aproximação de todos.	

3.1.6	Dentro do prédio, há sinalização direcional para indicar um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos como setores, serviços, sanitários e outros, pelo menos até o saguão de entrada e seus pontos de informação para o atendimento ao público.	
3.1.7	Há no prédio sinalização temporária para indicar informações provisórias ou que podem ser alteradas periodicamente.	
3.1.8	Há sinalização informativa, nos setores, quanto aos dias e horário de funcionamento dos serviços.	
3.1.9	Nas portas internas do prédio há informação visual de identificação (pelo menos número da sala e nome do setor).	
3.1.10	Nas portas e acessos do prédio há sinalização tátil com caracteres em Braille e em relevo nas placas sinalizadoras acessíveis ao alcance do tato.	
3.1.11	Os pisos do prédio apresentam sinalizações táteis direcionais delineando a trajetória para os diferentes serviços e setores.	
3.1.12	Nos batentes ou vedos adjacentes (parede, divisória ou painel) há sinalização tátil (em Braille ou texto em relevo) a uma altura entre 0,90m e 1,10m.	
3.1.13	Os espaços acessíveis do prédio - como entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, sanitários, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas - estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso (figura 31 da NBR 9050:2015).	
3.1.14	A instituição indica, por meio de símbolos complementares, as facilidades arquitetônicas existentes no prédio (elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de	

	rodas, escada com plataforma móvel, rampa).	
3.1.15	Se o prédio possui sanitários acessíveis fisicamente, estes estão devidamente sinalizados quanto à prioridade de uso por pessoas com deficiência.	
3.1.16	O sanitário acessível de uso preferencial por pessoas com deficiência física ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade. (Conforme figura 24 do item 5.3.2 da NBR 9050:2015).	
3.1.17	A existência de equipamentos e serviços para pessoas com deficiência visual está devidamente identificada pelo símbolo internacional. (Figura 33 da NBR 9050:2015).	
3.1.18	A existência de locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva estão devidamente identificados pelo símbolo internacional. (Figura 34 da NBR 9050:2015).	
3.1.19	Os serviços de atendimento ao público para consulta e resposta apresentam múltiplos meios de comunicação como, por exemplo, correio eletrônico, fax, telefone, atendimento <i>online</i> via internet, entre outros.	
3.1.20	Se o setor de serviços dispõe de equipamento eletromecânico para locomoção, é previsto dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio.	
3.1.21	Os mecanismos e dispositivos de emergência do prédio contém informações visuais e táteis representadas através de símbolos.	
3.1.22	O(s) elevador(es) do prédio possuem tecnologia sonora.	
3.1.23	O(s) elevador(es) do prédio possuem indicação dos andares	

	em Braille.	
<i>3.2 Comunicação tátil</i>		
3.2.1	Os textos, figuras e pictogramas, em relevo, dirigidos às pessoas com deficiência visual correspondem ao texto em Braille.	
3.2.2	As informações em Braille estão posicionadas abaixo dos caracteres ou figuras em relevo.	
3.2.3	A sinalização tátil vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção, altura do texto, acabamento e contraste. (Conforme 5.2.9.2 da NBR 9050:2015).	
3.2.4	Os caracteres em relevo atendem às condições estabelecidas em relação ao tipo de fonte, a altura do relevo, a altura dos caracteres, distância mínima entre caracteres e entrelinhas.	
3.2.5	As figuras em relevo apresentam contornos fortes e bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; figura fechada, completa, com continuidade; estabilidade da forma; e simetria.	
<i>3.3 Comunicação Sonora</i>		
3.3.1	As mensagens sonoras são precedidas de um prefixo ou de um ruído característico para chamar a atenção do ouvinte.	
3.3.2	Os alarmes sonoros, bem como os alarmes vibratórios, estão associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, de maneira a alertar as pessoas com deficiência visual e auditiva.	
3.3.3	As informações sonoras verbais são digitalizadas ou sintetizadas.	

3.3.4	A sinalização sonora está associada à sinalização visual. (Conforme 5.2.7 da NBR 9050:2015).	
<i>3.4 Comunicação Visual</i>		
3.4.1	A sinalização visual vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção e altura do texto, acabamento e contraste para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão. ¹¹ (Conforme 5.2 da NBR 9050:2015).	
3.4.2	Para a sinalização visual interna dos ambientes, a dimensão mínima das figuras é de 0,15m, considerando a legibilidade a uma distância máxima de 3m.	
3.4.3	A altura da sinalização visual está em conformidade com os alcances e cones visuais estabelecidos. (Conforme 4.8.2 da NBR 9050:2015).	
3.4.4	A sinalização visual vertical apresenta a respectiva correspondência com o piso tátil. ¹²	
3.4.5	As informações visuais estão associadas aos caracteres em relevo.	
3.4.6	Há contraste entre a sinalização visual (texto ou figura e fundo) e a superfície sobre a qual ela está afixada, sempre considerando o grau de luminosidade existente (natural ou artificial) para que este não prejudique a compreensão da informação.	
3.4.7	Os textos e figuras, bem como o fundo das peças de sinalização, apresentam acabamento fosco, evitando-se o uso de materiais brilhantes ou de alta reflexão.	
3.4.8	Os desenhos das figuras apresentam contornos fortes e	

¹¹ Eventuais informações em texto, caracteres em relevo ou em Braille devem ser posicionadas abaixo da figura.

¹² A sinalização vertical deve estar a uma altura entre 0,80m e 1,10m do piso.

	bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; forma fechada, completa, com continuidade. estabilidade da forma; e simetria.	
3.4.9	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta e utilização contém as mesmas informações escritas em Braille.	
3.4.10	As informações dirigidas às pessoas com baixa visão estão em texto impresso em cor preta sobre fundo branco, fonte de tamanho mínimo 16, traços simples e uniformes, com algarismos arábicos.	
3.4.11	As informações de sinalização visual (textos ou figuras), mesmo que estejam em relevo, são associadas às informações em Braille posicionadas abaixo das figuras.	
3.4.12	Qualquer comunicação de emergência é transmitida para todos os setores, tanto de forma visual intermitente como auditiva e, se possível, vibratória.	
3.4.13	Os mecanismos e dispositivos de emergência contém informações visuais e táteis representadas através dos símbolos.	
3.4.14	As informações da sinalização visual (textos ou figuras), mesmo que estejam em relevo são equivalentes às informações em Braille posicionadas abaixo das figuras.	
4 ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO		
4.1	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta também estão disponibilizados em Braille.	
4.2	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas,	

	objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta também estão disponibilizados em formato impresso em cor preta sobre fundo branco, fonte de tamanho mínimo 16, traços simples e uniformes, com algarismos arábicos.	
4.3	As informações da instituição impressas em papel possuem também formato digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela ou em versão sonora em formato magnético.	
4.4	As informações essencialmente visuais ou não textuais (gráficos, tabelas, imagens, legendas gráficas...) estão disponíveis na versão visual ampliada, sonora (por locução) e tátil (em texturas diferenciadas, mapas táteis, caracteres em relevo).	
4.5	O conteúdo do site da instituição é acessível, podendo ser adaptado por diferentes dispositivos de acesso de acordo com as recomendações do <i>World Wide Web Consortium (W3C)</i> . ¹³	
4.6	As informações sobre a instituição apresentam acessibilidade digital aos usuários, com ferramentas de busca de informação acessíveis por leitores de tela, possibilidade de inversão de cores e ampliação de tela (Conforme recomendações do W3C)	
4.7	A instituição disponibiliza suas normas (se for o caso) em diferentes formatos. (Recomenda-se em Braille; em versão ampliada impressa em papel e formato digital acessível a leitores de tela)	

¹³ O W3C é um consórcio internacional no qual organizações filiadas, uma equipe em tempo integral e o público trabalham juntos para desenvolver padrões para a Web. Uma das metas básicas do W3C é tornar seus benefícios disponíveis a todas as pessoas, independentemente do seu equipamento, software, infraestrutura de rede, idioma nativo, cultura, localização geográfica ou capacidade física ou mental. (Disponível em: . Acesso em: 16 nov.2015)

4.8	Quando em meio digital, as informações são processáveis por sistemas da leitura e ampliação de tela e outros que a tecnologia permitir.	
4.9	A instituição adota as diretrizes para a legenda oculta em texto (Closed Caption) quando transmite informações e/ou comunicados em vídeo, DVD ou na televisão (itens 4.1.1; 4.1.4; 4.1.5; 4.2.3; 4.2.5 e 4.2.6 da NBR15290:2005).	
4.10	A instituição utiliza a técnica de descrição de cenas, expressões, cenários, ou seja, todo o detalhamento fundamental para estabelecer a compreensão das informações/comunicados transmitidos via televisão e/ou vídeos. (Item 6 da NBR15290:2005).	
4.11	A instituição, ao transmitir informações e/ou comunicado por meio de vídeo, DVD e televisão, leva em consideração as diretrizes para a janela de LIBRAS. (Itens 7.1.2 e 7.1.4 da NBR15290:2005)	
4.12	Os formulários disponíveis na instituição para a prestação ou atendimento de serviços, quando impressos, estão disponíveis em tamanho ampliado para as pessoas de baixa visão e em Braille.	
4.13	As informações sobre a instituição são acessíveis por diferentes dispositivos de acesso, conforme recomendações do W3C.	
5 ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL		
5.1	A instituição dispõe de equipamentos para ampliação como lupas e régua de leitura para o atendimento de usuários com visão subnormal.	
5.2	A instituição dispõe de fotocopadora para ampliação de textos.	

5.3	A instituição dispõe de <i>scanner</i> para digitalizar documentos, a fim de realizar o reconhecimento ótico de caracteres permitido de transcrição dos documentos para formatos acessíveis.	
5.4	A instituição dispõe de impressora Braille acoplada aos computadores disponíveis aos servidores.	
5.5	Quanto aos computadores destinados ao público, a instituição dispõe de quantidade suficiente com programas específicos e/ou Tecnologias Assistivas específicas para que as pessoas com necessidades especiais possam utilizar os recursos de informática com autonomia.	
5.6	Os teclados utilizados na instituição apresentam destaque nas teclas de referência (letras F e J), alfanuméricas (numeral 6) e calculadora (numeral 5).	
5.7	A instituição dispõe de teclados alternativos para uso nos computadores destinados ao público.	
5.8	A instituição dispõe de <i>mouses</i> alternativos para uso nos computadores destinados ao público.	
5.9	Os monitores dos computadores destinados ao público apresentam tela de, pelo menos, 17 polegadas, possibilitando a configuração da tela para a obtenção de ampliações maiores do conteúdo.	
5.10	Os monitores dos computadores apresentam tela plana.	
5.11	Os monitores dos computadores apresentam filtro de proteção (raios catódicos) que auxiliam na digitação e leitura, diminuindo a luminosidade e melhorando o contraste do monitor.	
5.12	Os monitores dos computadores apresentam suporte para	

	elevação, permitindo que a tela seja posicionada na altura da linha mediana da visão do usuário.	
5.13	Os computadores dispõem do sistema operacional <i>DOSVOX</i> (gratuito) para pessoas com deficiência visual.	
5.14	Os computadores dispõem de <i>software</i> de ampliação de tela para pessoas com baixa visão.	
5.15	Os computadores dispõem de programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste de cores.	
5.16	Os computadores dispõem de leitores de tela.	
5.17	Os computadores dispõem de sistemas para entrada de voz (<i>speech recognition</i>).	
5.18	Os computadores dispõem de Linhas Braille.	
5.19	Os computadores dispõem de <i>software</i> especializado para produção de material em Braille.	
5.20	A instituição disponibiliza, para anotações, caneta de ponta porosa preta, considerando que esse tipo é o ideal para pessoas com baixa visão. (No caso de lápis de escrever, recomenda-se o tipo 6B)	
5.21	Os servidores propiciam aos usuários com baixa visão as possibilidades oferecidas pelos processadores de textos, como aumento do <i>zoom</i> , da fonte e do espaçamento, a fim de auxiliá-los.	
5.22	Os servidores ajustam as configurações do ambiente operacional do computador, como <i>mouse</i> , teclado, vídeo e som de acordo com a necessidade sensorial do usuário, a fim de permitir o acesso do usuário aos aplicativos e ao processo de escrita e leitura.	

6 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA		
6.1	O atendimento ao público é realizado considerando as diferentes necessidades especiais que as pessoas podem apresentar. (Recomenda-se que as atividades apresentem roteiro flexível para compreensão e assimiladas pelos diferentes públicos)	
6.2	Os serviços prestados ao público quanto ao acesso e uso da informação no contexto da instituição consideram as diversas necessidades especiais que as pessoas podem apresentar	
6.3	A instituição mantém um controle de registro sobre as pessoas com deficiência, identificando suas limitações e necessidades no acesso e uso dos serviços.	
6.4	A instituição realiza avaliação de seus serviços e produtos a fim de torná-los acessíveis para o maior número possível de pessoas.	
6.5	A instituição dispõe de um meio para que os usuários possam emitir sugestões e críticas aos produtos e serviços da mesma.	
7 ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA		
7.1	O regimento ou normas da instituição contemplam questões relativas à acessibilidade.	
7.2	O regimento ou normas da instituição apresentam flexibilidade de modo que a equipe possa realizar ações necessárias à acessibilidade, embora não previstas.	
7.3	O regimento ou normas da instituição contemplam claramente os produtos e serviços oferecidos, especialmente aqueles que objetivam dar condições de	

	acesso às pessoas com deficiência.	
7.4	O plano orçamentário prevê recursos para a implementação e/ou continuidade da acessibilidade no contexto da instituição.	
7.5	A instituição está atenta às oportunidades oferecidas por órgãos governamentais para a liberação de verbas de apoio a projetos específicos a pessoas com deficiência.	
7.6	A instituição oferece capacitação ou qualificação profissional, nas diversas áreas do conhecimento e de gestão de pessoas, que atendam às demandas da pessoa com deficiência.	
7.7	A instituição incentiva a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em áreas do conhecimento relacionados com a pessoa com deficiência.	
8 ACESSIBILIDADE ATITUDINAL		
8.1	O servidor atualiza-se sobre a questão da acessibilidade, recorrendo às fontes disponíveis na área.	
8.2	O servidor tem conhecimento da legislação pertinente à acessibilidade em âmbito federal, estadual e municipal.	
8.3	O servidor tem conhecimento das Tecnologias Assistivas (TA) que promovem o acesso e uso da informação.	
8.4	O servidor tem conhecimento do custo de implementação das Tecnologias Assistivas (TA) que promovem o acesso e uso da informação na instituição.	
8.5	O servidor tem conhecimento das organizações não-governamentais das pessoas com deficiência.	
8.6	O servidor busca, junto às organizações não	

	governamentais das pessoas com deficiência, consultoria quanto à adequação à acessibilidade, identificando pontos prioritários a serem atendidos no contexto da instituição.	
8.7	Os servidores apresentam criatividade na busca de possíveis soluções aos problemas de acessibilidade das pessoas com deficiência.	
8.8	Os servidores responsáveis pelo atendimento ao público acolhem as pessoas com deficiência de forma natural e sensível, com a mesma atenção e respeito dispensado a todos.	
8.9	Os servidores acatam com naturalidade as recusas de ajuda por parte das pessoas com deficiência.	
8.10	Os servidores da instituição acolhem adequadamente as pessoas com deficiência visual que estejam acompanhados de cão guia, permitindo o ingresso e a permanência do animal no mesmo ambiente.	
8.11	Os servidores da instituição têm conhecimento sobre “Desenho Universal”. (Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência)	
8.12	Os servidores da instituição têm conhecimento sobre “Adaptação Razoável”. (Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência)	
8.13	Os servidores da instituição têm conhecimento sobre “Pessoa com Deficiência”. (Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência)	
8.14	Os servidores têm conhecimento das classificações de “deficiência” que fundamentam o atendimento prioritário. (Decreto Nº 5296/2004)	

8.15	Os servidores têm conhecimento das condições de “mobilidade reduzida” que são contempladas no atendimento prioritário. (Decreto Nº 5296/2004)	
8.16	A instituição investe na conscientização de todos da equipe de trabalho sobre as questões humanas e legais da inclusão de pessoas com deficiência através do acesso e uso da informação.	
8.17	A instituição investe na capacitação de todos da equipe de trabalho sobre as diferentes necessidades que as pessoas com limitações físicas, sensoriais e cognitivas podem apresentar no acesso e uso da informação.	
8.18	A instituição investe na capacitação da equipe e dos usuários quanto ao acesso e uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) e das Tecnologias Assistivas (TA) que promovem a acessibilidade da informação no contexto dos serviços oferecidos.	
8.19	A instituição designa servidores que tenham perfil adequado de atendimento ao público.	
8.20	No balcão de atendimento, as pessoas com deficiência recebem atenção prioritária, respeitando-se a opção das mesmas.	
8.21	Nas primeiras visitas de uma pessoa com deficiência visual e desacompanhada, a instituição dispõe de um funcionário como guia humano que a acompanhe nos espaços internos, descrevendo e orientando sobre o ambiente.	
8.22	A instituição dispõe de intérprete de LIBRAS.	
8.23	A instituição dispõe de pessoa capacitada para ler e escrever em Braille.	

8.24	A instituição dispõe de pelo menos uma pessoa que atue como articulador orofacial a fim de permitir a leitura labial de surdos oralizados.	
8.25	A instituição dispõe de guia intérprete de surdocegos, habilitado à orientação e mobilidade de pessoas surdocegas no acesso e uso da instituição.	
8.26	A instituição leva em conta, em seus programas e políticas, a proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência. (Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência).	
8.27	A instituição adota providências para evitar a construção de novas barreiras no acesso e utilização dos bens públicos por todas as pessoas.	
8.28	A instituição garante atendimento prioritário às pessoas com deficiência. (Lei Federal Nº 13.146/2015).	
8.29	A instituição garante atendimento prioritário às pessoas com mobilidade reduzida, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso. (Lei Federal Nº 13.146/2015).	
8.30	A instituição dispensa atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado às pessoas com deficiência. (Lei Federal Nº 13.146/2015).	
8.31	A instituição dispensa atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado às pessoas com mobilidade reduzida, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso. (Lei Federal Nº 13.146/2015).	
8.32	A instituição dispensa atendimento prioritário	

	imediate às pessoas com deficiência. (Lei Federal Nº 13.146/2015).	
8.33	A instituição dispensa atendimento prioritário imediato às pessoas com mobilidade reduzida, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso. (Lei Federal Nº 13.146/2015).	

Fonte: MORO; ESTABEL, 2016